

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES**  
**PROGRAM DE PÓS –GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO**  
**DANIELA PEREIRA DE MELO**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA FEIRA LIVRE NO**  
**BAIRRO MAJOR PRATES EM MONTES CLAROS - MG**

**MONTES CLAROS / MG**  
**JULHO-2018**

**DANIELA PEREIRA DE MELO**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA FEIRA LIVRE NO  
BAIRRO MAJOR PRATES EM MONTES CLAROS - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de pesquisa: Produção dos espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Dr.º Carlos Alexandre Bortolo

**MONTES CLAROS / MG  
Julho/2018**

## BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre de Bortolo(Orientador)  
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Ivânia Alves Fonseca  
Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Paulo Fernando Jurado da Silva  
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS.

M528r Melo, Daniela Pereira de.  
A resignificação do espaço urbano na feira livre no bairro Major Prates em Montes Claros - MG [manuscrito] / Daniela Pereira de Melo. – Montes Claros, 2018. 141 f. : il.

Bibliografia: f. 123-137.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2018.  
Defesa: 23/07/2018.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Bortolo.

1. Produção do espaço. 2. Feiras livres – Bairro Major Prates – Montes Claros (MG). 3. Campo. 4. Cidade. 5. Mediação. I. Bortolo, Carlos Alexandre. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

Dedico este trabalho A Deus, a minha Mãe, família, amigos e a todas as pessoas que me amam e torcem por mim, afinal acredito que o amor vence tudo.

## **AGRADECIMENTOS**

Hoje o tempo voa, amor  
Escorre pelas mãos  
Mesmo sem se sentir  
E não há tempo que volte, amor  
Vamos viver tudo o que há pra viver  
Vamos nos permitir.”

Lulu Santos

Parafraseando Lulu Santos quero agradecer todas as pessoas que me permitiram:

A minha mãe Mariana que me permitiu com seu auxílio, carinho e amor a cumprir mais esta jornada.

A minha família (meus Tios Jose e Joaquina e primos Cristina, Guilherme, Carla Patrícia e Caroline) e amigos que me permitiram com seu apoio e carinho a chegar até aqui.

A meu orientador Carlos Bortolo, que com sua atenção, generosidade, conhecimento e interesse me permitiu concluir este trabalho.

Aos todos os docentes, em especial a Ana Ivânia, Graça Campolina, Iara França e Anete Pereira, que me permitiram expandir os meus conhecimentos.

Aos meus colegas e queridos companheiros de jornada da turma do PPGEO que me permitiram vivenciar dias maravilhosos com risos, brincadeiras, contribuições generosas e um acolhimento caloroso.

A Igor Moreira que permitiu através do auxílio da elaboração dos mapas e dicas que contribuíram para a representação do espaço estudado.

Aos professores Ana Ivânia Alves Fonseca, Pedro Ivo Jorge Gomes e Iara Soares de França que me permitiram com as suas preciosas e generosas contribuições na qualificação, buscar novos caminhos para tornar a dissertação um trabalho de qualidade. E ao professor Paulo Fernando Jurado da Silva por aceitar participar da minha banca de defesa.

Aos entrevistados, feirantes e ao presidente Louranildo Araújo, que permitiram a realização desta pesquisa e ampliaram o meu olhar de pesquisadora.

A faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros –FACIT, que permitiu uma flexibilidade no horário, para a realização das atividades do mestrado, e assim chegar até aqui.

E ao meu Senhor Jesus Cristo, que permitiu conhecer todas estas pessoas maravilhosas e viver tudo o que há para viver, pois meu deu o Dom vida e me permitiu ser feliz.

Muito Obrigada!!!

## RESUMO

As feiras livres, sobretudo na relação campo-cidade, devem ser pensadas como importantes lugares onde são produzidos, periodicamente, relações sócio econômica e culturais. Dentre as diversas peculiaridades, que fazem a feira um espaço singular de comercio, observa-se que nela uma diversidade no que tange o estilo de vidas dos sujeitos que fazem a feira (entrevistados e vendedores). Dentro deste contexto temos a feira livre do bairro Major Prates, localizada na região sul da cidade de Montes Claros – MG. O objetivo Geral deste estudo consiste em compreender a mediação que a Feira Livre do bairro Major Prates estabelece entre o campo e a cidade, assim como caracterizar a feira livre do Major Prates, Identificar quem são os entrevistados da feira livre do Bairro Major Prates, entender o significado da Feira para os entrevistados e comerciantes e analisar como a feira livre do Major Prates influencia e reorienta a dinâmica deste espaço público, para tanto utilizou-se a visita in loco , com coleta de dados através questionários semiestruturados e pela observação não-participante revelada. A pesquisa contou com dois modelos de questionário, sendo um voltado para os entrevistados e o outro para os feirantes, que foram aplicados nos meses de abril e junho de 2018, totalizando 155 pessoas, sendo 60 comerciantes, que foram escolhidos em função de estarem nas barracas de números pares, e 105 consumidores selecionados de forma aleatória. A coleta de Dados teve como fonte, também, entrevista realizada no mês de abril com o Presidente Associação dos Feirantes do Major Prates, Sr. Loranildo Araújo, conhecido como Nego. Outros dados de campo são provenientes das observações e registro fotográfico. Os resultados apontam que a feira contribui para valorização da produção e cultura local e que as relações dos sujeitos envolvidos não resume-se a questão do comercio, uma vez que observa-se relações pessoais e afetivas. Assim percebe-se que a feira do Major Prates contribui de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, visto que essa tornou-se uma alternativa para que o pequeno produtor rural possa expor e comercializar a sua produção, além de possibilitar para a população urbana do município e região a oferta de uma variedade de produtos de qualidade o que vem a colaborar com a alimentação, tornando a feira um espaço de mediação entre o campo e a cidade.

**Palavras-chave:** Produção do espaço, Feiras livres, Campo, Cidade, mediação

## ABSTRACT

The Free trade shows, especially in the field-city relationship, should be considered as important places where socio-economic and cultural relations are produced periodically. Among the various peculiarities that make the fair a unique trade space, it is observed that in it a diversity in the style of lives of the subjects that make the fair (regulars and sellers). In this context we have the fair free of the neighborhood Major Prates, located in the southern region of the city of Montes Claros-MG. The general objective of this study is to understand the mediation that the Free Fair of the neighborhood Major Prates establishes between the countryside and the city, as well as characterize the free fair of Major Prates , Identify who are the attendees of the free fair of the Major Prates Neighborhood, understand the significance of the Fair for shopkeepers and merchants and analyze how the free fair of Major Prates influences and reorients the dynamics of this public space, so was used the visit in locus, with data collection through semi-structured questionnaires and by non-participant observation revealed. The survey had two questionnaire models, one for the regulars and the other for the marketers, which were applied in the months of April and June 2018, totaling 155 people, of whom 60 were chosen because they were in the tents of even numbers, and 105 consumers randomly selected. The data collection also had an interview with the President of the Association of the Feirantes of Major Prates, Mr. Loranildo Araújo, known as Nego. Another field data comes from the observations and photographic record. The results show that the fair contributes to the valorisation of local production and culture and that the relations of the subjects involved do not boil down to the issue of commerce, once one observes personal and affective relations. Thus, it is perceived that the Major Prates fair contributes significantly to local and regional development, since this has become an alternative for the small rural producer to be able to expose and commercialize its production, besides making it possible for the urban population from the municipality and region the offer of a variety of quality products which comes to collaborate with food, making the fair a space of mediation between the countryside and the city.

**Keywords:** Production of space, Free trade shows, Field, City, mediation

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França.....	54
Figura 2: A exposição de produtos na feira do Major Prates.....	55
Figura 3: Mercado Inaugurado em 03 de setembro de 1833 e demolido em 1971.....	60
Figura 4: A exposição de produtos na feira do Major Prates.....	90
Figura 5: Exposição dos produtos na Feira Livre do Major Prates.....	93
Figura 6: Parte interna da Feira Livre do Major Prates.....	94
Figura 8: Os frequentadores na Feira Livre do Major Prates.....	97
Figura 9: Vista sobre a avenida Castelar Prates no domingo dia Feira Livre do Major Prates .....	104
Figura 10: Vista sobre a avenida Castelar Prates na quarta-feira.....	105
Figura 11: Vista da avenida Francisco Gaetani no domingo, dia Feira Livre do Major Prates .....	105
Figura 12: Vista da avenida Francisco Gaetani na quarta-feira .....	105
Figura 13: Prolongamento da feira livre .....	106
Figura 14-15: A falta de compartimentação da Feira Livre do Major Prates.....	107
Figura 16: Produtos comercializados na Feira Livre do Major Prates.....	110
Figura 17: Feirantes da Feira Livre do Major Prates.....	114

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução Demográfica de Montes Claros-1960-2010.....	63
Gráfico 2: Sexo dos entrevistados da feira livre do Major Prates.....	95
Gráfico 3: Faixa Etária dos entrevistados da Feira do major Prates .....	96
Gráfico 4: Renda dos entrevistados pesquisa da Feira do Major Prates.....	97
Gráfico 5: Escolaridade dos entrevistados da Feira do major Prates .....	98
Gráfico 6: Tempo de Frequência da Feira do Major Prates.....	100
Gráfico 7: Regularidade de Visita na Feira do Major Prates .....	101
Gráfico 8: Como conheceram a Feira do Major Prates .....	101
Gráfico 9: Fatores motivacionais para a realização das compras na Feira do Major Prates.....	107
Gráfico 11: Já visitaram outra feira em Montes Claros? .....	109
Gráfico 12: Escolaridade dos Feirantes .....	113
Gráfico 13: motivos da escolha da profissão de feirante.....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Classificação dos municípios .....	34
Quadro 02: Classificação dos agricultores no PRONAF.....	49
Quadro 03: Três Dimensões Constitutivas do Espaço Público.....	71
Quadro 04: Funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer em diferentes períodos brasileiros.....	77
Quadro 05: Tipologia das feiras.....	81
Quadro 06: Relação dos dez bairros e números de habitantes.....	86
Quadro 07: Atribuições e funções da Feira do Major Prates.....	92
Quadro 08: Profissão dos entrevistados da feira livre do Major Prates .....	99
Quadro 09: Naturalidade dos entrevistados da Feira Livre do Major Prates .....	102
Quadro 10: Comparação entre a pesquisa realizada da feira Livre do Major Prates com outros estudos.....	108
Quadro 11: Produtos mais consumidos na feira Livre do Major Prates com outros estudos .....	111
Quadro 12: Variáveis dos feirantes na feira Livre do Major Prates .....	112

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1:Nova Tipologia rural-urbano .....	35
Mapa 2: Localização do Município de Montes Claros – MG.....	57
Mapa 3: Localização do bairro Major Prates.....	85
Mapa 4:Localização da Feira do bairro Major Prates.....	89

## LISTA DE SIGLAS

CCCA- circuitos curtos de comercialização de alimentos

CONAB- Conselho Nacional de Abastecimento

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DAP- Declaração de Aptidão do Pronaf)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

OCDE- Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PMMC-Prefeitura Municipal de Montes Claros

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF - Programa Saúde da Família

SAF -Secretaria de Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUDENE -Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNOPAR - Universidade do Norte do Paraná

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
1 REFLEXÕES CONCEITUAIS DE CAMPO/CIDADE E RURAL/URBANO	21
1.1 Espaço geográfico: um esforço de definição	21
1.2 Características e diferenciações de campo/cidade e de rural/urbano	26
1.3 A Agricultura Familiar e o PRONAF	44
1.4 A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos	51
1.5 Montes Claros: da cidade agrária à cidade polo de serviços	56
CAPÍTULO 2	
2. A FEIRA LIVRE E O ESPAÇO PÚBLICO	67
2.1 O Espaço Público e a Cidade Contemporânea	67
2.2 Feira livre: Breve histórico de origem	77
2.3 O Subcentro do Bairro Major Prates	84
2.4 A Feira Livre do Major Prates	87
2.5 A pesquisa na feira livre bairro Major Prates	94
2.6 O perfil dos entrevistados	95
2.7 O perfil dos feirantes	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	135

O progresso já chegou, agora já tem de tudo  
A cidade aumentou e o comércio é graúdo  
Tem mercado açougue e banco  
E supermercado também  
Mas pra encher a cidade só a feira livre tem

É a feira livre que chegou para ficar  
Mesmo que a gente mude ela nunca vai mudar  
É a feira livre que chegou para ficar  
Mesmo que a gente mude ela nunca vai mudar.

Roberto Tenório

## INTRODUÇÃO

Uma feira constitui, num município, um espaço que se caracteriza através de uma função social que muda a organização espacial urbana, e que, atualmente, representa uma das mais antigas e resistentes modalidades do comércio varejista. É um espaço com especialidade, cheio de nuances, pessoas, sabores, cheiros, cores e sons, que interagem com o seu histórico e suas relações de identidade; o que nos leva a afirmar a importância da feira para a cidade sem este ícone de história local e de sentimento de pertencimento.

Na tipologia feira, vem do latim, tendo o significado de “dia de festa” (FERREIRA, 1999). Para o português, essa palavra torna-se sinônimo de lugar público, em sua maioria aberto, onde é realizada exposição de mercadorias. Também denominado como lugar de encontro de conversa fiada (MINNAERT,2008).

Atribui-se à Idade Média, a oficialização das feiras, pois em Roma, estabeleceu-se que as regras de criação e funcionamento destas dependiam da intervenção e garantia do Estado, que atuava como disciplinador, fiscalizador e cobrador de impostos. Forman (1979) coloca que as feiras no Brasil, são oriundas do período colonial e que nos dias atuais, mesmo com a presença maciça de outros estabelecimentos comerciais como os supermercados, estes lugares, principalmente nas cidades do interior do país, onde são desenvolvidas atividades econômicas, educacionais, culturais e de entretenimento. Vale ressaltar que, muitas vezes, elas são o único local de comércio da população.

As feiras livres inicialmente eram itinerantes, ou sejam as pessoas definiam um espaço para a realização das trocas de seus excedentes, e esses iam mudando de acordo com a necessidade e a produção, após um tempo em função do aumento de pessoas, da comodidade, de um local no qual fosse encontrado todos os produtos para as trocas, as feiras foram fixadas próximos aos aglomerados mais povoados. Ressalta-se que essas tiveram um papel de destaque para o capitalismo, o surgimento do dinheiro e das cidades. (BOECHAT; SANTOS,2009)

Desta forma, nas feiras livres são espaços onde se sobrepõem redes sociais, uma vez que as formas de agir, relacionar, falar são produzidas, sobretudo na relação campo-cidade, devem ser pensadas como importantes lugares onde são produzidos e fomentados diariamente através da convivência entre feirantes e fregueses (VEDANA, 2004).

E nesse contexto, aos domingos, no Bairro Major Prates, mas especificamente na Avenida Castelar Prates, surge a “Feira do Major” impondo uma mudança nesse espaço, tão característico urbano, no meio do asfalto, lojas, casas e prédios surgem barracas em fileiras de lado a lado que expõem os mais diversos produtos de hortaliças, verduras, animais e alimentos fabricados (biscoitos, pães, churrasquinhos, beiju etc.) e cds, roupas e artesanatos.

Dentre as diversas peculiaridades, que fazem a feira um espaço singular de comércio, observa-se que nela uma diversidade, no que tange o estilo de vidas dos sujeitos que fazem a feira (entrevistados e vendedores) que naquele espaço coberto de lona azul e contornado por estruturas de metais, estabelecem relações que não resumem apenas a atividade econômica, traduzindo identidades e imprimindo as formas de apropriação do espaço público.

Certeau (1996) destaca que a população expressa nas ruas dos grandes centros as suas formas de viver, transformando esses espaços de acordo com sua rotina e a utilização dos espaços públicos, estabelecendo na cidade as formas e contornos, uma vez que essa é traçada pelos que nela habitam.

Dada a importância sociocultural e econômica da feira, esse estudo tem como objetivo geral compreender a mediação que a Feira Livre do bairro Major Prates estabelece entre o campo e a cidade. A partir desse objetivo pretende-se caracterizar a feira livre do Major Prates, identificar quem são os entrevistados da feira livre do Bairro Major Prates, entender o significado da Feira para os entrevistados e comerciantes e analisar como a feira livre do Major Prates influencia e reorienta a dinâmica deste espaço público.

Afirma-se que esta Feira livre tem um papel fundamental no processo de interação do campo com a cidade, seja através do comércio ou das relações socioculturais

Diante disto foi levantado alguns questionamentos como será que a Feira livre do Major Prates constitui um espaço de mediação entre o campo e a cidade? Qual a influência da feira livre do Major Prates na reorientação da dinâmica deste espaço público? Quem são as pessoas que frequentam a feira e o porquê que essas escolhem este espaço para a realização de suas compras? Qual a importância da feira para o desenvolvimento do bairro Major Prates?

Considerando-se todas as questões acima elencadas, o presente trabalho consiste em um estudo de caso que apresenta como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, revisão documental, trabalho de campo e registro iconográfico.

A revisão bibliográfica teve a sua fundamentação nos temas: campo /cidade; rural /urbano; Agricultura Familiar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); circuitos curtos de comercialização de alimentos; feira livre e o espaço público, o município de Montes Claros, o Subcentro do Bairro Major Prates e a feira que recebe o nome desse bairro.

Já a revisão documental deu-se a partir da análise da Lei nº 11 326, de 24 de julho de 2006, sobre a Agricultura Familiar no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 a respeito do Estatuto da cidade, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Montes Claros. Montes Claros, o Plano Diretor de Montes Claros. Montes Claros e o regimento da Associação da Feira Livre do Bairro Major Prates e Região.

Uma vez delimitado o universo de observação, neste caso os feirantes e visitantes da feira supracitada, para compreender o comportamento dinâmico desses na feira, a pesquisa utilizou o método quali-quantitativo, uma vez que a combinação de ambos possibilita conseguir os elementos necessários para o desenvolvimento desse estudo, visto que em quanto a primeira irá viabilizar as informações ricas e detalhadas sobre as pessoas pesquisadas, o segundo trará a aferição dos dados colaborando para a análise, compreensão e tratamento estatístico (PATTON ,1994), viabilizando a codificação e armazenamento em banco de dados , que posteriormente com a utilização usando do Programa Excel 2013, foram analisados e apresentados em forma de gráficos.

Colaborando com as ideias de Patton (1994) Minayo afirma que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. (MINAYO, 2002, p.22).

No que refere-se a coleta de dados foram aplicados questionários semiestruturados e pela observação não-participante revelada, segundo Stacey (1977) é a pesquisa na qual o pesquisador participar do grupo a ser pesquisado, porém não assume a identidade de nenhum dos seus membros, para Sales, Rezende e Sette (2011)

destacam que utilizando esses, a uma redução nos entraves que um outro poderá apresentar.

A coleta de Dados teve como fonte, também, entrevista realizada no mês de abril com o Presidente Associação dos Feirantes do Major Prates, Sr. Loranildo Araújo, conhecido como Nego, que relatou sobre o surgimento, a estrutura-a quantidade de membros, normas e funcionamento da Feira do Major Prates.

A pesquisa contou com dois modelos de questionário, sendo um voltado para os entrevistados (ANEXO 1) e o outro para os feirantes (ANEXO 2). Os questionários tiveram a sua elaboração baseada nos trabalhos realizados por Sales, Rezende e Sette (2011); Almeida (2009); Sato, Martins e Bueno (2017) e Vilela e Hetz (2000), foi formando por 16 questões, aplicadas aos visitantes e 11 questões que foram aplicadas aos feirantes.

Vale destacar que as perguntas foram divididas em grupos sendo que esse primeiro, foi igual para os sujeitos da pesquisa, buscou traçar o perfil dos fregueses e feirantes sobre sexo, onde reside, naturalidade, escolaridade, estado civil, religião com exceção do questionamento da renda per capita.

Na segunda parte tem-se os questionamentos estão voltados a feira livre do Major Prates acerca de quanto tempo o entrevistado frequenta a feira Livre, quais os produtos mais comprados e o porquê, assim como a regularidade de inda na feira, vantagens e importância que essa apresenta, mudança ocorridas no dia da feira e os seus possíveis problemas.

Para os feirantes as perguntas foram sobre a sua profissão de feirantes, qual é a origem dos produtos vendidos, a quanto tempo trabalha na feira do Major Prates e a relevância no âmbito pessoal e para o município.

A visitação a feira livre do Major Prates aconteceu aos domingos de 07 de abril a 13 de maio de 2018, consecutivamente, todavia os questionários foram nos dias 08, 15, 22 e 29 do mês de abril e no dia 05 de maio, foram realizadas as aplicações dos questionário nos horários de hora em hora, das 8h00 às 12h00, nas datas citadas, ao total foram entrevistas 155 pessoas sendo 50 comerciantes, que foram escolhidos em função de estarem nas barracas de números pares, e 105 consumidores selecionados de forma aleatória. Enfatiza-se que por domingo foram aplicados cerca de três questionários aos feirantes e entre quatro a seis aos fregueses, isto devido ao fato que em alguns horários as pessoas recusavam se a responder.

O interesse da realização desse estudo na feira Livre do Major Prates encontra-se que essa é uma das feiras mais antigas no Município de Montes Claros, e apresenta uma grande representatividade em decorrer do grande número de pessoas que frequentam esse espaço dominicalmente.

A relevância desta pesquisa está em compreender a mediação que a Feira Livre do bairro Major Prates estabelece entre o campo e a cidade, tendo em vista que a feira livre representa uma das formas mais antigas de comercialização de produtos agrícolas, desenvolvendo até hoje um importante papel econômico, social e cultural (SALES;REZENDE;SETTE,2011) Apresenta destaque regional, uma vez que, para o norte de Minas Gerais, este lugar ganha amplitude, uma vez que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2010) somente nesta região, cerca de 2.595.75 de habitantes, estão no campo e as feiras no ponto de vista econômico têm dado suporte à manutenção do agricultor nas áreas rurais. Localmente a importância dá-se na representatividade econômica da feira Livre do Bairro Major Prates, uma vez que, no âmbito do município de Montes Claros, tornou-se em espaço para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. E acadêmico visto que as feiras, em evidência localizada no bairro Major Prates, serão objeto de análise e críticas no futuro próximo, no âmbito do estudo do campo da geografia podendo ser utilizado como um novo marco teórico, contribuindo de forma efetiva para o debate e a produção de investigação e contribuição para fomentar maior interesse e produções científicas da comunidade acadêmica, principalmente geógrafos, acerca da temática proposta.

A dissertação foi estruturada em dois capítulos sendo que no intitulado **“Reflexões conceituais sobre campo/cidade e rural/urbano”**, procurou-se trazer, inicialmente, as discussões acerca do espaço, procurando apresentar as muitas perspectivas e interpretações dessa categoria geográfica. Posteriormente, foi discorrido sobre Características e diferenciações entre relação campo /cidade e rural /urbano, em seguida tem-se as reflexões a respeito da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e os circuitos curtos de comercialização de alimentos. No final apresenta-se considerações em relação ao município de Montes Claros que na sua gênese era uma cidade com predominância de atividade agropecuária e nos dias enquadrou-se na categoria de cidade Média tornando-se um polo de serviços que mantem interações constantes e duradouras regionais e com cidades de hierarquia superior.

No segundo capítulo nomeado “**A feira livre e o espaço público**” foi analisado a priori como dá-se a relação de espaço público na cidade contemporânea, uma vez que a feira em estudo se localiza em uma rua, definido com um espaço no qual temos diversas interações e usos. Logo após, fala-se a respeito do surgimento das feiras livres, colocando a sua origem, suas características, tipologias e dinâmicas, uma vez que esse tipo de comércio é um dos mais antigos e frente a modernidade precisa disputar espaço com outras formas de comércio como shoppings e supermercados.

Nesse capítulo da dissertação foi realizada uma síntese do Subcentro do Bairro Major Prates, que é considerado uma das regiões que apresenta um desenvolvimento econômico e populacional vertiginoso, da cidade de Montes Claros. Aqui mostra-se que além das características demográficas, o Major Prates tem uma diversidade de serviços e comércio, o que é responsável pelo grande fluxo de pessoas.

Seguidamente foi retratada a “Feira Livre” do Major Prates expondo surgimento, funcionamento, localização, organização e o regulamento para o funcionamento da Feira livre; que está vigente desde de 2007.

Por fim, são apresentadas as informações aduridas no trabalho de campo, com a exposição e discussão, segundo o prisma dos entrevistados e feirantes, no que diz respeito o porquê da escolha da feira para a realização de suas compras ou vendas, importância, as vantagens de compra nessa feira e a influência sociocultural da feira livre do Major Prates e na reorientação da dinâmica deste espaço público.

## **1.REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE CAMPO/CIDADE E RURAL/URBANO**

Neste capítulo inicialmente apresenta-se uma leitura realizada a partir de diversos autores acerca dos conceitos do espaço, objetivando esclarecer as diversas visões existentes sobre esse, que apesar das indefinições, apresenta-se como base na qual são estruturadas as demais categorias.

Em seguida, busca-se discutir urbano e o rural, através de uma abordagem teórica sobre a suas formações conceitual e histórica, bem seus limites e dicotomias.

Ressalta-se que o Urbano e o Rural são temáticas presentes em estudos de diversas áreas (Sociologia, Economia, Antropologia, entre outras), não sendo exclusividade da Geografia, pois esses são palcos nos quais são processadas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Por fim, realiza-se uma análise sobre como a relação rural-urbano que se estabeleceu na cidade de Montes Claros-MG, local onde está localizada a feira Livre do Bairro Major Prates, o objeto de estudo deste trabalho.

### **1.1 Espaço geográfico e algumas considerações**

O espaço constitui uma categoria geográfica que está envolta em discordâncias teóricas em razão dos problemas epistemológicos e conceituais da Geografia, desde o surgimento da ciência moderna, o que ocasiona diversas mudanças em relação a sua definição (BRAGA, 2004).

Kuhn (s/d) traça uma trajetória referente às definições de espaço geográfico, na qual evidencia que as primeiras referências ligadas a Aristóteles “onde o espaço era a área preenchida por corpos” (SILVA, 2012, p.01). Para esse autor, a necessidade do homem não é tão valorizada, uma vez que esse é um componente, pois se faz necessário um outro corpo para indicar a localização. Posteriormente tem-se Immanuel Kant (século XVII) que separa o espaço dos demais elementos, colocando-o como plano de fundo para a fixação dos corpos. Para La Blache “o espaço seria o local onde existe e acontece a coabitação do homem e com natureza” (SILVA, 2012, p.01). Já para Ratzel, o espaço é indispensável para a sobrevivência do ser, denominando esse como “espaço vital”, ressalta-se que o estudioso teve influência da política, que contribuiu para assim para a definição supracitada. (SILVA, 2012).

Avançando, temos Hartshorne que traz a visão de espaço absoluto, onde para o autor “existe um conjunto de pontos que tem existência entre si, sendo independente de qualquer coisa” (1978, p.02). Outro autor que possui estudos sobre o espaço geográfico é Demangeon, o qual analisa a referida categoria com a relação com os grupos humanos, por meio das suas formas de vida, evoluções e instituições (SILVA, 2012, p.03).

Lefebvre (1976) aduz que o espaço geográfico é o resultado das relações sociais e as suas totalidades. Nessa perspectiva Lefebvre em seus estudos, traz quatro abordagens para espaço que são: “o espaço como forma pura; espaço como produto da sociedade; espaço como instrumento político e ideológico e o espaço socialmente produzido, apropriado e transformado pela sociedade” (SILVA, 2012 p.03).

Na década de 70, destacam-se as ideias desenvolvidas por Y-Fu Tuan, na Geografia humanista, que traz a relevância da visão e vivências de um grupo ou povo a respeito do espaço, valorizando as experiências. O mesmo autor destaca que existem diversos espaços: um pessoal, outro grupal e o mítico – conceitual, no qual tem-se o conhecimento advindo das estruturas abstratas, ou seja, vão além do sensorial (SILVA, 2012).

Corrêa (1982) traz a conceituação de espaço geográfico ligado ao local onde o homem vive, abrangendo a superfície terrestre. Diante dessa concepção ele aponta três abordagens que são: o espaço absoluto (espaço em si), o relativo (distância) e o relacional (interação entre objetos), frisando que esses não são excludentes, uma vez que refletem os diversos usos e trocas.

Nesse contexto a feira livre caracteriza-se como um espaço geográfico no qual tem-se uma constante mobilidade humana e comercial, visto que fregueses e comerciantes, advindos da zona rural e diversas localidades no âmbito municipal, como faixa etária distintas, imprimindo nessa forma de comércio milenar um espaço de vivencia embutidos de múltiplas características socioeconômicas e culturais.

Moreira (1982), ao explicar o conceito de espaço geográfico, discorre que esse constitui-se em um espaço humanizado, no qual o homem ao decorrer da história, modificou a paisagem natural, construindo novos arranjos espaciais através do trabalho.

O referido autor (1993) compara o espaço a uma quadra de futebol de salão, em que as regras do jogo ficam condicionadas à disposição do terreno, sendo que as

transformações do espaço submetem-se às normas da sociedade. Assim as relações sociais promovem o espaço geográfico, a partir de suas organizações.

No que tange ao espaço geográfico, Claval (1999) aborda a influência da cultura, para o referido autor, a cultura é herança da comunicação, a qual transforma esse espaço simbólico onde acontecem as manifestações, ou seja, “existe uma relação estreita entre a intriga apresentada e o cenário onde acontece” (CLAVAL, 1999, p. 33).

Enquadrando nas duas colocações, a feira livre apresenta-se como um local no qual presencia-se uma troca sociocultural diversificada, uma vez que, no meio do “caos” organizado, os sujeitos que estão inseridos nessa dinâmica reproduzem ou compartilham a suas vivências e experiências.

Santos (2008) afirma que o espaço é resultante da somatória material acumulado das ações humanas. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2014, p. 63).

Para Santos (2008, p.63), o espaço define-se como:

[...] nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho.

Porém, o estudioso supracitado salienta que os geógrafos realizam, paulatinamente, discussões acerca do conceito de geografia, deixando de lado a definição do objeto de sua ciência. Sendo assim para o estudioso, “Destemporalizando o espaço e desumanizando, a Geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo ‘uma viúva do espaço’” (SANTOS, 2008, p. 92).

Soja (1993) discorre acerca do espaço fixo, imutável frisando que espaço no âmbito da geografia moderna foi tratado como uma categoria morta, sem nenhuma dinâmica, em razão da acumulação, classificação e representação teórica, que esta linha geográfica realizou, para descreve a diferenciação da superfície da Terra por áreas tornado o espaço “um mundo de passividade e mensuração, em vez de ação e sentido” (p.48).

No que tange à referida categoria, Gomes (2002, p.290) enfatiza que “[...] a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou os comportamentos”, por sua vez Santos (2008, p.18), ao falar da

análise do espaço destaca que este "[...] espaço seja definido como uni conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações".

Sendo assim, nota-se que ambos os autores citados destacam em suas discussões a relevância da geografia em trazer para o centro de seus debates a concepção de espaço que una a forma e o conteúdo, ou seja, "examinar o espaço como um texto, onde formas são portadoras de significados e sentidos" (GOMES, 1997, p.38). A propósito Santos (1997) apresenta o espaço como um composto de "formas-conteúdo", ou seja, formas que só existem em relação aos usos e significados que têm nelas sua mesma condição de existência (CABRAL, 2007, p.145).

Para Gomes (2002, p.172), o espaço geográfico é definido por três características que são: I) é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; II) compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; III) a disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência.

Soja (1993, p.100) ressalta ao falar sobre o espaço, que a "visão fiscalista" dessa categoria, influencia a concepção e a forma de descrição, colocando que nem mesmo o vocabulário fica ileso da perspectiva física que é atribuída ao espaço, recorda-se que para o autor, o "espaço em si" tem a sua organização e sentido, que são produzidos através das transformações e vivências da sociedade, na qual o espaço está inserido.

Para Cabral (2007) quando fala-se de espaço, o termo remete à estrutura concreta ou palpável assim ao utilizar esse termo o autor destaca que a existência da lembrança estão ligadas a imagem física ou uma parte do meio ambiente, afastando a ideia de algo que fora formado pela sociedade. Em contraponto "social", "político", "econômico" e "histórico" estão associados a algo que é oriundo da ação humana.

A afirmação acima reitera que o espaço se estabelece através da relação entre a morfologia e as vivências que são formadas, sendo assim, é construído das relações entre objetos, suas funções e as práticas, os sentidos e significações da organização do espaço construindo um universo relacional (GOMES, 1997).

E nesta percepção, Cabral (2007) a concepção de que o espaço é resultado de diversas relações que perpassam as características físicas, uma vez que este é concebido "da inseparabilidade entre sistemas de objetos e de ações". Desse modo a Geografia não poderá limitar-se apenas a um único objeto visto que esta "[...] não seria capaz de dar conta da realidade que é total e jamais é homogênea" (SANTOS, 1999, p. 78).

No contexto de Santos, a feira livre materialidade de ações e de territorialidade, uma vez que como a maioria, essa surge com a troca de produtos básicos, em sua maioria agrícolas, mas com a chegada de outros produtos (roupas, CDs, DVDs, cosméticos), nota-se a ampliação do espaço e de entrevistados o que ocasionar um fluxo de pessoas, informações e produtos.

Outro ponto fundamentado por Santos que pode ser aplicado ao espaço da feira são as verticalidades e as horizontalidades; a primeira presente no fato que muitas pessoas saem de municípios vizinhos para comercializar e consumir os produtos exposto nessa; já segunda, nota-se, quando a mudança no cotidiano do espaço, onde essas são desenvolvidas, seja praças ou ruas, pois depara-se com a transfiguração nas vias de acesso.

Dessa forma, Santos (2008, p. 88) resume o espaço geográfico como “[...] a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”. Nessa direção, o espaço é algo híbrido, uma vez que deverá ser concebido através da “mistura” da condição do social e do físico.

[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada de objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2005, p. 63).

Sendo assim, a definição de espaço torna-se um trabalho complexo em razão que este é resultante das relações que nele acontecem, refletindo a sociedade; o espaço e o tempo, os quais, em muitas das vezes, são impregnados de interesses históricos, culturais e de poder, que geraram correlações contraditórias exigindo que o conceito de espaço fosse moldado, com vistas a explicar tais contrariedades, o que tornou a sua conceituação mutável ao decorrer da história.

Porem para o espaço pesquisado colabora-se com a definição de Milton Santos, na qual nota-se que a feira livre tem-se um diversificado conjunto de relações, fluxos, mercadorias, que formam uma teia indissociável, solidária e também contraditória.

## 1.2 Características e diferenciações de campo/cidade e de rural/urbano.

Na Geografia, nota-se que a relação campo /cidade e rural /urbano são temáticas que se fazem constantes nos estudos e discussões. Desse modo neste capítulo pretende-se realizar tal discussão, uma vez que, os arcabouços teóricos apresentam um extenso catálogo com inúmeros pensadores e estudiosos que debruçaram sobre esses temas e que apresentam os conceitos de cidade, campo, rural e urbano.

A cidade e o campo são palcos de relações sociais e de produção que vão além das estruturas físicas, recursos naturais e produção, pois ambos são resultantes de um processo histórico.

Lefebvre coloca que a cidade política grega “[...] aparece como Ilha bem-aventurada no oceano de campos, plantações, matas, florestas, desertos. Ela não pretende oprimir, menos ainda explorar aqueles que reúnem” (2001, p. 98), trazendo a concepção disseminada, ao decorrer dos tempos, que a cidade constitui-se em um espaço no qual os homens conseguiram “boas” possibilidades.

Outro ponto constitui na diferenciação apresentada pela divisão de trabalho na qual tem; de um lado a cidade como predomínio da indústria e comércio; e do outro o campo onde as atividades agropecuárias têm a hegemonia.

Caipira e caboclo são alguns termos empregados para designar as pessoas que moram no campo, segundo Martins (1981), essas palavras possuem duplo sentido.

Uma vez que são utilizadas de forma depreciativa ou ofensiva referindo as pessoas que vivem fora do espaço urbano como rústicos, ou em função de estarem distantes dos lugares povoados, eram considerados atrasados, ingênuos, tolos e que gostavam de trabalho. (MARTINS, 1981).

Hoje ainda observa-se que as ideias colocadas acima estão presentes no cotidiano, pois muitas vezes remete-se a alguém julgada como insipiente, “sem modos” ou rudimentar utiliza-se a expressão “É da roça” o que é uma afirmação errônea, visto que além do valor histórico cultural desse espaço, no Brasil o campo tem-se destacado pelo aumento técnico científico.

Bispo e Mendes (2012) discorrem que a ideia de que a cidade está relacionada à modernidade e o campo ligado à ideia de atraso, foi amplamente difundida, de forma implícita pelos personagens como Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Já Mendonça (2004) sobre a imagem pejorativa do homem do campo difundida pelo Jeca Tatu, ressalta que foi uma forma utilizada pela classe dominante para desqualificar o trabalho rural, em

relação à questão da reforma agrária, pois coloca esse indivíduo como tolo, ingênuo, rústico e não politizado, desse modo esses indivíduos não estavam aptos para discutirem acerca do desenvolvimento econômico e social.

Para os autores o personagem em questão reforça o estereótipo de local atrasado, em contraponto da cidade, retirando da população que reside nesse espaço o relevante papel econômico e histórico que eles exercem no país, já que esses, segundo a sua “inferioridade” como descrita na obra, não têm a capacidade de realizar mudanças.

Observa-se que a definição atribuída à cidade é antagônica a do campo, e a este último são conferidos adjetivos depreciativos que legitimam a sua inferioridade, visto que o segmento rural é qualificado como simples, rude; já a cidade é remetida ao desenvolvimento, à inteligência e à educação.

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se à ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também se constelaram poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (WILLIAMS, 1989, p. 11)

No que diz respeito à relação campo-cidade, à concentração demográfica; à diferenciação social; e à unidade espacial, são os atributos que Sposito (2016) utiliza para a discursão sobre esses conceitos.

A autora supracitada explica que a cidade tem como traço principal, os diferentes modos de produção que são apresentados nas suas diversas formações socioespaciais e especificidades.

Sposito (2006) destaca que no campo temos a concentração territorial; enquanto na cidade, a concentração demográfica; pois no primeiro, as atividades desenvolvidas nele necessitam de uma extensão, ao contrário da cidade; que possui em razão da urbanização, um maior número de pessoas residentes. Porém, vale ressaltar que Sposito (2006), esclarece que a urbanização não deve ser resumida à relação entre a população e a superfície do território.

A unidade espacial para Sposito (2006) era visível na época medieval, onde os muros separavam cidade e campo. No século XX, nota-se a alteração da morfologia urbana, e esse processo de contribuição para dificultar a distinção de campo e cidade, pois observa-se a formação de uma área de transição, na qual esses em razão dos interesses do capital e político se sobrepõem.

Sobre o processo que originou as primeiras cidades Mont-Mór (2006), explica que esse foi em razão de estímulos externos, que foram o contato com outras comunidades, que estimulou a abertura para intensificação do comércio que baseando - se na cooperação e competição, que possibilitou mudanças do modo de vida, o que ocasionou uma hierarquia sócio espacial interna e o sedentarismo por parte da população que não considerava necessária a saída do local onde vivia para realizar as trocas.

Ou seja, para o autor, a gênese da cidade está pautada na divisão socioespacial do trabalho, dentro dos agrupamentos que são formados pelo homem ao decorrer do processo histórico.

Por seguinte, a evolução da cidade passa pelo mercantilismo, com o comércio como atividade econômica de maior relevância e a formação da burguesia, em seguida, temos a industrialização que transforma a cidade no centro principal de produção com a implantação das fábricas e o surgimento da classe do proletariado.

Guimarães (1982) salienta que a agricultura teve sua origem no período neolítico, que desde a sua gênese essa forma de atividade econômica, apresentou declínios e crescimento, mantendo-se como atividade principal até fins do século XVIII e meados do século XIX.

Atualmente, a importância dada à cidade tem uma ligação com a questão econômica e política, uma vez que é nela que encontramos as grandes empresas e as instâncias do governo, porém destaca-se que essa posição favorecida era, inicialmente, atribuída ao campo, em que concentravam as produções agrícolas que eram o setor principal da economia, como evidenciado por Guimarães ( 1982, p. 26) ao externar que “[...] as cidades haviam sido extensão do domínio do campo, a agricultura como atividade dominante fizera com que o campo fosse o ‘senhor’ das cidades.”

É evidente, que ao longo da história, o homem teve um grande apego a terra, pois foi através dela que ele conseguiu sobreviver, retirar o alimento, a coleta e depois a produção de matérias-primas e cultivo de produtos.

Williams (1989) discorre que a ligação com a terra sempre foi algo notório ao longo da história de forma direta ou indireta, na qual são retiradas a sobrevivência e as realizações, nesse sentido o autor ressaltar que a cidade consiste em uma dessas ações produzida pelo homem.

Outro ponto relevante é salientado por Max e Engels (2007) ao demonstrarem a definição da relação campo-cidade dada pela divisão do trabalho, seja no meio rural ou urbano, os sujeitos realizam atividades determinadas e limitadas que contribuem para a reprodução da oposição dessa relação.

Assim sendo, reconhece que “[...] a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (WILLIAMS, 1989, p 19). Uma vez que esses dois espaços são mutáveis, dinâmicos e estáticos, pois estão submetidos às grandes influências das transformações históricas e sócias, nas quais estão inseridos, aos quais atribuem as mesmas diferenciações.

No transcurso histórico, a cidade apresenta-se sob várias formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto, armazém, base militar, pólo industrial. Analogamente, o campo compõe-se de diversas práticas: pastagens, comunidades camponesas, fazendas, plantations, empresas agrícolas (MAIA, 1994, p. 32).

Tal reflexão considera que a cidade e o campo são as expressões no espaço da divisão do trabalho, e para compreendermos essa relação torna-se necessário identificar a função de cada um dentro da lógica capitalista que separam esses espaços, nos quais os homens são submetidos à divisão do trabalho, exercendo trabalhos diferenciados e de acordo com o espaço em que estão inseridos.

Ainda sobre a distinção entre campo e cidade, observa-se que existe uma dificuldade em realizar essa tarefa, uma vez que para muitos estudiosos essa relação é mais complexa devido ao modo como é retratada, pois na contemporaneidade esses dois espaços apresentam uma correlação.

Luz (2003) indica que “(...) a complementaridade, a inter-relação e o papel que desempenham a cidade e o campo no contexto histórico, social e econômico” (p. 106), enfatizando que para realizar estudos sobre as temáticas campo e cidade, se faz necessário não ficar somente pautado na distinção demográfica e ecológica.

Já Carlos (2004) em relação à correlação entre o campo e a cidade, apresenta duas tendências que são significativas para o estudo dos referidos espaços, que vislumbram horizontes divergentes. Uma entende a realidade enquanto ecossistema e a outra como processo histórico e social, indicando a postura do geógrafo pesquisador.

Desta forma, o autor em consonância com Luz (2003) também considera que a demografia e a ecologia são limitadas para analisar as relações expostas, uma vez que

entendidas no espaço em que estão inseridas se faz necessário considerar o processo histórico e social, para realizar uma análise que trará um retrato real das relações cidade-campo.

Destaca-se que a temática em questão poderá ser elaborada a partir das características antagônicas, em que ambos são pensados como meio social que possuem peculiaridades e distinções, que este denominou de abordagem dicotômica. Já o segundo tratamento nomeado de *continuum*<sup>1</sup> “se delinea entre o polo urbano e o polo rural, que apresentam distinções, as quais intensificam o processo constante de mudança que ocorre nas relações que são estabelecidas entre eles” (ARAÚJO; SOARES, 2009, p.203). Ou seja, que em razão da urbanização de todas as mudanças ocorridas, o espaço rural aproximou-se da realidade urbana. O autor retrata que na realidade vivenciada atualmente no campo, nota-se que encontramos símbolos, bens, serviços e funções que são característicos da cidade.

Rosa e Ferreira (2006) defendem a utilização da definição de continuum, apenas quando se utiliza de ideias relacionadas à dicotomia entre campo e cidade.

[...] campo e cidade só podem ser concebidos – na contemporaneidade – em suas relações. [...] E nesse contexto, acredita-se que o conceito de continuum possa ser repensado, não para reforçar a dicotomia urbano-moderno versus rural-atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade – e tanto a população rural, quanto a população urbana – são partes de uma mesma sociedade (ROSA ; FERREIRA, 2006, p.196).

Até o momento pode-se observar que existe uma ideia comum entre os autores analisados, referente a função do capitalismo, que modificou de forma significativa a sociedade, principalmente no que tange à produção, apresentando uma nova forma de viver atrelado ao uso da tecnologia, contribuiu para que houvesse, no espaço rural, mudanças socioeconômicas e culturais.

Na atualidade a modernização do campo, com a implantação da mecanização e de novas técnicas agrícolas visando ao aumento da produção, atingiu uma grande parcela do planeta de forma desigual, pois existem áreas que utilizam formas arcaicas para a plantação, nesse sentido a relação campo-cidade apresenta uma ressignificação com a reorganização do processo produtivo e a regularização da vida (CARLOS,2004) ,

---

<sup>1</sup> Para Souza (2013, p.40) “O termo continuum rural-urbano vem sendo utilizado, mais recentemente, a partir de várias vertentes. Podemos distinguir três vieses de análise, pois alguns o utilizam para dar ênfase à inevitável urbanização do campo; outros, para explicar o aparecimento de áreas que mesclam aspectos rurais e urbanos; e há os que, apesar de admitir a existência de um movimento contínuo de expansão do urbano, destacam a permanência do rural tradicional e sua reconstrução.”

na qual se nota que temos a reprodução de relações especificamente capitalistas como a implantação do trabalho assalariado.

Outro ponto que contribuiu para este novo significado, segundo Alentejano (2003), diz respeito ao domínio da técnica, que não ficou limitado somente à cidade “a indústria não é e nunca foi um fenômeno tipicamente urbano [...]” (2003, p. 31).

Diante disso Santos (2005, p.122) alerta que o campo constitui um espaço no qual alastra-se facilmente as novas formas de tecnologia, organizacionais e ocupacionais, contrariando a ideia errônea difundida, no caso brasileiro, que o campo era avesso ao capital, sendo visto como um empecilho para difusão desse.

Deste modo, deve - se compreender o campo e a cidade em sua totalidade, sendo visto como produtos que são resultantes do processo histórico, que colaborou para o resultado que é visto hoje, vale ressaltar que o crescimento da cidade foi favorecido pelas alterações que ocorreram no campo.

Sobre a origem e definição da revolução agrícola, Lefebvre (1979, p.69-70) disserta que essa ocorreu inicialmente na Europa, que estava passando pela urbanização, tornando a cidade como o espaço de maior relevância econômica, dentro desse quadro socioeconômico o autor destaca que o campo passou por uma intensa implementação de técnicas com o objetivo de elevar a produtividade agrícola.

Destaca-se, neste caso, a revolução agrícola:

As consequências mais imediatas da revolução agrícola foram, obviamente, em primeiro lugar, um aumento geral da produtividade e da rentabilidade da agricultura e, em segundo lugar, um aumento geral da acumulação de capitais nesse setor de atividade. Sem os recursos de capital acumulados nessa fase de profundas transformações agrícolas, a revolução industrial não teria tido viabilidade na Inglaterra no último vintênio do século XVIII nem nos demais países desenvolvidos da Europa, da América e da Ásia, no decorrer do século XIX. A revolução industrial não seria possível ou não seria plenamente realizável se não fosse precedida, em intervalos de tempo diversos, pela revolução agrícola (GUIMARÃES, 1982, p. 36).

No Brasil com a denominada Revolução Verde, tem-se o início da introdução do agronegócio, no qual destaca-se a sua propagação foi de encontro com as finalidades de desenvolvimento e erradicação da fome, com o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. (SANTILI,2009)

A autora discorre que antes da Revolução Verde houve outras revoluções, a primeira, durante a revolução industrial, como já citado, na qual a preocupação era em

relação com o plantio de cereais, forrageiras e associação de criação de gado e cultivo. Na segunda apresenta-se a especialização das propriedades agrícolas, mecanização.

Destaca-se que a Revolução Verde trouxe consigo contradições no campo brasileiro, uma vez que o processo de transformação da propriedade rural aos moldes capitalistas, que ocasionou: a expropriação dos pequenos proprietários e divisão desigual de terras, monocultura, êxodo rural, ficando a grande produção de alimento para exportação. Em contraponto a produção interna teve uma elevação pequena, não indo em consonância com uma das finalidades dessa revolução que consistia, como já mencionado, em acabar com o problema relacionado com a fome. (LAZZARI E SOUZA,2010).

Sendo assim nota-se que a revolução no campo fomentou a divisão de classes sociais, onde uma grande quantidade dos trabalhadores rurais foram expulsos, realizaram o êxodo rural ou submeteram-se a trabalho escravocrata, perdendo a sua autonomia, pois endividam para seguir o modelo imposto, e uma parte de sua cultura em razão da monocultura, pois as práticas que eram repassadas de pai para filho entra em desuso.

A cidade no contexto brasileiro é tida como um espaço no qual as possibilidades, principalmente frente ao trabalho, acontecem de forma mais fácil, porém ressalta-se que nesta concentra-se a maioria dos modos de produção responsáveis pela exploração e desigualdades, sendo o trabalho “[...] novamente o fundamental poder sobre os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada” (MARX & ENGELS, 2007, p. 52,).

No campo retrata-se que, no Brasil, a concentração de terra tem sua gênese no período colonial e persiste até os dias de hoje, seguindo a lógica capitalista, todavia na década de 60, destaca-se que com a modernização da agricultura, devido à introdução da tecnologia no campo, aos incentivos estatais e à produção industrial, houve alterações ambientais, sociais e econômicas que levam incertezas para os trabalhadores da terra.

Na compreensão de Santos (2005), a modernização da agricultura retratada acima, foi o que desencadeou a grande concentração fundiária e de renda, que eclodiu nas lutas no campo, realizadas pelos camponeses e trabalhadores rurais, contrários à manutenção dessa situação, motivada pelas relações capitalistas de produção no espaço rural.

Neste contexto Dayrell (2002) expõe que está ocorrendo uma desintegração de valores culturais, já que a modernização imposta pelo capitalismo contribui para a exclusão das comunidades tradicionais, já que sustenta as ideias de atraso, de falta de cultura e de conhecimento são adjetivados a essas comunidades. Ocasionalmente a dizimação das identidades, etnias e práticas produtivas, deixando a esses a cargo de trabalhos temporários, assalariado ou a inda para as cidades.

Não se pode deixar de destacar que esse processo acarretou na desapropriação de um contingente significativo de trabalhadores de suas terras, atrelado a falta de geração de empregos no campo, o que ocasionou o êxodo rural.

Outro ponto que deve ser mencionado, é a formação de dois espaços rurais adversos, nos quais temos; de um lado, um campo rico composto de grandes latifundiários que exportam a sua produção; e de outro, temos um campo considerado pobre em que as populações, em muitos lugares, vivem na miséria.

Santos (2002) afirma que no tange à agricultura científica:

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização [...]

[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair.

[...] forma-se no mundo rural em processo de modernização uma nova massa de imigrantes, que tanto podem se dirigir às cidades quanto participar de novas frentes pioneiras [...]. (SANTOS,2002, p. 89-90).

Assim ocorreu um desenvolvimento excludente na área rural, gerando as migrações para a cidade. Esse fato ocorreu, de acordo com o autor mencionado, em função da agricultura passar a ser moldada para atender ao mercado vigente, desencadeando a falecia dos produtores rurais, principalmente os pequenos, que são “excluídos” desta nova forma de produção, uma vez que não conseguem se modernizar, e em virtude disso muitos se veem obrigados a vender a sua propriedade e tentar sobreviver na cidade.

Neto e França (2010) trazem que no meio acadêmico existe um grande estímulo em extinguir debate que inteirar a oposição do rural/urbano ligada a questão da modernidade e atraso, porém em forma geral, ou seja nas discussões que permeiam a

sociedade nota –se que ainda se faz constatare, no ponto de vista econômico, a dicotomia rural /urbano ligado aos adjetivos citados.

Para explicar o campo e a cidade, faz-se necessário elucidar os conceitos de urbano e rural, pois apesar de serem utilizados como sinônimos, observa-se que os termos se diferenciam, uma vez que ao definir rural e urbano um dos critérios que é constantemente utilizado diz respeito aos dados estatísticos referentes à população residente nesse espaço.

Maia (1994) no que tange a diferenciação entre rural e urbano tem o critério quantitativo, ou seja, aquele que considera como base o número de habitantes e critério de legalidade administrativa ou governamental, na qual as cidades ou vilas são estabelecidos pela presença da sede do município, o autor evidencia que o Brasil adota o último.

Veiga (2002), em consonância com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e utilizando os critérios populacional e demográfico, classifica os municípios em: Rural Pequeno Porte, Rural Médio Porte e Centros Urbanos, como foi representado no quadro 1.

Classificação dos municípios	População	Densidade demográfica
Rural Pequeno Porte	Até 50 mil habitantes	Menos de 80 hab/km <sup>2</sup>
Rurais Médios Portes	De mais de 50 a 100 mil habitantes	Mais de 80 hab/km <sup>2</sup>
Centros Urbanos	Municípios com mais de 100 mil habitantes.	Não especificado

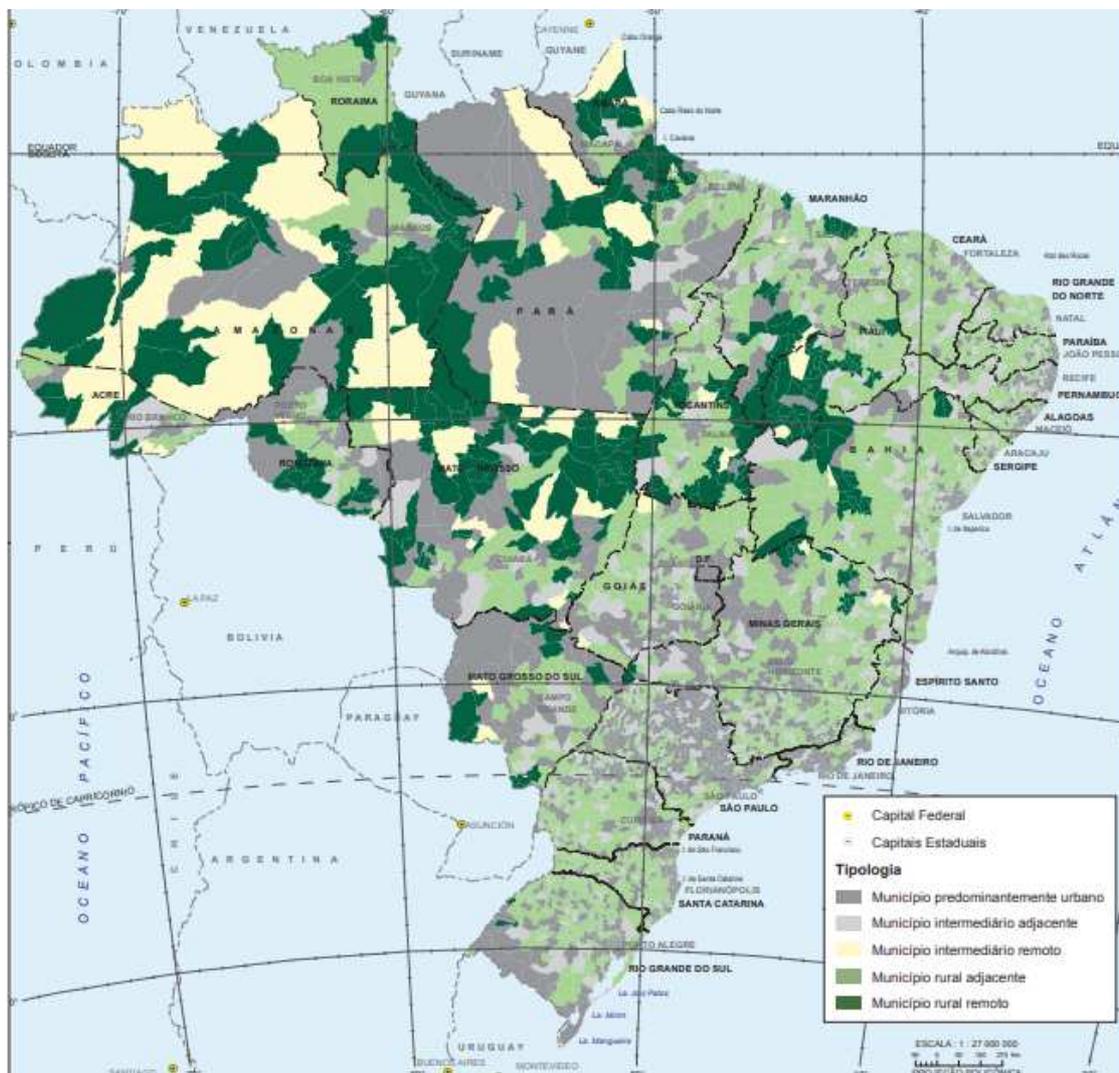
Quadro 1: Classificação dos municípios.

Fonte: Veiga (2002)

Org: Melo (2017)

Atualmente está propondo uma nova tipologia na qual são levados em consideração a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população, diante do cruzamento desses dados os municípios

serão classificados em cinco tipos distintos, o urbano, o intermediário adjacente<sup>2</sup>, o intermediário remoto, o rural adjacente e o rural remoto, como apresentado no mapa 1.



Mapa 1: Nova Tipologia municipal rural-urbano

Fonte: IBGE (2017)

Desta forma o Instituto brasileiro de geografia e estatística – IBGE definiu como município predominante urbano os que apresentaram mais de 50 000 habitantes em áreas de ocupação densa ou que faziam parte de concentrações urbanas, os predominantes rurais são aqueles que apresentam população em áreas de ocupação

<sup>2</sup> “Dessa forma, os municípios que estão a uma distância relativa acima da média nacional, simultaneamente, em relação a maiores hierarquias do REGIC mais próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional) foram classificados como remotos. Já os municípios cuja distancia for igual ou inferior à média nacional em relação a pelo menos um dos centros REGIC considerados foram classificados como adjacentes. Cabe reforçar que o mesmo processo de normalização foi realizado considerando como referência as médias estaduais a ,m de se obter diferentes escalas de análise do índice de localização dos municípios brasileiros” (IBGE, p.17,2017)

densa, menor que 3 000 habitantes os municípios. Por sua vez os intermediários apresentam Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%, possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%; e municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

A cidade é constituída de dois grandes elementos que são o uso do solo onde se tem a criação espacial das atividades humanas nos centros urbanos. Os outros elementos são as relações de fragmentação e articulação do espaço (CORRÊA, 2003).

Para Corrêa, (2003) o espaço urbano é compreendido como o convívio de vários grupos sociais que reproduzem suas características sociais, religiosas, econômicas e culturais através do espaço.

Para Corrêa (2003) a cidade traz em si uma dimensão simbólica que modifica de acordo com a diversidade de grupos sociais, essa, também, torna-se palco de lutas sociais, com a presença de desigualdades que imprime nessas diversas formas de protestos que vão ao encontro da luta pela cidade, da cidadania e dos direitos iguais.

Desta forma, pode-se concluir que para Corrêa o espaço urbano é oriundo do conjunto das relações, sejam elas de poder, fragmentadas; entre classes, articuladas; que correm em todas as esferas que estão presentes no espaço.

Destaca-se, que para analisar a questão rural e urbana, é fundamental compreender a urbanização, visto que foi através deste processo que se pode notar as grandes mudanças que ocorreram no espaço, resultado da ampliação do consumo, transformando o modo de vida da população, que passou a residir em sua maioria na cidade, incorporando o estilo citadino, atendendo assim a lógica capitalista. O processo de urbanização traz realidades dicotômicas (pobreza e riqueza, arcaico e moderno, velho e novo, passado e futuro.), que implantam realidades que interagem de um lado de forma integradora e de outro segregam-se em uma totalidade desigual (BAGLI, 2006).

Carlos (2004) expõe que um diferencial entre o campo e a cidade encontra-se no conteúdo das relações sociais, uma vez que na sociedade urbana observa-se que os conteúdos não mais são de transformar o campo, e sim de articulá-los, rearranjando as contradições e os que une esses espaços.

Lefebvre (2001) explica que o espaço urbano é caracterizado pela circulação das coisas, das pessoas e das trocas, através da implantação dos bancos, financeiras, lojas

mercados, sede do poder político, modo de vida e a forma de trabalho que foram adequados às demandas impostas pela industrialização.

Singer (1973), ao falar sobre a cidade, disserta que existe a proliferação do tecido urbano, como já colocado por Lefebvre (2001), e que a cidade é moldada para atender às demandas exigidas pela nova conjuntura, ou seja, o espaço que antes priorizava as relações sociais, neste momento passa a ser dotado de serviços e infraestrutura para atender as imposições das novas e diferentes classes sociais que apareceram e as indústrias contribuíram para o surgimento de um duplo processo, industrialização-urbanização.

Nota-se que o espaço urbano vai além da materialização concreta da cidade, este traz consigo os valores, expectativas e modo de vida que foi desenvolvido no interior da cidade capitalista, que são opostas às formas de viver do campo.

Santos (1997) enfatiza que

[...] A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. (SANTOS, 1997, p. 49).

Ao abordar a relação rural e urbano, Jacinto, Mendes e Pehouskei, (2012) discorrem que se tem abordagens, sendo a clássica na qual a ideia trabalhada é a que o rural tornaria urbano, tendo assim a “urbanização do rural”, Henri Lefebvre, Milton Santos e Otávio Ianni são autores que trabalham nesta vertente. A outra é a “urbanização no rural”, sobre qual Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e José Graziano da Silva têm estudos voltados para as “novas ruralidades”, em que, apesar do impacto do urbano; os rurais ainda mantem algumas especificidades.

Bagli (2006, p.43) traz as etimologias da palavra cidade e campo como sendo:

Civitas f.1. Condição de cidadão; direito de cidadão. 2.Conjunto de cidadãos. 3. Sede do governo; Estado; cidade; pátria. 4. = urbs” . (...)Campus m.1. Planície; terreno plano; campina cultivada. 2.Campo ou terreno para exercícios. 3. Campo de batalha. 4. Os exercícios do Campo de Marte; os comícios; as eleições. 5. Produtos da terra.

Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981) apresentam as distinções entre rural e urbano, usando nove critérios que são: diferença ocupacional, ambiental, do tamanho das comunidades, densidade populacional, diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, direção da migração e sistema de integração social. Ressalta-se que apesar, dos critérios serem referentes aos anos 30, na classificação realizada pelos autores citados foram utilizadas como base em vários

estudos, mesmo diante das transformações ocorridas desde períodos antigos até os dias atuais.

No que tange ao primeiro critério, a diferenciação dessas duas sociedades encontra-se no fato de que o rural é descrito pelas atividades primárias (agricultura, pecuária, extrativismo), diferenciando assim suas atividades ocupacionais das realizadas na sociedade urbana, que definidas são pelas indústrias, comércios e serviços. (SOROKIM, ZIMMERMAN E GALPIN, 1981). Sobre este critério Abramovay destaca que, ao utilizá-lo, é necessário que tenha a ideia de:

[...] ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas [...] (ABRAMOVAY, 2000, p. 6).

No segundo critério, os autores dissertam que as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores rurais, em grande parte, estão subordinadas à natureza, pois são realizadas ao ar livre, tornado ao contrário da cidade, que apresenta uma parcela significativa de atividades realizadas em espaços fechados as construções ou ambientes artificiais produzidos, ficam expostas as intemperes e as flutuações climáticas que influenciam de forma decisiva no andamento dos “afazeres”, principalmente na agricultura.

No terceiro, Sorokim, Zimmerman e Galpin (1981) expõem que as extensões de terras necessárias para a realização das atividades rurais são maiores que as do urbano. Sobre as diferenças na densidade populacional, os autores citados ressaltam que no urbano, a densidade da população é mais elevada que na rural, isso se dá em razão de que “torna-se difícil a concentração dos agricultores em grandes comunidades com muitos milhares de habitantes” (BISPO; MENDES, 2012, p.03).

No quarto critério, o destaque encontra-se na relação existente entre a negatividade da densidade populacional e o rural e a densidade populacional positiva com o urbano (BISPO; MENDES, 2012).

Em quinto, temos a homogeneidade e heterogeneidade da população, no qual o primeiro tende a ser um atributo do rural no que se refere às características psicossociais como a tradições, padrões de comportamento e crenças entre outras. Já em sexto, tem-se a sociedade urbana, inversamente à rural, como um corpo de diversidade e especializações que faz com a sociedade seja dividida em classes. No sétimo critério, os

autores colocam que a classe urbana apresenta uma maior mobilidade e dinâmica em comparação à rural.

Sobre a mobilidade territorial Bispo e Mendes (2012) realizam uma comparação, na qual discorre que:

As populações urbanas têm uma mobilidade territorial maior comparada com as das populações rurais e ela se manifesta de várias formas sendo: a) na média per capita da população urbana existe um número maior de mudanças de domicílio (de um quarto para o outro, de um apartamento para o outro, de uma casa para outra); b) a quilometragem média per capita percorrida pelos habitantes da cidade, em uma dada unidade de tempo, é maior do que aquela da população rural; c) a pulsação do influxo e defluxo diário da população das cidades é muito mais intensa do que a das comunidades rurais; e d) em qualquer tempo dado, a proporção daqueles que nascidos na cidade nela permanecerem é menor na população total da cidade do que um grupo similar na população total rural. Na mobilidade interocupacional comparativa as populações agricultoras permanecem mais tempo agricultoras ou, em média, mudam de emprego menos frequentemente do que o grosso da população urbana (BISPO; MENDES, 2012, p.04).

No que diz respeito ao oitavo critério, destaca-se que o movimento migratório do campo - cidade, durante a maioria do processo histórico, apresentou índice elevado ao ser contrastado com as pessoas que saíram da zona urbana para a zona rural. (BISPO; MENDES, 2012).

Sobre o nono, e último critério, os autores, evidenciam que o sistema de interação da cidade caracteriza pela complexidade, intensidade e dinamicidade, em confronto com campo, em função de que na primeira a população é mais móvel.

A urbanização que faz com que haja uma homogeneização espacial e as relações campo e cidade, faz com que culturalmente e na forma de o primeiro tenha suas características extintas, uma vez que os elementos do urbano estão cada vez mais sobrepondo aos elementos do rural. (SILVA, 2002)

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre rural e urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um continuum do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 2002, p. 8).

Para Santos (1996), o urbano é o abstrato e a cidade seria o concreto, sendo que o primeiro contribui para o estudo das atividades desenvolvidas na segunda; uma vez que ao falar de cidade, falamos de materialidade, imaterialidade e processos, tornando uma relação dialética entre esses aspectos.

O espaço urbano não deve ser visto apenas como a cidade, visto que este é produzido mediante o processo econômico, social, cultural e político que são realizados neste meio, que define a vida dos indivíduos que estão inseridos neste contexto, que se apropriam do espaço-tempo, reproduzindo o que é vivenciado, sentido e percebido; em uma relação intrínseca. (CARLOS, 2007).

Carlos (2007) defende que o espaço urbano pode ser analisado em três esferas que são:

O econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana / espaço mundial (CARLOS, 2007, p. 21).

Assim, fica mais claro compreender que urbano e rural apresentam diferenças que vão além da esfera material, ou seja, a infraestrutura, mesmo que esses ainda sejam vistos como sinônimos “[...] o urbano irradia-se a partir da cidade e atinge territorialmente os limites das influências dela. Desde que o urbano extrapole a cidade, a tarefa de conceituação torna-se dupla. É preciso pensar na cidade e no urbano” (ENDLICH, 2006, p. 20).

A diferenciação entre urbano e rural quanto ao campo e a cidade baseia-se no modo de vida, pois o urbano e o rural evidenciam como as múltiplas relações, que em muitos casos geram desigualdades, são produzidas de acordo com o modo de produção.

Bagli (2006) destaca que o cotidiano se faz em um tempo mecânico, no qual a sua apropriação é independente das mudanças que ocorrerem na natureza, seguindo a velocidade dos processos de circulação e consumo de mercadorias.

Sendo assim, o “[...] tempo é sentido e percebido de maneira diferenciada, as pessoas que habitam nesses espaços constroem modos de vida dessemelhantes [...]” (BAGLI, 2006b, p. 83), ou seja, no urbano as mudanças ocorrem de forma contundente. Já no rural, o tempo é definido pelo natural, no qual nota-se a influência do tempo mecânico.

Outra particularidade entre rural e o urbano, posta por Bagli (2006) refere-se à relação com a terra, pois para o autor, no primeiro, essa torna-se o meio de sobrevivência sustento, uma vez que é através do trabalho realizado nela, seja para a

comercialização ou consumo, com o cultivo de alimentos e criação de animais é que os indivíduos desse espaço conseguem a renda para manterem as suas famílias.

Nesse contexto, vale ressaltar que as férias constituem um espaço no qual os sujeitos do rural, comercializam os produtos retirados de seu alicerce, no caso a terra, que representa para as populações advinda desse meio, como algo não é apenas considerado como “chão”.

Para diferenciar o rural do urbano, Bagli (2006) elege os critérios: a) a apropriação do tempo; b) a relação com a terra; c) a constituição dos hábitos; d) as funções; e) as paisagens.

O mesmo autor destaca que o tempo no urbano é rápido, enquanto no rural é lento, assim como a transformação do espaço, no primeiro nota-se que este ocorre de forma constante; onde ruas, avenidas, prédios são constantemente construídos ou reconstruídos.

Bagli (2006) traz uma colaboração relevante ao buscar uma compreensão sobre como as características imateriais e o modo de produção é determinante para classificar determinado espaço em urbano ou rural.

O autor destaca que para o capital consegue impor as suas regras, e isto possibilita que os espaços sejam integrados a sua lógica e imposições, diante disso não é necessário a urbanização do rural, para adequar-se a esse modo de produção, visto que se o processo fosse aplicado a todos os lugares, geraria uma homogeneidade, porém Bagli destaca que estes não se homogeneizam em função de suas singularidades.

Bagli (2006) salienta que, no rural, a terra e as condições naturais apresentam estreita relação com os trabalhos realizados, uma vez que ela é a base, na qual são desenvolvidos os hábitos e tarefas do dia a dia. De outro lado, temos o urbano, sobre o qual o autor enfatiza que a terra assume outra dimensão, ela torna-se a base para construção das formas urbanas, onde nada é cultivado, e o trabalho não apresenta dependência dela, como é evidenciado no trecho abaixo:

[...] Alimentos não são cultivados e colhidos, mas sim comprados. A rotina de trabalho impõe horários mais rigorosos e não coincidentes com a lógica natural. O fator determinante não está pautado nos processos naturais ou nos períodos apropriados para a realização dos serviços. As atividades desenvolvidas possuem horários rigorosamente pré-estabelecidos. Há horários para entrar e sair do serviço, para lanche e fazer as refeições durante o expediente. [...] O trabalho não cessa com o pôr do sol. Há atividades que não param: hospitais, farmácias, bares, restaurantes, hotéis, supermercados, indústrias. Outras começam a funcionar apenas após o anoitecer, como no caso de boates, danceterias, alguns tipos de bares e restaurantes, pizzarias, trailer de lanches etc. Pode-se trabalhar de dia ou à noite, com ou sem chuva.

O resultado do trabalho não resulta de condições naturais específicas, mas sim de condições socialmente construídas.] (BAGLI, 2006, p. 91).

Outro ponto para distinguir esta relação entre o rural e o urbano são os hábitos apresentados nesses espaços, pois nota-se que esses são os reflexos do que acontece no cotidiano, no meio rural os hábitos estão ligados à natureza, onde o homem tem uma relação íntima com a terra, de onde é retirado o sustento, do outro lado o urbano vem apresentando-se como um modo no qual a base está nas múltiplas relações que produzem formas e funções, que são definidas pelo trabalho.

[...] as condições de cada espaço impõem modos de vida com hábitos dessemelhantes. Exemplo: o hábito de acordar e ir a padaria da esquina comprar pão quente e leite [é] algo tipicamente urbano. A facilidade em adquirir tais produtos torna tal tarefa comum, transformando-a em um hábito diário. Já a possibilidade de tomar leite fresco ordenhado na hora é algo próprio dos espaços rurais pelas condições existentes (vaca e alguém que saiba ordenhar), o que torna [a] tarefa um hábito tipicamente rural [...] (BAGLI, 2006b, p. 98).

Endlich (2006) argumenta que, na antiguidade, o que definia o que era rural e urbano era a divisão do trabalho, na época medieval era a espacialidade, ou seja, era erguida uma muralha, o que estava dentro desta era urbano e o que localizava além destes muros era denominado rural.

Na modernidade, porém, a autora destaca a complexidade de delimitar rural em razão da parte física que está desaparecendo, o que leva ao questionamento, em razão disto, o surgimento de um novo rural “[...] será que o novo rural é realmente rural? ” (ENDLICH, 2006, p.12).

No caso brasileiro, a clareza na diferenciação entre urbano e rural se faz presente uma vez que muitas localidades são consideradas urbanas, em razão do número de habitantes, mas possuem características predominantes rurais.

Surge assim, uma nova relação entre o urbano e o rural baseada no grau de modernização, onde surge a pluriatividade nas regiões com um grau de desenvolvimento superior, nesta, observamos que a população que mora na zona rural dedica-se às atividades que seriam específicas do meio urbano como a prestação de serviço, contribuindo para a entrada de equipamentos urbanos nessas áreas, sobre isto Rua (2006), coloca que:

As ‘urbanidades’ decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado (RUA, 2006, p. 95).

Rua (2006) traz a diferenciação entre “urbanidades no rural” e a “urbanização do rural”, sendo que a primeira preserva as especialidades do rural, mas havendo a interação com o urbano; a segunda transformaria o rural em urbano. Sobre esse aspecto, o referido autor disserta que:

Para nós não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora, [...] chamamos atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. [...] O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações, garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação. (RUA, 2002, p. 33-34)

Sobre a questão da definição de rural e urbano utilizando a natureza das atividades econômicas que são realizadas, como colocado anteriormente por Sorokim, Zimmerman e Galpin (1981), considera-se que o rural está ligado à atividade primária, a agropecuária; e o urbano tem a maioria da sua população executando atividades no setor secundário e terciário, respectivamente indústria e prestação de serviços.

Endlich (2006) elucida que este tipo de associação torna-se incoerente visto que, “[...] atualmente, os defensores do novo rural alertam para as múltiplas atividades que vão sendo desenvolvidas no campo, além das primárias [...] cada vez menos habitantes do campo trabalham na agricultura [...]” (ENDLICH, 2006, p. 17).

Segundo a referida autora (2006), os critérios discorridos não poderiam ser utilizados para retratar a realidade urbana e rural, que se vive hoje, pois essas realidades são mutáveis, uma vez que são construídas através do processo histórico, sendo que faz-se necessária uma contextualização para analisar os espaços supracitados e compreender a suas dinâmicas.

Sendo assim observa-se que a relação entre campo-cidade e o rural-urbano apresenta diversas singularidades, como colocada pelos autores citados, destaca-se que apenas uma característica não definirá se um espaço está dentro de uma destas denominações e classificações, visto que estas são construídas a partir da interação de vários atributos e definições.

São vários os exemplos das novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontradas tanto no campo, quanto na cidade. Associados à economia seriam a revitalização de práticas de produção orgânica nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de commodities em espaços citadinos. Associados à política seriam o personalismo e o clientelismo, os embates na OMC acerca de subsídios agrícolas, as disputas no âmbito dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário no Brasil, os movimentos sociais como o MST. Associados à cultura, envolvem a busca de uma reaproximação da natureza pela população citadina, os hábitos de origem country, o sucesso de músicas

sertanejas, entre muitos outros. (JACINTO;MENDES;PEREHOUSKEI. 2012, p.187)

No contexto de urbanidade e ruralidades, Biazzo (2008) expõe que campo e a cidade são formas concretas; e urbano e rural são representações sociais do indivíduo inserido no espaço o que possibilita que as urbanidades e ruralidades não fiquem restritas a um espaço menor ou local.

Já Rua (2005) completa o pensamento de Biazzo, destacando que a ruralidade não pode ser analisada somente com o viés da introdução da mecanização e/ou da tecnologia no campo (urbanização física), mas os bens simbólicos e culturais, a urbanização ideológica é de grande valia para o estudo referente a esses processos.

Por fim, distintos autores concordam que existem diferenças entre cidade-campo; rural - urbano, porém estas são complexas, pois são baseadas nas relações construídas, onde as suas correlações são interligadas, resultando em uma complementaridade entre esses espaços, sendo assim torna-se incabível definir qual desses será o que melhor adequa-se à configuração social e espacial vigente, visto que não se reconhece um sem o outro, ou seja, o campo-cidade ou o rural-urbano.

### **1.3. A Agricultura Familiar e PRONAF**

A agricultura familiar corresponde segundo censo agropecuário, realizado no ano de 2006 pelo Instituto Brasileiro de –IBGE do total de estabelecimentos agrícolas existentes 84% são de agricultura familiar, sendo a horticultura como atividade mais desenvolvida com destaque para produção de frutas.

Para Abramovay (1992, p. 22), “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

O autor apresenta que agricultura familiar não apresenta correlação com a agricultura camponesa, uma vez que a primeira está inserida no contexto capitalista. Em contraponto Warderley(1999) coloca que a agricultura familiar é um termo genérico e em evolução, e que agricultura camponesa ou campesinato constitui uma das situações que esse termo engloba, visto que ela traz em suas raízes características camponesas que não foram abandonadas.

Outro ponto ressaltado pela autora está no fato que o agricultor familiar continua dependente de sua própria força e vivenciando muitos problemas que foram experimentados pelos camponeses e em ambos destaca-se a subsistência familiar.

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA, 2013) apurou que 13,8 milhões de pessoas trabalham nesses estabelecimentos, mas ressalta-se que a agricultura familiar, foi apenas através da Lei nº 11 326, de 24 de julho de 2006, que teve a sua definição.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.

A agricultura familiar brasileira apresenta característica principal a diversidade, sendo que destaca-se também o conhecimento sobre qual área será realizado o trabalho de agricultura ou de pecuária, em razão dos vários tipos de solos, climas existentes no Brasil.

Em razão do aprofundamento das crises sociais e ambientais, agricultura familiar somente teve reconhecimento na década de 1990, em relação a representatividade da agricultura familiar Fonseca (2009) destaca que essa apresenta forças para inserir-se ao mercado, uma vez que está traz uma consciência ambiental e social imbuída em suas práticas, pois apresenta uma diversidade de técnicas, menor uso de insumos e mantém o homem no local de origem, contribuindo pra a qualidade vida e manutenção das heranças e identidades culturais.

Sobre a produção na Agricultura Familiar, Guanzioli e Cardim (2000, p. 31-32), enfatizam que essa:

[...] produzem 24% do Valor Bruto da Produção total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos, e 40% das aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana-de-açúcar

Nota-se através dos dados apresentados, que a agricultura familiar apesar dos investimentos públicos imitados, demonstra um saldo positivo na produção total de alimentos no Brasil.

Santos, Tonezer e Rambo (2009) destacam que a agricultura familiar torna-se alternativa no que tange a soberania alimentar, uma vez que os agricultores buscam a maior autonomia alimentar, assim como na preservação da cultura, do meio ambiente e dos hábitos alimentares, pois esses realizam a sustentabilidade através de suas práticas que são conhecimentos adquiridos através dos pais e avós e transmitidos por intermédio “do fazer” no cotidianamente por essa população.

Sobre a valorização da agricultura familiar, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA, 2013), coloca que aproximadamente 13,8 milhões de pessoas exercem alguma atividade em propriedades rurais e que diante do contingentes significativo de pessoas nessa atividade, e apesar de décadas de marginalização, o poder público criou políticas voltadas para essa , investindo na realidade dos agricultores familiares, porém destaca-se que o INCRA (2000) coloca que os agricultores familiares recebem apenas 25,3% dos financiamentos destinados a agropecuária, uma porcentagem pequena em comparação ao papel da relevância que esses possuem na produção nacional.

Savoldi e Cunha (2010) dispõem que a modernização da agricultura brasileira foi injusta com o pequeno proprietário rural, uma vez que todas as políticas públicas que eram destinados aos investimentos e os créditos rural eram voltados para área rural que atendia o mercado internacional, visando equilíbrios da balança comercial do país, sendo assim nesta conjuntura a produção familiar ficou em sua maioria a margem do processo, sendo excluída dos benefícios destinado pela política agrícola.

Os autores supracitados discorrem sobre a importância do movimento sindical, destacando que foi através de organização e lutas que favoreceu a implantação do programa, visto que este deu voz ao segmento dos trabalhadores rurais, principalmente agricultores familiares, que ao decorrer do processo histórico não tiveram acesso ao financiamento ofertados ao setor agrícola, pois até o início da década observa-se ,em relação a definição deste segmento, uma imprecisão em decorrência das distintas formas que era tratada. (SAVOLDI e CUNHA ,2010).

Destaca-se que há cerca de 20 anos que agricultura familiar teve políticas públicas voltadas para ela, o primeiro foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que deu origem a Declaração de Aptidão do Pronaf

(DAP), que possibilitou o acesso aos outros programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que contribuem para a acessibilidade dos circuitos curtos, e o acesso da população de baixa renda a alimentos saudáveis que adquiridos com os pequenos produtores rurais que produzem localidades próximas e que vendem a sua produção para as instituições sócio-assistenciais, escolas e prefeitura. (RETIERE,2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi lançado em 2003 é um programa interministerial que é executado pelo Conselho Nacional de Abastecimento (CONAB), Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve início em 2009 e segundo a lei nº11,947 de 2009, que 30% dos alimentos fornecidos nas escolas públicas sejam produzidos através da agricultura familiar. (RETIERE,2014).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, de lá para cá o programa sempre foi visto como um reconhecimento da agricultura familiar e as suas especificidades.

Em 2003 assumiu o presidente Luiz Inácio da Silva, que manteve o PRONAF, reduziu a taxas de juros para o financiamento, ampliou os recursos destinado a ele de 5,4 milhões para 16 milhões, isto ocorreu nos anos de 2003 a 2010 e diversificando as modalidades as quais esse programa atendia, ou seja, o PRONAF foi destinado a Mulher, Jovem, Agroindústria, Agroecologia, Semiárido, Floresta, Eco, Turismo Rural, Pesca e Mais Alimentos (GRISA; WESZ JR., 2010).

Segundo Cazella, Mattei e Schneider (s/d) ocorreram algumas reformulações que aconteceu no PRONAF, para atender as diversas modalidades existentes no campo brasileiro, os autores resumem estas em:

- a) Criação, através da resolução 2.436 do Banco Central, de 1997, da linha especial de crédito de custeio conhecida como “Pronafinho” (Grupo C), destinando créditos (na época) de até R\$ 1.500,00, com o objetivo de direcionar parte dos recursos de custeio aos agricultores mais necessitados;
- b) Criação pelo Banco do Brasil, em 1997, da modalidade “BB Rural Rápido”, com o objetivo de agilizar a liberação de financiamentos para aqueles agricultores que possuem cadastro junto ao Banco do Brasil;
- c) Criação do PRONAF Agroindústria, no ano de 1998, com o objetivo de financiar projetos coletivos e/ou de grupos;
- d) Criação, em 1998, da linha de crédito de investimento conhecida como PRONAF Agregar, com o objetivo de agregar renda às atividades agropecuárias;
- e) Criação, em 1997, do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais, com o objetivo de melhorar as condições de produção e de infra-estrutura nos municípios rurais, onde a agricultura familiar representa um papel estratégico na economia local;
- f) Fusão, através da resolução 2.766, de 2000, das linhas de crédito de investimento Agregar e Agroindústria em uma única, com o nome de Crédito de Investimento para

Agregação de Renda à Atividade Rural. Essa modalidade, ainda conhecida como PRONAF Agregar tem como objetivo liberar recursos para o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, sendo destinada aos agricultores dos grupos B, C e D; g) Extensão do crédito de custeio e das demais modalidades do programa, a partir de 2000, aos assentados da reforma agrária (grupo A/C), que já foram contemplados com recursos de investimentos para estruturação das unidades; h) Criação, pela resolução 3.001 do Banco Central, de 2002, da linha de crédito de investimentos para silvicultura e sistemas agroflorestais (Pronaf Florestal), destinada aos agricultores dos grupos B, C e D, com o objetivo de apoiar os investimentos em florestas; i) Criação, na safra 2003/04, de novas modalidades: PRONAF Alimentos, com o objetivo de estimular a produção de cinco alimentos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca e trigo); PRONAF Pesca, com o objetivo de apoiar os pescadores artesanais; PRONAF Agroecologia, com o objetivo de apoiar a produção agroecológica e os agricultores em transição; PRONAF Turismo Rural, com o objetivo de apoiar a implantação de atividades turísticas nas propriedades rurais; PRONAF Mulher; PRONAF Jovem Rural; PRONAF Semi- Árido e PRONAF Máquinas e equipamentos(CAZELLA;MATTEI ; SCHNEIDER .s/d,p.07)

No que tange a definição de agricultura familiar nota-se que apesar de a definição utilizada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em relação a definição de 1994, apresenta algumas diferenças como “a renda deve ser predominantemente de atividade vinculada ao estabelecimento (eliminado a necessidade de 80% de a renda ser da atividade agropecuária) e elimina a exigência de residência na propriedade ou em povoado próximo. ” (PICOLOTTO, 2014.p.18).

No que se refere ao debate atual sobre a noção de agricultura familiar Veiga e Fao Incra (1994) destaca que houve uma intensificação, em razão de análise que comprovaram que este ramo tem elevadas condições de competitividade em detrimento a agricultura patronal e diante disto s a esfera política elegeu esta forma de produção como carro chefe do desenvolvimento rural;

Neste contexto O PRONAF surge como ferramenta que irá proporcionar melhores condições materiais, contribuindo para o produtor rural ser integrado ao mercado e poder ter condições de manter a sua permanência no campo.

Pode-se afirmar que os mercados poderiam ser considerados competitivos entre os produtores agrícolas. Mas se considera que do outro lado do mercado estão grandes capitais na esfera financeira, na esfera dos insumos industriais para o setor agrícola e na esfera da agroindústria, por exemplo, esses mercados certamente não poderão ser considerados competitivos. (MOREIRA, 1997)

Referido a organização do PRONAF, Mattei (2005) analisa que são quatro grandes linhas operacionais. A 1º primeira destinada ao financiamento da produção,

onde anualmente, através de bancos e demanda de crédito, os recursos financiam atividades produtivas rurais. A segunda deliberar a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos, a terceira designada para capacitação e profissionalização de agricultores familiares e a última tem recursos aplicado ao financiamento de pesquisa, ou seja, na geração de tecnologia para a agricultura familiar.

Abaixo temos o quadro 2, no qual COPPETI (2008) como consiste a divisão dos agricultores pelo programa até 2002 e nos dias atuais, ressaltando que 2003, em função da mudança de governo foram inseridas duas novas categorias e uma desta é destinada aos agricultores oriundos da Reforma Agrária.

Vale ressaltar que antes esta classificação os agricultores eram definidos como mini e pequeno produtor rural, sendo assim o PRONAF reclassificou os agricultores ampliando os grupos objetivando atender as particularidades existentes, definido assim diferentes modalidades de créditos.

Até 2002	De 2003 até os dias atuais
Grupo A: Destinados aos assentados da Reforma Agrária.	Grupo A: A categoria engloba os agricultores deveram ser provenientes de assentamentos da Reforma Agraria, não podem detenha sob qualquer forma domínio de área superior ao modulo fiscal. Tenham recebido financiamento nos 12 meses, antecedentes solicitação, financiamento com renda bruta anual e R\$14,000,00(quatorze mil reais) e tenham sido reassentados em função e barragens antes de 31/12/2002.
Grupo B: Destinados aos agricultores de baixa produção e pouco potencial de aumento.	Grupo B: microcrédito rural Nesta categoria temos os agricultores familiares que explorem parcela e terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou posseiro, que morem na propriedade ou em local próximo que não tenham área superior a quatro módulos fiscais e 30% da renda familiar seja provido da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento que deverá ter como base em sua exploração o trabalho familiar.
Grupo C: Destinados aos agricultores com limitação de investimentos, mas com potencial de aumento.	Grupo C: Estão inseridos os agricultores familiares que explorem parcela e terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, posseiro ou concessionário do PNRA, que residam na propriedade ou em local próximo que não tenham área

	superior a quatro módulos fiscais e 70% da renda familiar seja provido da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento que tenham como base em sua exploração a predominância de trabalho familiar ,utilizando eventual trabalho assalariado de acordo com as exigências sazonais de produção.
Grupo D: Destinados aos agricultores com estabilidade econômica	Grupo D: Destinados aos agricultores com estabilidade econômica
Grupo A/C: Não existia neste período	Grupo A /C: Destinados aos agricultores vindos da Reforma Agraria que são assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que apresente DAP fornecida pelo Incra, que não tenha contraído financiamento de custeio, exceto no grupo A/C.
Grupo E: Não existia neste período	Grupo E: Neste grupo temos os agricultores que apresentam melhores renda bruta familiar no ano.

Quadro2- Classificação dos agricultores no PRONAF  
Elaboração: Melo (2017) baseado em Coppeti (2008)

Coppeti (2008) coloca que apesar do PRONAF tenha contribuído para a inserção da agricultura familiar no âmbito econômico, diante disto o autor ressalta que existe alguns obstáculos no programa que geram limitações práticas.

Primeiramente o desafio financeiro, visto que apesar do crescimento, os recursos disponibilizados ainda não atendem a real necessidade do agricultor familiar que foi negligenciado durante o processo e modernização da agricultura, ficando a margem deste. Atrelado a isto frisa-se que temos divergência entre a liberação dos recursos e a sua disponibilidade efetiva que influencia nos indicadores de desempenho neste setor e concentrações de recursos e produtos em algumas regiões (COPPETI ,2008).

Outro ponto destacado pelo autor supracitado consiste na burocracia dos órgãos públicos que impede a legitimação desse processo uma vez que concentra-se nesses o poder decisório, ocasionando a falta de autonomia por parte das instâncias que estão sendo criadas.

Sobre a atuação do PRONAF, Conti e Roitman, colocam que:

A expansão do Pronaf esteve associada à criação de linhas no âmbito do Programa voltadas a finalidades específicas. Foram criadas, entre outras, as linhas Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia e Pronaf Mais Alimentos. Iniciada no ano-safra 2008-2009, a linha Pronaf Mais Alimentos tem sido muito utilizada para a compra de tratores, por ter um limite de crédito mais

elevado (R\$ 130 mil, segundo as regras para o ano-safra 2010-2011). Foram estabelecidas condições especiais de crédito para jovens e mulheres, assim como para agricultores familiares pertencentes aos grupos A e B do Pronaf. O grupo A é formado por agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário; o grupo B é constituído pelos agricultores familiares mais pobres, com renda familiar anual inferior a R\$ 6 mil (valor aplicável ao ano safra 2010-2011). (CONTI; ROITMAN, 2011, p. 140).

Os referidos autores ressaltam que existe uma renovação no âmbito desta política de planejamento direcionada ao agricultor familiar, com a criação de linhas específicas como o Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia e Pronaf Mais alimentos.

Por fim salienta-se que apesar de algumas adaptações necessárias o PRONAF tornou-se de grande relevância para manter o produtor familiar no campo, uma vez que o financiamento apresenta baixas taxas de contribuição para que os trabalhadores que estão neste setor rural, possam investir na melhoria de sua produção, através da compra de utensílios e máquinas, para o mercado consumidor.

No que tange as feiras livres o PRONAF apresenta uma grande relevância, visto que é através dos recursos provenientes desse programa, os feirantes, em sua maioria produtores rurais, adquirem meios de investirem na produção e na compra de carros da categoria camionetes para o transporte dos produtos comercializados, possibilitando assim o ressurgimento das feiras em varias localidades.

#### **1.4. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos.**

Pierri e valente (2000) colocam que agricultura familiar tem seus produtos comercializados em vendas diretas. Integração vertical, vendas para distribuição e mercados institucionais, eles explicam que na primeira tem-se a entrega da mercadoria fica a cargo do produtor. A segunda caracteriza-se pela venda da matéria prima. Na terceira encontra-se o comércio realizado com os atacadistas e varejistas e na última está relacionada as vendas destinadas ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O PAA opera em cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e Consumo de Leite (para os estados do Nordeste e Minas Gerais) e Compra Institucional, antiga Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar. Entre os assentados objetos de nossa pesquisa de campo, apenas as modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoque estavam sendo acessadas.

Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), m que, no Brasil, ao falar circuitos curtos de comercialização de alimentos - CCCA ou cadeias agroalimentares curtas, são consideradas a relações de proximidade entre produtor e consumidor, uma vez que não existe uma definição oficial para essa forma de comercialização.

Corroborando com a definição, Sampaio e Turnes (2014) colocam que esses podem ser feitos de forma direta ou indireta com a participação de um intermediário, Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), ressaltam que em função da noção de proximidade geográfica são utilizados os termos circuitos de proximidade ou circuitos locais.

Os circuitos curtos são de grande relevância para a economia local, pois possibilitam a geração de renda e trabalho e oferta de alimentos diversificados e de qualidade elevada, além de contribuir para o escoamento da produção (PIERRI, VALENTE 2015).

Silva et.al (2017) em relação aos circuitos curtos de comercialização de alimentos destaca que a especificidade, a aproximação entre produção e consumo, e o enraizamento são as principais características dessa forma de comercialização, que acontecem com os produtos que são produzidos nas pequenas agroindústrias rurais familiares ou em relações face a face, como vendas a domicílio e feiras livres.

Nesse Sentido Darolt (2012) coloca que as referidas unidades produtivas produzem uma diversidade de produtos de origem animal e vegetal, além da pluriatividade que está presente com investimento em atividades pedagógicas, lazer, turismo e hotelaria.

Sobre a forma de comercialização, fica sobre a adequação de cada produtor que irá analisa a sua produção e infraestrutura e a partir dessa, definir qual é a melhor para a sua realidade. (SILVA et.al., 2017)

Vale destacar que no Brasil a maioria dos estudos voltados para o circuitos curtos de comercialização de alimentos - CCCA são voltados para ao comércio de produtos provenientes da agroecologia<sup>4</sup> nessa perspectiva: Darolt, Lamine e

---

Dentre as vantagens do Programa estão a dispensa de licitação e a liberdade do produtor entregar os produtos que tem disponível no momento. Por outro lado, o baixo limite de recursos por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), é visto como uma de suas falhas por alguns dos produtores entrevistados na pesquisa de campo e no seminário realizado no campus de Jaboticabal da Unesp em 2011.(CAMARGO, BACCARIN, SILVA. s/d).

<sup>4</sup> [...] o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativa ao atual modelo de manejo industrial dos recursos, mediante propostas sugeridas de seu

Brandenburg (2013) sobre a tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França (figura1) ,colocam que já são vivenciadas experiências no que tange os circuitos curtos, destacando que a venda direta é realizada de três formas na propriedade, acolhida na propriedade e fora da propriedade.

Para os autores supracitados sobre a tipologia de cadeias curtas, discorrem três modelos que são proximidade espacial, espacialmente estendida e a face a face que caracterizam respectivamente pela especificidade na região de produção, comercializados exteriormente região de produção e venda direta aos consumidores, são o caso das feiras livres.

---

potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social.” (SEVILLA-GUZMÁN ,2001, p.11)

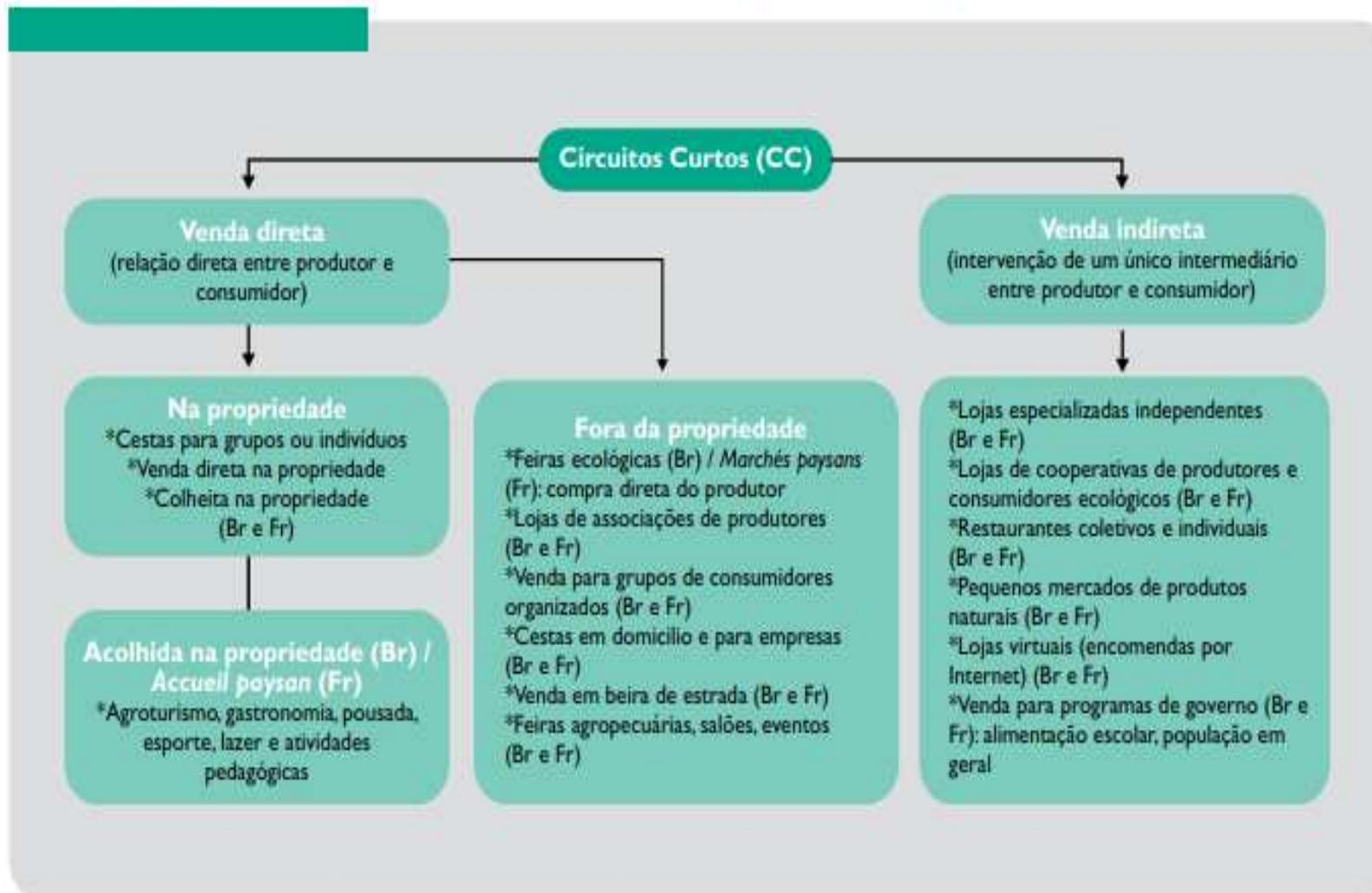


Figura 1 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França. Org: Darolt, Lamine e Brandenburg (2013)

Sendo assim cabe ressaltar que os circuitos curtos da economia, tornam-se uma alternativa para o pequeno produtor, uma vez que não tendo intermediária o consumidor pagará menos pelos produtos e em contrapartida o produtor ganhará mais, e as feiras livres nesse contexto apresentam um papel fundamental, pois são nelas que esses últimos tem a oportunidade de realizar a apresentação de sua produção.



Figura 2 – A exposição de produtos na feira do Major Prates  
Autor: Melo (2018)

No tocante a discursão a feira do Major Prates, figura 07, como a maioria das feiras, a estrutura da cadeia dos hortifrutigranjeiros acontece de forma direta e fora da propriedade na qual os produtores/feirantes produzem os produtos e ofertam aos fregueses, possibilitam a esses criarem o hábito de consumirem os produtos locais, potencializando a relação entre os agricultores feirantes e os consumidores.

## 1.5. Montes Claros: da cidade agrária à cidade Polo de serviços

O referido estudo tem como *locus* a Feira livre do Bairro Major, que se localiza na Cidade de Montes Claros. Trataremos assim da relação do rural e o urbano, no caso específico deste município, localizado no norte do Estado de Minas Gerais.

A cidade de Montes Claros (mapa1), segundo o IBGE (2010), possui um território de 3.568,935 km<sup>2</sup>, que se situa na Bacia do Alto Médio São Francisco, no Norte de Minas, a 418 km de distância da capital Belo Horizonte, tendo como principal acesso a BR-135.

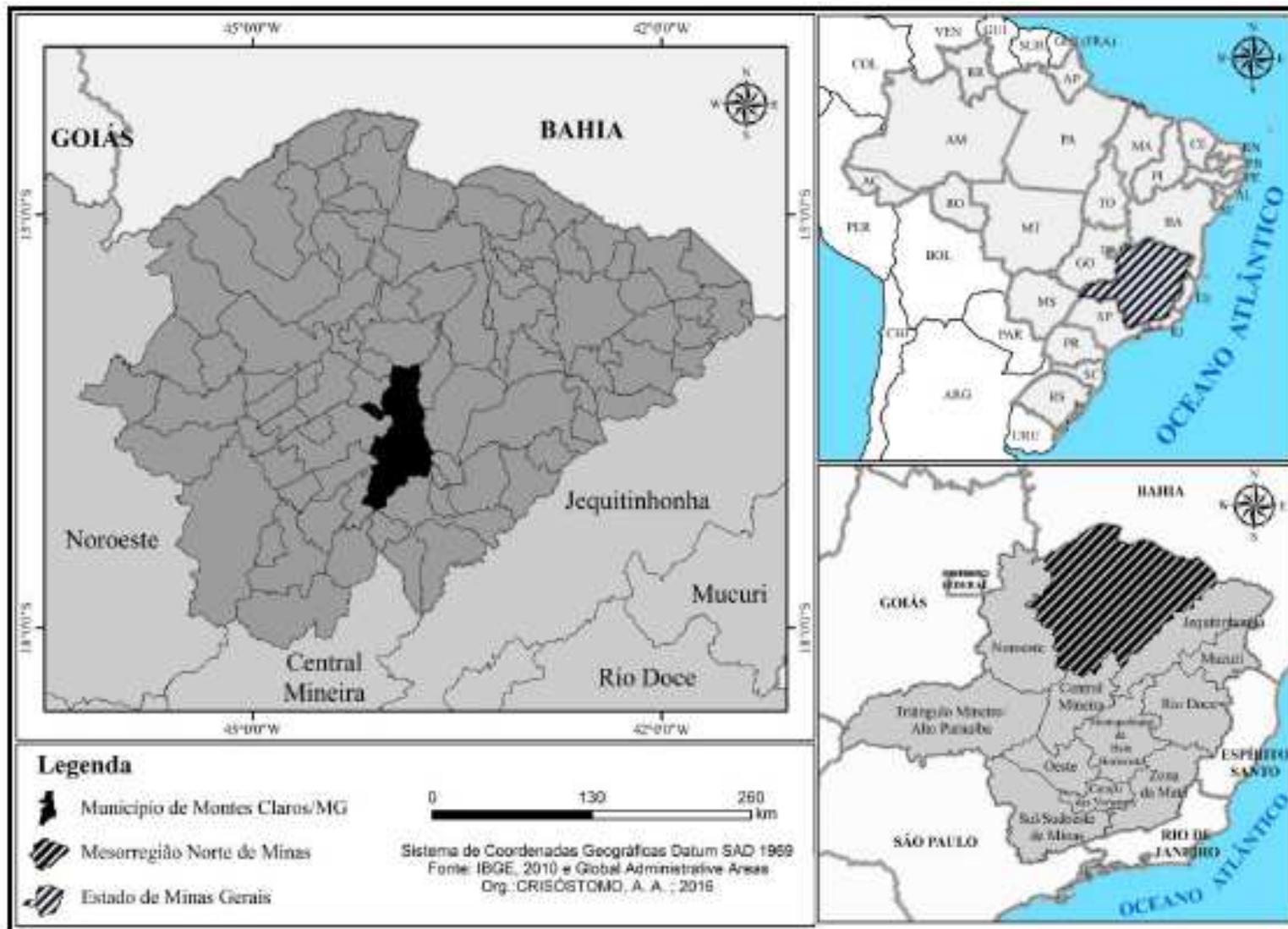
De acordo com a classificação de Amorim Filho e Serra (2001), pode-se enquadrar o município de Montes Claros na categoria de cidade Média, já que esta realiza interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior (2001, p. 09), além de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, oferecendo um panorama bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional.

De acordo com França (2007) uma das grandes dificuldades em realizar estudos acerca das cidades médias, encontra-se em conceituá-las e classificá-las em função de suas complexidades, destacando que existem diversos critérios para estudá-las.

Em outros estudos, destacamos Amorim Filho e Serra (2001) que classificam as cidades médias como o conjunto de cidades que apresentam entre 50 mil e 500 mil habitantes que vivem no espaço urbano.

França (2007) discorre que a Organização das Nações Unidas (ONU) define como médias as cidades com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. Pereira (2006) chama atenção para o fato de que a definição de cidade média não apresenta uma padronização, uma vez que a explicação está atrelada à região, o país e o período histórico considerado.

Conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica os centros urbanos que apresentam recorte populacional, a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes como cidades médias. Conclui-se então que Montes Claros se enquadra nessa categoria, tendo em vista que apresenta uma população estimada de 402.027 pessoas no ano de 2017.



Mapa 2- localização do Município de Montes Claros  
 Org: CRISOSTOMO (2016)

Amorim Filho e Abreu (1982) classificaram as cidades médias mineiras em 4 níveis, com base em 25 variáveis (crescimento da população urbana; migrações; distribuição setorial da população ativa; arrecadação municipal; equipamentos e relações dos setores comercial e de serviços entre outros) de acordo com esses, temos: Grandes Centros Emergentes (Nível 1), Cidades Médias de Nível Superior (Nível 2), Cidades Médias Propriamente Dita (Nível 3) e Centros Urbanos Emergentes (Nível 4). Neste contexto, a cidade de Montes Claros enquadra – se como sendo uma Cidade Média de Nível Superior (FRANÇA, 2007).

Amorim Filho e Serra (2001, p. 8-9) destacam algumas condições que uma cidade apresenta para destacar a sua economia, política, infraestrutura e características socioambientais, como:

- interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Historicamente, a cidade de Montes Claros teve a formação nas entradas e bandeiras,<sup>5</sup> que vieram da Bahia e São Paulo, porém a ocupação deu-se efetivamente no século XVIII, com o bandeirante Matias Cardoso que implantou uma fazenda para a criação de gado.

Sobre a formação de Montes Claros, Pereira e Almeida aduzem que:

A cidade de Montes Claros teve sua origem ligada à expansão da pecuária no norte de Minas gerais e à ação das bandeiras paulistas quando, em busca de ouro, Antônio Gonçalves Figueira funda em 1707, a fazenda Montes Claros.

---

<sup>5</sup> No tocante aos termos entradas e bandeiras, a historiografia tradicional adota duas posições. Uma que engloba na designação bandeiras todas as expedições que incursionavam pelo sertão, partindo de qualquer ponto do Brasil e formadas de iniciativa oficial ou particular. A outra corrente limita a aplicação do termo entradas às expedições inspiradas pelos representantes da Coroa, e reserva apenas aos grupos paulistas, de formação espontânea, a nome bandeiras. DAVIDOFF, Carlos Henrique. *Bandeirantismo: verso e reverso*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 26-27.

Essa fazenda tornou-se ponto de passagem para os tropeiros, ampliando seu comércio e sua importância no âmbito regional. Já no século XIX, a cidade era considerada o principal centro do comércio regional. (...) A cidade de Montes Claros desenvolve-se a partir de uma fazenda de gado, e, apesar de ter sido foco de políticas de planejamento regional, teve um crescimento urbano espontâneo, num padrão disperso e predominantemente horizontalizado. Para facilitar uma melhor análise do processo de ocupação e crescimento de Montes Claros, será feita uma divisão da cidade em seis grandes regiões: centro, centro-oeste, norte, sul, leste e oeste, tendo por base a posição geográfica e a semelhança nos padrões de crescimento de cada um destes recortes espaciais (PEREIRA; ALMEIDA, 2004, p. 79).

Posteriormente, ocorreu a criação da fazenda Montes Claros, que foi responsável pela aglomeração populacional e após a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, desenvolveu o Arraial das Formigas que em 1832 foi elevada à categoria de Vila em 1832, e 1857 a Vila foi elevada ao posto de cidade.

Em 1768, a fazenda de Montes Claros foi vendida ao Alferes José Lopes de Carvalho e em 1769 foi construída a capela de Nossa Senhora e São José, o marco inicial. A partir daí começa o processo de ocupação dessa área, com a construção de casas domingueiras pelos fazendeiros vizinhos. (...) Em 1844, a vila passa a se chamar Vila de Montes Claros, já se destacando como centro comercial, político-administrativo da região do Norte de Minas. (LEITE; PEREIRA, 2004, p. 34).

Neste período, observa-se que a agropecuária, juntamente com o comércio, fora às atividades econômicas de maior relevância, sendo que grande parte da população do município de Montes Claros morava em fazendas e nessas desenvolviam atividades ligadas à agricultura e pecuária, ressaltando a importância da expansão da agropecuária no processo de povoamento e formação da cidade de Montes Claros, afinal era no campo que se concentrava a população, a produção e o poder.

Em relação à produção de autoconsumo Santos destaca que:

É uma característica marcante da agricultura regional, salvo raras exceções como o algodão, responsável por alguns ciclos da agricultura local (...). O gado, no sertão foi se adaptando, forjando uma raça resistente às drásticas condições de sobrevivência oferecidas pela natureza. (SANTOS, 2002, p. 12).

Nos anos subsequentes, tivemos a criação de um mercado coberto na Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz), em 1893, para o comércio de produtos e em 1899 a criação do primeiro mercado público, figura 3, localizado no centro da cidade, tornando-a em uma cidade Mercantil (PAULA, 1979).

Os mercados segundo Guardia e Oyon (2010) diferenciam-se das feiras em relação a estrutura e periodicidade, visto que eles ocorrem em ambientes fechados de forma

cotidiana, colocando que nas cidades, como o caso do Brasil, que foram colonizados hispânicos ou portugueses, esse espaço seguiram os padrões europeus.

Colaborando com a ideia de periodicidade Barbosa (2002) traz a ideia de que no mercado tem-se os encontros que repetem-se em um curto intervalo de tempo já as feiras acontecem semanalmente ou mensalmente.



Figura 3: Mercado Inaugurado em 03 de setembro de 1833 e demolido em 1971.  
Fonte: <http://www.montesclaros.mg.gov.br>

Em 1926 ocorreu a ligação férrea entre Minas Gerais e Bahia contribuindo para a integração de Montes Claros com os principais centros do Brasil como Rio de Janeiro e São Paulo, tornando a cidade coletora e distribuidora de produtos dessas regiões para as demais cidades nortes mineiras, destacando que no início este comércio era realizado pelos tropeiros<sup>6</sup> (PAULA, 1979).

---

<sup>6</sup> Tropeiros ou bruaqueiros eram as pessoas que transportavam e distribuíam as mercadorias e produtos da época, para fazendas, vilas e cidades, utilizando-se burros ou cavalos, sendo este o principal meio de transporte. Eles colocavam as mercadorias em broacas, que eram uma espécie de mala de couro, que ficava acoplada aos animais. (GOMES,2007)

A 1º de setembro de 1926, inaugurou-se a Estrada de Ferro Central do Brasil em Montes Claros. O neoclassicismo das luzes, a pompa, o cinema ao ar livre, preconizavam o horizonte técnico, a concepção de civilização, expressa pela elite sertaneja na organização das festividades. As novas relações sociais, pautadas pelo mundo-imagem do cinema e o mundo-cinematográfico da janela do veículo, colocavam o trem como o mensageiro do progresso (LESSA, 1993, p.188).

Até 1942, a cidade era a “ponta de trilho”, ou seja, a uma estação da ferrovia, isto fez com que Montes Claros se tornasse uma área onde fosse “reunido, distribuído e comercializado a produção do campo que lhe era circundante” juntamente a tornando um ponto convergência de uma população migrante e propiciando a sociedade montesclarenses o acesso às informações (correio, revistas, jornais), contribuindo para as mudanças na cidade (GOMES, 2007).

Na década de 50, já contava com numerosas edificações comerciais e de serviços como bares, restaurantes, bancos, hospitais, correios, telégrafos e outros (PAULA, 1979). Destaca-se que foi na década de 30, que ocorreu a implantação da ferrovia e que a cidade sofreu um amplo crescimento populacional.

Nesse período, Montes Claros caracterizava por uma população predominantemente rural, segundo França (2007), em população estimada em mais de 132.000 mil de habitantes, 65% residiam na zona rural.

No que se refere ao comportamento populacional da referida cidade pós década de 50 França (2006, p.73-74) destaca que:

O comportamento populacional de Montes Claros pós década de 1950, mostra que a população do município continua crescendo significativamente e, seguindo a tendência de parte dos municípios brasileiros e do estado de MG, a população urbana mantém-se preponderantemente rural desde de 1970. (...) o rápido processo de urbanização de Montes Claros, que, nas últimas décadas teve um significativo incremento na sua taxa de população urbana, que evoluiu de 65% (1970) para 94% em 2000 registrado –se uma média maior do que a nacional.

Na década de 60, a Cidade Agrária/Mercantil se restringia à área central e alguns bairros próximos ao centro (PAULA, 1979), já que ao redor da mancha urbana, que restringia ao setor, tem-se a presença de fazendas, sítios e alguns povoados ou núcleos urbanos isolados, trazendo ao espaço características mais rurais.

Ressalta-se que na segunda metade da década de 60, a inserção da cidade na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE gerou grandes transformações sociais e econômicas da cidade, incluído a instalação do Distrito

Industrial. Pereira (2007, p.136), afirma que “o processo de industrialização, viabilizado por incentivos da SUDENE, alterou a organização espacial de Montes Claros, contribuindo para o aumento populacional, a expansão da malha urbana”,

Indo em consonância, Milton Santos (1996) coloca que na década de 60 os municípios brasileiros passaram por uma inflexão agrário - urbana, e Montes Claros seguiu essa propensão, onde a sua população urbana residia em sua maioria no espaço urbano.

O processo de industrialização de Montes Claros, na década de 70, trouxe melhoria na infraestrutura, expansão dos serviços, novas formas e uso dos espaços com crescimento mais significativo da malha urbana da cidade com a implantação de novos loteamentos, oriundos do processo migratório.

Ainda sobre as migrações do rural para o urbano, na cidade de Montes Claros, França (2006) evidencia que pode ser explicada pela degradação das condições da vida do campo advindas das mudanças que a revolução verde impôs à zona rural, em razão da mecanização, que contribui para a diminuição da oferta de emprego e o estrangulamento das pequenas propriedades.

Além dos fatores ambientais e econômicos, a mecanização do campo acarretou uma ruptura do patrimônio cultural e social da população rural, nas palavras de Paula (2003, p.36)

A migração campo-cidade precisa ser entendida como forma de exclusão dos pobres que não encontram possibilidades de sobrevivência no lugar de origem e também não encontram oportunidades no lugar de destino. O lugar de destino quase sempre é provisório, pois os migrantes são “incentivados” e “empurrados” a continuar no trecho, sem saber para onde estão indo (PAULA, 2003, p. 36).

Na década de 80 Montes Claros foi “[...] marcada por uma nova fase de expansão da cidade, sobretudo na zona sul, com o surgimento de novos bairros, a construção de conjuntos habitacionais, a revitalização de favelas e novos loteamentos, sem, contudo, obedecer a um planejamento global e efetivo” (PEREIRA; ALMEIDA, 2004, p. 82-83).

Pereira (2007, p.136), afirma que “o processo de industrialização viabilizado por incentivos da SUDENE, alterou a organização espacial de Montes Claros, contribuindo para o aumento populacional, a expansão da malha urbana”, e principalmente a construção de espaços de resistência cultura rural no cerne urbano.

No que refere-se ao crescimento econômico e expansão urbana, Pereira et al (2010, p. 4) ressaltam que Montes Claros apresentou uma realidade singular, uma vez que é um núcleo urbano com grande expressividade no norte de Minas gerais, tendo uma posição de centralidade intra e inter-urbana.

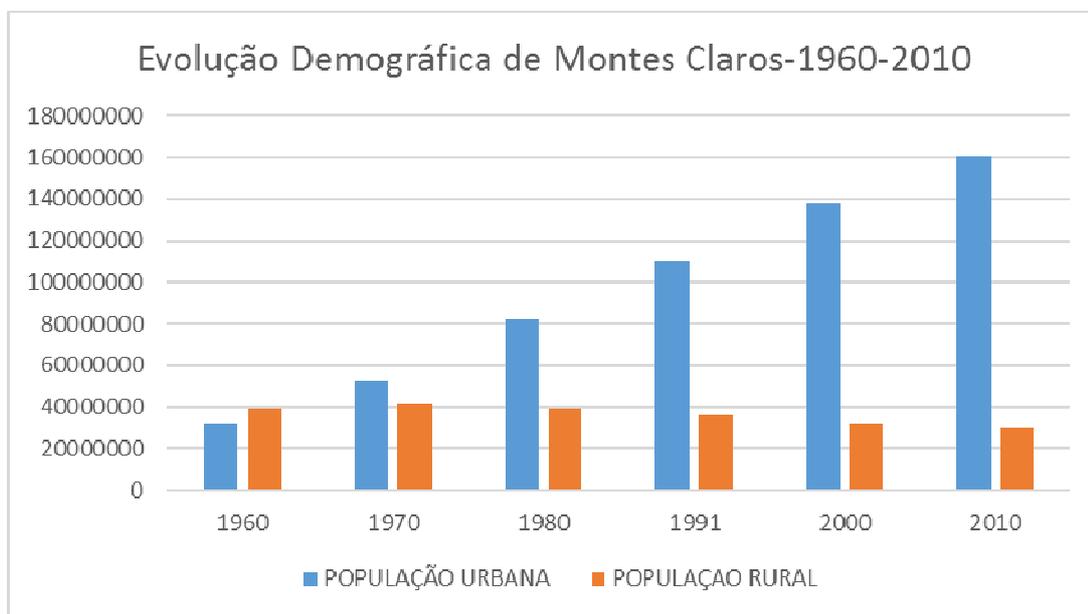


Gráfico 1: Evolução Demográfica de Montes Claros-1960-2010  
 Fonte: IBGE 2010  
 Org: Melo, 2017

O gráfico 1, ilustra o comportamento demográfico da cidade de Montes Claros nos últimos 60 anos, onde se observa segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao realizar a comparação entre a população rural do ano de 1960 a de 2010 houve, conforme colocado anteriormente, a partir da década de 70, a transformação de uma sociedade que apresentava uma população que predominava na zona rural para uma sociedade urbana, na qual em 2010 mais de 80% das pessoas que moram em Montes Claros tinham a sua residência no meio urbano.

Nesta conjuntura, ressalta-se que a relação direta entre a industrialização e o processo de urbanização, na qual fez com que Montes Claros fosse transformada em um espaço de convergência para as pessoas que migravam do sul da Bahia e norte e noroeste de Minas Gerais.

Pereira (2004) frisa que, ao realizar um estudo sobre a urbanização, é de grande relevância considerar a urbanização ideológica e cultural, uma vez que Montes Claros exerce a centralidade da região norte mineira e, nesta, existe uma parcela significativa

de pequenas cidades, sendo assim, é comum as pessoas terem hábitos que são comuns à vida rural.

A respeito das pequenas cidades norte mineiras e da questão das características rurais presentes, Pereira (2007, p.188-186) destaca que essas são de presentes no modo de vida e na esfera econômica. Visto que

Seguindo esse pressuposto, nas visitas feitas nas cidades da região, constatamos que o padrão urbanístico nelas predominante é simples. De um modo geral, na maioria das cidades pequenas a vida urbana gira em torno da praça central, que normalmente é a da igreja, para a qual convergem ruas e caminhos. Essa é também a parte da cidade que possui as melhores casas, geralmente habitadas por pessoas que têm prestígio social ou político. O perfil habitacional é muito variável, indo de poucas casas requintadas a construções simples, algumas feitas de adobe [...]ou pau a pique. No interior dessas cidades é comum encontrarmos as pessoas se deslocando utilizando cavalos, carroças ou carro de boi.[...]Além desses aspectos, em todas as cidades encontramos outros traços da vida rural no tecido urbano, que se expressa, entre outros, pela ocupação da população em atividades rurais tradicionais, na manutenção de hábitos ligados ao rural {...} pela presença dos currais nos arredores das cidades, sem falar nos animais domésticos, que normalmente perambulam nas ruas.

Frisa-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços de Monte Claros é equivalente a 69% do produto interno, reforçando a tendência de expansão do setor terciário da cidade. Em contraponto a indústria, representa 29% e a agropecuária 2%, segundo dados disponibilizado pelo IBGE (2010):

A rede urbana norte-mineira, da qual Montes Claros é o centro principal, se materializa a partir da autonomia e influência hierárquica exercida por essa cidade média nas relações socioeconômicas com as diversas cidades que a compõe, especialmente Janaúba, Januária e Pirapora. As interações espaciais entre esses centros urbanos são densas, dinâmicas e complexas e geram uma complementaridade funcional onde Montes Claros ratifica sua centralidade intra e inter-regional, exercendo funções especializadas e diversificadas. Januária, Janaúba e Pirapora configuram-se como importantes centros emergentes possuindo um setor terciário dinâmico e relevante, evidenciando importante centralidade nas microrregiões em que estão inseridas.

No município de Montes Claros, o uso e ocupação do solo é determinado pela Lei nº 3.031/02. Nesta tem-se o solo dividido em zonas de uso, ocupação e parcelamento do território. Em respeito à delimitação de zona urbana na cidade em questão, atualmente no parágrafo 1 a 3º da Lei nº 3.031, de 06 de julho de 2002 que dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de montes claros e dá outras providências, são especificados os critérios para que uma área seja considerada urbana. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-PMMC,2002)

Parágrafo 1º - Considera-se área urbana a que descrita contenha loteamentos aprovados e/ou possua pelo menos dois dos seguintes equipamentos mantidos pelo poder público: I - Meio-fio e pavimentação, com ou sem canalização de águas pluviais; II - Abastecimento de água; III - Sistema de esgotos sanitários; IV - Sistema de iluminação pública e energia para distribuição domiciliar.

Parágrafo 2º - Considera-se zona de expansão urbana (ZEU) os vazios urbanos localizados dentro do perímetro urbano, comprometidos com o uso urbano e não parcelados.

Parágrafo 3º - Também são considerados como área urbana as sedes dos distritos e povoados do Município de Montes Claros, que sejam inscritas num perímetro, distante 500 (quinhentos) metros a partir dos atuais limites dos arruamentos

Na referida Lei sobre no artigo 8º é especificado que a zona rural compreende as áreas externas e os perímetros urbanos da sede do Município e dos distritos.

Como já demonstrado anteriormente, a população residente na área rural de Montes Claros é muito pequena comparada à população total do município. Esse contingente populacional baixo no campo reflete o que aconteceu em todo o Brasil principalmente a partir de 1970. Com a industrialização que se fez presente na maioria do país, neste período observa-se que houve o processo denominado de fuga do campo, no qual as pessoas iam para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Na zona rural de Montes Claros, as atividades ligadas ao campo são bastante diversificadas, sendo que a principal são as culturas de milho e feijão, além disso, a sorgo se faz presente ao lado da pecuária, sendo esta segunda uma das atividades com maior influência no município com cerca de 125.241 cabeças de gados e produzindo 18.120 litros de leite e a produção de hortaliças. (Censo Agropecuário, 2015).

Acredita-se que, apesar de Montes Claros possuir sua maioria da população residindo na cidade e tendo a sua economia pautada no setor serviços, o município apresenta uma diversidade econômica ligada às atividades do campo, sendo que a agricultura familiar apresenta um papel de grande relevância, ressaltado o pluriativo, que consiste em áreas rurais onde “combina atividades agrícolas com atividades não agrícolas de tal forma que surgem, entre os produtores rurais ou comerciantes, outros tipos de atividades econômicas que contribuem para o desenvolvimento da propriedade”(FONSECA,2014).

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva

(diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar) bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural) (RUA ,2006, p. 87).

Vale destaca que a realização de atividades de não agrícolas no meio rural é algo antigo, porém o termo pluriatividade, está sendo utilizado para denominar a várias formas de trabalho e renda, que estão sendo realizadas no campo.

No âmbito das feiras observa-se que a pluriatividade é uma constante da vida dos feirantes, visto que esses e as suas famílias buscam uma nova fonte renda em outros setores da economia, para a complementação da renda.

Neste contexto alguns são assalariados, aposentados ou comercializam alguma mercadoria de forma como roupas, bijuterias, cosméticos, produzem pães, biscoitos, doces ou realizam alguns serviços terceirizado.

A feira livre do Bairro Major Prates nota-se que existe uma parcela significativa, ou seja 35% dos 50 feirantes pesquisados, possuem ocupação não agrícolas uma vez que a renda não é proveniente apenas da produção agrícolas, uma vez que as mulheres, os filhos e muitas vezes o próprio feirante exerce uma outra atividade, ou são aposentados ou pensionistas.

Assim, o município de Montes Claros tende a evidenciar uma coexistência entre o urbano e o rural, característica comum a um número elevado de municípios mineiros que tiveram suas origens nas atividades agropecuárias, nos quais se nota a reprodução do rural na prática da agricultura urbana e periurbana, festas, modo de vida e espaço de comércio, como é o caso do Mercado Central e das feiras livres realizadas nos Bairros Delfino Guimaraes, São José e Major Prates sendo essa última o foco desse estudo.

## **2.A FEIRA LIVRE E O ESPAÇO PÚBLICO**

Neste segundo capítulo da dissertação busca-se trazer as reflexões sobre o espaço público e a cidade contemporânea e relatar sobre o processo geohistórico da feira livre do bairro Major Prates, que constitui o lócus desse estudo, porém torna-se relevante realizar algumas colocações acerca de espaços públicos visto que a referida feira é realizada em uma avenida no município de Montes Claros.

Posteriormente, faz-se uma síntese sobre o surgimento dessa forma de comércio tradicional no mundo, que vem através de séculos, exercendo, de forma relevante, funções econômicas, sociais e culturais; influenciando de forma local e regional.

### **2.1. O Espaço Público e a Cidade Contemporânea**

Etimologicamente, (a palavra “público”, deriva do latim “publicus” que significa aquilo que é, e diz respeito a todos.). José Pedro Machado, em seu Dicionário Etimológico, afirma ter sido por volta de 1470 que de acordo com Sennett (1988) que a palavra “público” manifestou-se como algo que é comum a todos.

Gomes (2002) apresenta que “é público aquilo que não é privado” colocando que a problemática ligada à denominação encontra-se no fato “de que ele é simplesmente definido pelo livre acesso” (GOMES, 2002, p.160). O autor acrescenta que o referido espaço difere do ser coletivo, uma vez que esse apresenta o espaço público como, aquele que tem vínculo com a vida pública, possibilitando que os indivíduos tenham a possibilidade de dialogar entre si, expondo suas ideias e concepções.

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co- presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (GOMES, 2002, p.163).

Para Ferrari (2004), o espaço público é definido como logradouro e espaço comum “como qualquer área urbanizada inalienável, sem edificação e destinada ao uso comum ou especial dos munícipes, como praças, parques, ruas, jardins, largos, etc.” (FERRARI, 2004, p.219).

Sobre a definição dada por Ferrari nota-se uma generalização que não considera a apropriação e a significação desse espaço, que são abordagens fundamentais ao discorrer a respeito de espaço público (CERQUEIRA, 2013).

Lamas (2004) é um dos autores que especifica e diferencia espaços públicos, na sua concepção, tem-se a praça como “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes” (LAMAS, 2004, p.102); a rua como um “lugar de circulação” (LAMAS, 2004, p.100), e os largos e terreiros são definidos como “vazios ou alargamentos da estrutura urbana e que com o tempo foram apropriados e usados” (LAMAS, 2004, p.102).

Na concepção de Carneiro e Mesquita (2000), as praças são “espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública” (CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.29), e os pátios e largos “são espaços consolidados a partir das necessidades surgidas durante o processo inicial de ocupação da cidade” (CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.27).

Ressalta-se que os parques e praças são os espaços que são maiores e reivindicados, porém estes apresentam uma heterogeneidade na forma e distribuição, pois quanto mais afastado do centro e dos bairros elitizados, percebe-se que existe por parte do poder público um descaso, revelando a presença do espaço público no espaço urbano, não significando similaridade entre esses, até mesmo as formas de relacionar entre os indivíduos e os espaços sofrem esse fenômeno (MACEDO, 2003).

Merlin e Choay (2000) ao definirem a expressão espaço público, ressaltam a multiplicidade correlacionada às conjunturas históricas das quais essa faz parte.

De uso muito recente no urbanismo, a noção de espaço público não foi até hoje objeto de definição rigorosa. Considera-se espaço público a parte não construída de uma cidade, de domínio público, destinada a uso público [...]. Com presença marcante no urbanismo operacional dos últimos quinze anos, os debates atuais acerca das formas e dos significados do espaço público no ambiente urbano são ainda muito dependentes de referências históricas e morfológicas (MERLIN, CHOAY, 2000, p.45).

No que tange ao conceito de espaço público, observa-se que esse é definido de acordo com seu contexto ou sua relação com a cidade ao decorrer da história, uma vez que, com o passar do tempo, esta assume diversas características como: mercado, posteriormente espaço político, depois estético e contemplativo, ou seja, a modificação conceitual é determinada em conformidade com cenário social, política, cultural e

urbanístico de cada momento, sendo assim, o espaço público é um importante signo do urbano. Sobre o espaço público, que descreve a história da cidade com as suas mudanças, Rolnik discorre que:

Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel. O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denotam o seu mundo (ROLNIK, 1995,p.16-17).

Outro ponto, é a conceituação de espaço público que está intrinsecamente ligada ao corpo teórico utilizado, visto que, se seguimos o viés filosófico, esse espaço está associado à prática da democracia, onde serão desenvolvidas as ideias e pensamentos através do discurso. Sociologicamente, constitui um espaço de convivência social no qual os indivíduos de uma sociedade encontram-se. Juridicamente, a concepção de espaço público está ligada aos conceitos de propriedade e apropriação, em que temos o poder público como o “administrado” desse espaço, diferentemente do espaço privado. No viés urbanístico, esse é tido como espaços abertos que são delineados no desenho da cidade. (SORIANO,2006).

Assim como Soriano (2006) no que tange à conceituação de espaço público, Gurza Lavalle discorre que este apresenta diversas dificuldades em função de sua complexidade.

A diversidade de campos semânticos e problemas disciplinares perpassados por ela, bem como a ambiguidade inerente as suas diferentes expressões conceituais — espaço público, esfera pública, vida pública, publicidade —, tornam especialmente difícil à apreensão dos componentes fundamentais que conferem identidades aos seus múltiplos sentidos (GURZA, LAVALLE, 2005, p.28).

Nesta conjuntura, a rua, espaço público onde acontece a feira, apresenta dois prismas de um lado tem um espaço voltado para a sociabilidade, de comunicação e trocas mediante a movimentação de pessoas e veículos que utilização essa de diversas formas e simultaneamente. E de outro apresenta-se como espaço que estão presentes os problemas sociais e urbanos.

Na sociedade contemporânea, Bortolo (2015) afirma que o espaço público é um tema recorrente em várias pesquisas e reflexos em diversos campos como o da geografia, antropologia, arquitetura entre outras, e que essa, desde a história antiga, vem passando por transformações, o que contribui para que:

Espaço público é parte integrante e constituinte da existência da história, da política e da vida social nas cidades. Nele é possível a interação da sociedade e de sua estruturação; em tal espaço, articulam-se condições de

institucionalização política e expedientes de intermediação comunicativa. Ou seja, pode-se considerar o espaço público como produto resultante da convergência de várias dimensões como econômicas, políticas, culturais e sociais (BORTOLO,2015, p. 09).

Lopes (2011) utiliza a classificação em três modelos, realizada por Seyla Benhabib, para o conceito de espaço público no mundo contemporâneo, no primeiro está enraizado na teoria Hannah Arendt com sua inspiração republicana, na qual a esfera pública significa o espaço onde se tem auto-organização da sociedade, que é realizada pelo poder comunicativo que os cidadãos detêm, pois participam, constroem e fomentam a virtude cívica.

No segundo, “é o modelo liberal, que ela denomina de legalista, de origem kantiana” (LOPES,2011, p.04), predomínio do individualismo, no qual temos a oposição dos interesses dos indivíduos envolvidos, ou seja, os interesses particulares prevalecem.

No terceiro destaque para as que têm como matriz as concepções de Jürgen Habermas, a esfera pública é considerada sendo “um espaço ambivalente para onde convergiam as demandas gestadas no mundo da vida e nas estruturas sistêmicas do Estado e do mercado” (LOPES,2011, p.04).

Na definição habermasiana a esfera pública pode ser descrita:

[...]como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfiadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 2003, p. 92).

Gurza Lavalle (2005) argumenta que o espaço público poderá ser pensado frente aos três campos semânticos que são o social, o político e o comunicativo, sobre cada um desses, o autor discorre que:

(i) o social, consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na arte da associação ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos - as grandes urbes -; (ii) o político, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso seja necessário; e (iii) o comunicativo, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdo, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo (GURZA LAVALLE, 2005, p. 16).

No quadro 3, são mostradas as três dimensões social, política e comunicativa, nas quais se observa as diferenças entre o público e o privado. Nesse sentido Bortolo (2015) explica que “neste quadro, pode-se observar os exemplos históricos de deslocamentos semânticos e usos já extintos, como também, de usos contemporâneos descritos como qualificativos em cada período analisado” (BORTOLO, 2015, p.12).

<b>Social</b>	<b>Política</b>	<b>Comunicativa</b>
<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é aberto irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluindo das possibilidades de apropriação privada.	<b>PÚBLICO:</b> Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo.
Próprio de termos como: Parque Público, via pública, transporte público, telefone público, casa pública.	Próprio de termos como: Bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública.	Próprio de termos como: Publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público.
<b>PRIVADO:</b> Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	<b>PRIVADO:</b> Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso.	<b>PRIVADO:</b> Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de pessoas
Associa, Organiza Dicotomias como: Casa x Rua, conhecido x estranho, fechado x aberto, segurança x perigo.	Associa, Organiza Dicotomias como: Particular x geral, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade.	Associa, Organiza Dicotomias como: Local x geral, opinião particular x opinião geral, irrelevante x relevante.
Tensão:Espaço público como oposto ao mundo da privacidade Público x íntimo (Privacidade)	Tensão:Espaço público como oposto ao mundo da propriedade Público x Privado (Propriedade)	Tensão:Espaço público como oposto ao mundo das particularidades Público x Indivíduo privado.(Particularidade)

Quadro 3: Três Dimensões Constitutivas do Espaço Público.

Fonte: Dados de GURZA LAVALLE, (2005), adaptado por Bortolo (2013, p.12).

Gurva Lavalle (2005) aborda que, enquanto o público está associado à vida pública e aos espaços abertos e irrestritos, nos quais temos a convivência das pessoas da

sociedade e manutenção da democracia, em contraponto, no privado, temos como atributo a propriedade.

Diante das dimensões apresentada, no quadro 3, a feira livre apresenta-se como um espaço público, inserido na dimensão social, já que ela é um evento aberto de livre circulação, que acontece em uma via pública.

Outro ponto a ser exposto, deve ser a tríade espacial, nela Lefebvre (1992) ressalta que nas análises das práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação têm contribuído para entender o vivido, concebido e o percebido e assim, a evolução e transformação do espaço público e a compreensão da produção do espaço, uma vez que esse é considerado como “[...] global, fragmentado, hierarquizado sendo possível reconhecer nele as isotropias e suas heterotropias” (LEFEBVRE, 1992, p. 289).

No que toca a funcionalidade do espaço público, Matos (2010, p. 20) enfatiza que o espaço público estará atrelado às dimensões objetivas, subjetivas e simbólicas dos indivíduos acerca disto o autor expõe que:

O espaço público tem uma função e esta pressupõe um uso, a essência do espaço público está na forma como este é utilizado pelos actores sociais, ou seja, das práticas que possa acolher, que torna possível ou até favorece, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas. Este uso já não se faz só em função das dimensões objectivas dos indivíduos, isto é, idade, género, habilitações, classe social, estilo de vida, etc., mas cada vez mais incorporam outros aspectos mais subjectivos, como as motivações, as aspirações e os valores dos indivíduos. A dimensão simbólica, ganha mais força, os espaços passam a ser utilizados também pela sua imagem, qualidade e conforto.

Para Cerqueira (2013), o espaço público diferencia-se do privado em razão do primeiro apresentar facilidade de acesso, pois esse, caracteriza-se por ser aberto e ser de todos, visto que os indivíduos possuem os mesmos direitos em relação a ele, não se faz necessário autorização para usá-lo.

Ascher (1998) apresenta a visibilidade como outra característica que distingue as duas formas de espaços citadas anteriormente, pois para ele quanto maior a visibilidade, maior o aumento do carácter público, já que este se assemelha aos espaços voltados à realização de espetáculos.

Complementando a visão de Ascher (1998), Cerqueira (2013) afirma que os espaços públicos são áreas nas quais se tem a sociabilidade e a elaboração do simbólico, já que nesse, encontram-se diversos grupos sociais que compartilham o mesmo lugar.

Diante disso os seus significados não são atemporais, sofrendo modificações de acordo com o tempo e as relações existentes.

Os espaços públicos apresentam duas tipologias espaciais genéricas que são os locais de permanência e os circuitos. No que diz respeito à primeira, Cerqueira (2013) frisa que eles são definidos de acordo com seu uso e devido a isso, apresentam polivalência.

Assim de acordo, com Cerqueira (2013)

Os espaços de permanência definem-se como cenários de atividade e comportamento, isto é, como locais que estimulam ações e comportamentos espontâneos e a assistência ou participação nestes acontecimentos, como por exemplo, o simples passeio, o encontro com a natureza, descansar, brincar, jogar, o encontro com os amigos, o encontro com os outros, o "ver e ser visto". Estes espaços são, geralmente, concebidos e possuem mobiliário próprio conforme o tipo de uso ou comportamentos que lhes são destinados ou que pretendem estimular, por exemplo, bancos nos jardins para descanso, mobiliário nos parques infantis, nos campos de jogos, etc. Deverão, pois, ser dimensionados e equipados para apoiar e promover as atividades a que se destinam, devendo ser, cada vez mais, multifuncionais e concebidos de forma a poderem ser readaptados a novos usos imprevistos, mais polivalentes. (CERQUEIRA,2013, p.25)

Nesta perspectiva, Cerqueira (2013) afirma que a funcionalidade dos espaços verdes (que fazem parte dessa categoria) vão além do lazer e da sociabilidade, uma vez que esse tem como atribuição questões higiénicas e profiláticas, desde os finais do séc. XVIII e início do séc. XIX, contribuindo com a melhoria de problemas comuns ao meio urbano como a poluição e a degradação ambiental.

Os circuitos, por sua vez, são descritos como espaços nos quais os indivíduos e veículos podem transitar ou também no caso do último estacionar, nas palavras Cerqueira (2013, p.30) define que:

(...)como "percursos urbanos", por permitirem a mobilidade de pessoas e veículos. Podem ser, exclusivamente para peões (os percursos pedonais), mistos (para peões e veículos) ou exclusivamente para veículos, incluindo também espaços reservados ao estacionamento de veículos. Este tipo de espaço público torna-se cada vez mais presente no espaço urbano-metropolitano, uma vez que as deslocações adquirem uma maior importância e se tornam cada vez mais precoces no seio familiar - passamos todos cada vez mais tempo nos espaços afectados ao transporte - e, muitas vezes, a sua qualidade não tem em conta o ponto de vista do automobilista ou do utilizador dos transportes.

Mela (1999) e Bortolo (2015) ressaltam que, na sociedade atual, existe uma reformulação do público, visto que em função do avanço tecnológico que provocou mudança nas formas de comunicação como e-mail e as redes sociais, essa esfera exerce uma outra funcionalidade, na qual se nota que o contato físico não é mais primordial,

pois os indivíduos utilizam meios de comunicação à distância formando redes, gerando uma ruptura na visão tradicional que liga o espaço público à troca de informação.

Sobre o processo histórico dos espaços urbanos, Jovchelovitch (2002) traz em suas discussões as noções de espaço público, buscando não relacionar apenas com seu contrário, ou seja, o privado. Nessa concepção na cidade-estado grega, a vida domiciliar era sinônimo da vida privada e a vida política de domínio público era tida como fundamental, pois muitas questões cruciais sobre a vida humana exigiam escolhas que só podiam ser feitas considerando-se a negociação resultante da diversidade. Isso posto, a esfera privada para os gregos era derivada da pública (BORTOLO,2015).

Jovchelovitch (2002) e Bortolo (2015) destacam, ainda, que para compreender o que é público, faz-se necessário analisar a cidade-estado grega e as transformações que aconteceram no período entre o século XVII e XIX, como por exemplo, a revolução industrial que contribuiu para imprimir um novo estilo de vida primeiramente no continente europeu e, posteriormente, no mundo, no entretanto, para a autora, a esfera privada apresenta o mesmo significado.

Outro ponto ressaltado, é o fato de que houve uma reestruturação da conceituação de esfera pública, na qual temos os indivíduos privados como participantes, e isso foi oriundo da ascensão da burguesia que resultou na presença política e a relação entre Estado e Sociedade (BORTOLO,2015).

Ainda segundo Bortolo (2015, foi apenas no final do século XVIII que se nota a separação entre a divisão entre público e privado, uma vez que no período da Idade Média essas duas esferas não eram diferenciadas, pois eram pautadas na relação de dominação em função imposta pelo feudalismo.

Por sua vez, Sennett (1988) salienta que no século XVIII, ao contrário dos séculos transcorridos, os espaços que eram dedicados aos indivíduos para se socializarem eram fechados, em contraponto, aos espaços abertos, nota-se que a sociedade vigente impunha algumas posturas aos entrevistados, referente às roupas e às formas de agir, o que claramente segmentava a população que visitava as praças e parques. “A burguesia continuava a crer que, em público, as pessoas experimentam sensações e relações humanas que não poderiam ser experimentadas em qualquer outro cenário ou contexto social” (SENNETT, 1988, p.39). Salienta-se que, para a época, era uma criação humana, ou seja, nesse período “a esfera privada era considerada a esfera

natural do homem e a esfera pública correspondia a uma criação social” (BORTOLO,2015, p.15).

Sendo assim o autor complementa que:

Tal compreensão muda rapidamente no século XIX com a irrupção do capitalismo industrial, ocasionando assim três momentos que contribuíram para estas transformações: (1) relação capitalismo industrial com a vida pública urbana; (2) a reformulação do secularismo que afetou a forma de interpretar o estranho e o desconhecido; (3) corresponde ao enfraquecimento da vida como esfera da realização do ser social (BORTOLO,2015, p.15).

Diante disso pode-se colocar que surge um novo sistema político no século XX, que apresenta a impessoalidade e a subjetividade para tornaram atributos desse estado moderno, no qual o espaço público apresenta um papel de relevância para o avanço dessa nova forma política (BORTOLO,2015).

Ainda sobre a análise dos espaços públicos na sociedade contemporânea, nota-se que houve reformulações neste visando, por parte dos promotores da cidade, a valorização do local, buscando conscientizar a população em terem respeito à morfologia e tipologia do espaço (CERQUEIRA, 2013, p.40).

Visto a multiplicidade de conceitos que são atribuídos ao espaço público e ao poder público, ressalta-se que o primeiro tem a sua definição na utilização por diversas pessoas de forma comum. Já o segundo apresenta como competência o gerenciamento e a fiscalização do primeiro (BORTOLO,2015).

Hoje a expressão esfera pública inclui um conjunto tão ampliado de acepções que convém empregá-la sempre com muita prudência. Numa resenha rápida e despreziosa, encontro pelo menos cinco sentidos para o termo: 1) esfera pública como o domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre a qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social, que acredito ser o sentido mais original da expressão; 2) esfera pública como arena pública, isto é, como o lócus da discussão sobre temas de interesse comum conduzida pelos agentes sociais; 3) esfera pública como espaço público, isto é, como o lócus onde temas, ideias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam discutidas; 4) esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; 5) esfera pública como interação social, como sociabilidade (GOMES, 2004, p.56).

De acordo com Gomes (2004), as relações entre as esferas pública e privada sofrem influências das debilidades das relações apresentadas entre o espaço público e o privado, sobre a situação citada o autor afirma que:

A partir do Estatuto da Cidade verifica-se que “[...] é elemento de atribuição do poder público municipal, o direito de construção para a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes” (BRASIL, 2001, p. 75).

Holanda (1995) comenta que no Brasil a construção dos espaços públicos foram fragilizados em decorrência das particularidades na formação das cidades brasileiras, oriundas da colonização, e Cerqueira (2013) corrobora com essa ideia afirmando que:

Portanto tendo a construção histórica e social urbana do Brasil como plano de fundo, pode-se inferir que as consequências da relação frágil entre o público e o privado, bem como as condicionantes que a permeiam e determinam, são inúmeras, mas não definem a não existência desses espaços. Os espaços públicos brasileiros têm inquestionáveis especificidades, o que lhes confere dinâmica diferenciada, cenário que precisa ser observado e resguardado quando se intenta estudar esses espaços. Porém, essa discussão leva a outro questionamento de fundamental importância que é a relação entre a construção do espaço público e a construção da esfera pública. Entender o processo de construção da esfera pública e sua “separação” da esfera privada permite clarear as implicações que as suas características podem ter no espaço público, desde a sua configuração formal até as formas mais subjetivas da apropriação (Cerqueira, 2013, p.36-37).

Bortolo (2015) aborda que o plano diretor<sup>7</sup> através do código de obras e lei do parcelamento, norteia o planejamento do espaço na cidade, e que o poder público, baseia-se na legislação federal e municipal para realizar esse ordenamento.

Sobre o ordenamento, o Estatuto da Cidade coloca que:

Tal elemento se deve a separação e reserva de áreas que corresponderão aos usos como: ruas e parcelas destas áreas que ficarão sem usos e serão destinadas a prefeitura municipal, sendo tais áreas definidas como áreas públicas comuns, implantados posteriormente nestes espaços de acordo com o interesse e necessidade da população em conjunto com a prefeitura municipal, as ruas, logradouros, espaços públicos, equipamentos urbanos, dentre outros (BRASIL, 2001, p.77).

No que tange aos espaços públicos no Brasil, nota-se que esses tiveram as suas formas e funções atrelados à política, ou seja, foram adequados aos interesses políticos, ao decorrer do processo histórico, contribuindo para que os referidos espaços apresentassem uma heterogeneidade referente às duas características citadas anteriormente.

Aprofundando o estudo sobre os espaços públicos, Bortolo (2015) traz em sua dissertação de mestrado que, a partir final do século XX, tem-se um interesse maior nessa temática para estudos. O autor discorre sobre as funções que os espaços públicos de lazer tiveram do século XVI ao início do XXI que são definidas no quadro 3

---

<sup>7</sup> A definição de Plano Diretor utilizada foi a que esse constitui como um documento no qual são descrito os princípios e regras, nos quais os agentes construtores baseiam-se para produzirem o espaço urbano. (BRASIL, 2002).

Período	Colonial Século XVI e XVII	Mudanças e transições Século XVIII	Moderno Século XIX	Contemporâneo Século XX e Início XXI
Função Social Dos espaços públicos de lazer	Convívio social Uso religioso Uso militar Comércio e feiras Circulação Recreação	Convívio social Circulação Contemplação Passeio Cenário	Convívio social Circulação Contemplação Recreação Cenário Lazer cultural Lazer esportivo	Convívio social Contemplação Circulação Recreação Cenário Lazer esportivo Lazer cultural Comércio Serviços

Quadro 4: Funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer em diferentes períodos brasileiros.

Fonte: Macedo, 2003.

Org: Bortolo (2013, p.35).

De acordo com Bortolo (2015), no quadro acima evidencia as novas funcionalidades que os espaços apresentaram ao decorrer dos períodos “não sendo mais apenas espaços ligados ao uso religioso, áreas do convívio social, da visibilidade das pessoas, da circulação, etc.,” (BORTOLO, 2015.p.33), sendo assim, os espaços públicos que tinham inicialmente, no período colonial, como principal característica a sua sacralização, no período contemporâneo, torna-se múltiplos e disponibilizam serviços ligado aos setores econômicos (compras e comercio) de lazer e de esporte.

No contexto das feiras livres, como espaço público, apesarem de serem datados (no Brasil) da época colonial, assumem funções inerente ao período contemporâneo, em virtude de que nesse espaço apresenta diversas funcionalidades ligadas a circulação, lazer, cultura, comércio e serviços.

## 2.2. Feira Livre: Breve histórico de origem

No que consiste em estudar a Feira livre, destaca-se que essa palavra deriva do latim *feria*, significando o dia santo, o feriado. São muitas as referências às feiras na literatura, mostrando como elas assumem, além da função comercial, um papel folclórico, religioso e festivo.

A feira livre constitui uma das formas mais antigas de comercialização, caracteriza-se como um espaço no qual os agricultores vendiam os seus produtos, desenvolvendo uma importância cultural, econômica e social que mantem – se até a atualidade.

Rousseau (2008) destaca que na antiguidade clássica existia por parte da sociedade, um preconceito referente às feiras, que não eram consideradas, pelos grandes filósofos da época como Aristóteles, um ofício respeitável, no entanto essenciais para a continuidade da cidade e da sociedade.

Atribui-se à Idade Média a oficialização das feiras, pois em Roma, se estabelece que as regras de criação e funcionamento destas dependiam da intervenção e garantia do Estado, que atuava como disciplinador, fiscalizador e cobrador de impostos. "(...) troca de produtos surgiu e se desenvolveu na sociedade no momento em que passou a existir um excedente regular de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas (DANTAS,2007, p. 88).

Nesse contexto, salienta-se que as cruzadas foram um dos fatores primordiais para a expansão dessa forma de comercialização pela Europa e pela Ásia "tanto os mercados como as feiras europeias tinham como objetivo serem centros abastecedores de produtos para a população local e os comerciantes vindos das mais diversas partes do continente" (DANTAS, 2007, p. 25). As feiras tinham como função neste período servir como ponto de apoio aos viajantes que, segundo Smith (1996, p. 389), "constituíam uma categoria de pessoas muito pobres e de classe inferior, que costumavam deslocar-se, carregando consigo seus bens, de um lugar para outro, de uma feira para outra, à maneira dos mascates e vendedores ambulantes [...]".

Braudel (1998) destaca que, para a cidade, "a feira tornou-se uma das suas engrenagens" (p. 14), uma vez que desde o início com as trocas entre os produtos, que foi denominado escambo, até a sociedade contemporânea, onde temos os comércios realizados através da internet, apresentou uma contribuição efetiva na formação e ampliação do urbano.

Nessa direção, Huberman (1984) evidencia que devido ao grande número de indivíduos, sejam comerciantes ou consumidores, que frequentavam as feiras e realizam relações comerciais, em virtude disso gera a formação de uma estrutura monetária, uma vez que foi através delas houve a introdução da moeda da relação comerciais de compra e venda de mercadorias, porém em razão de diversas regiões que frequentavam o referido espaço de comercio, houveram a circulação de diversas moedas, surgindo assim a figura do cambista e posteriormente as instituições bancárias, para realizarem as trocas de moedas.

Sobre a gênese das feiras, Caio Prado Junior (1986, p. 123) coloca que:

Na Baixa Idade Média, as cidades nasceram e se desenvolveram a partir de uma função econômica, mesmo quando eram as antigas cidades romanas que readquiririam vida urbana. Eram cidades de mercadores que viviam em função do comércio. As cidades nasceram ou renasceram do desenvolvimento do comércio e da agricultura na Europa, que garantia o abastecimento desses centros urbanos. Formaram-se juntos aos portos ou ao longo das rotas comerciais, porém as mais prósperas estavam próximas de regiões agrícolas férteis e de tecnologia avançadas.

Salienta-se que, em razão da feira estar dentro do círculo de produção e circulação de mercadoria, está incorporada à lógica da mais valia, que simboliza o modo de produção característico do capitalismo que caracteriza a produção. Sobre esse processo, Marx e Engels explicam a transição do modo de produção feudal para o capitalismo:

Os meios de produção e de troca à base dos quais veio se constituindo a burguesia foram produzidos no interior da sociedade feudal. Num certo estágio de desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições nas quais a sociedade feudal produzia e trocava, quer dizer a organização feudal da agricultura e manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Entravam a produção ao invés de impulsioná-la (MARX; ENGELS, 2007, p. 50).

Um ponto de destaque que ocorre na feira, está no fato de que as relações produzidas não se limitam ao relacionamento entre os clientes e comerciantes, visto que, também, tem-se, o relacionamento entre feirantes.

Para Sato (2007), a feira livre é baseada em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas” (p.99). O autor ainda acrescenta que:

(...)a proximidade geográfica possibilita o estabelecimento de acordos entre vizinhos de banca. Entre si constroem regras de convivência específica, em geral válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização. Elas englobam desde a definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até a faixa de preços praticados(...) (SATO, 2007, p.99).

Uma questão a ser frisada, encontra-se no fato das feiras apresentarem-se como objeto de estudo em diversas áreas, uma vez que nelas observa-se o desenvolvimento de uma gama diversificada de relações.

A dimensão cultural é uma delas e por seu intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos econômicos, sociais e políticos, assim como se tornam inteligíveis as espacialidades e temporalidades expressas na cidade, na rede urbana e no processo de urbanização (CORRÊA, 2003, p. 167).

De acordo com a classificação realizada por Andrade (1998), na qual o comércio é dividido em quatro tipos: local, regional, nacional e global; o autor enquadra a feira na primeira categoria, que se nota que o comércio apresenta a sua realização.

[...]entre a população urbana e a rural, nos pequenos centros onde os produtos agrícolas são vendidos e onde a população do campo se abastece dos produtos da cidade. Este comércio é feito, quase sempre, em feiras semanais. [...] Nessas feiras, é interessante observar como as barracas, situadas umas perto das outras, oferecem ao público os produtos mais diversos: louças de barro, frutas, verduras, estatuetas de cerâmica, ferramentas agrícolas, cereais, roupas feitas, calçados etc. Dá-se nas feiras um verdadeiro encontro entre a cidade e o campo e é nelas que os comerciantes, ligados ao abastecimento das grandes cidades, adquirem os produtos agrícolas a serem aí consumidos (ANDRADE, 2015, p. 118).

No Brasil, existem as feiras livres desde os tempos da colonização e, apesar da modernidade, elas resistem, sendo em muitas cidades do interior do país, o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento (FORMAN, 1979). "As feiras constituíam uma inovação que era desconhecida da população nativa" (MOTT, 1976, p. 82).

O mesmo autor coloca que nos dias atuais, mesmo com a presença maciça da modernidade, nesses lugares, principalmente nas cidades do interior do país, ainda são desenvolvidas as forças produtivas, atividades econômicas, educacionais, culturais e de entretenimento. Vale ressaltar que esse é o único local de comércio para a população.

Segundo Joana Neves (2002, p. 186)

A feira livre constitui-se um espaço privilegiado onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos que compõem este modo de ser sertanejo, inconfundível no seu falar característico, no gestual e no trajajar próprio, bem como, nos seus hábitos tradicionais de consumo, estabelecendo aí uma espécie de território da cultura sertaneja(...)

Mott (1976, p. 84) coloca que "quando o Brasil foi descoberto, já de longa data que os portugueses estavam acostumados com o comércio nas feiras e mercados" e este fato fez com as feiras desenvolvidas no Brasil colônia, seguissem o modelo vindo com o colonizador.

Um fato exposto pelo próprio Mott, diz a respeito ao rei Dom João III, que decretou que a partir do ano de 1548 fosse realizada semanalmente uma feira livre, onde os nascidos no país pudessem comercializar e comprar mercadorias. O autor destaca que a ação do imperador tinha como finalidade o envio para metrópole de produtos valorizados, o que era produzido pelos os índios.

A feira foi se difundindo por diversas cidades no Brasil, tornando-se um fator primordial para o crescimento das cidades e também para a fundação de tantas outras que existem nesse país, onde também desempenhou um importante papel na propagação da cultura local (ANDRADE,2015,p.21)

Como já apresentado, assim como Montes Claros, a feira principalmente a de Gado, teve um papel relevante para a região nordeste durante os séculos de XVIII e XIX, o que contribuiu de forma efetiva para a formação de núcleos urbanos, uma vez que a feira como atividade econômica possibilita a ocupação do território, e através dela tem-se o surgimento de cidades que desempenharam um papel de destaque nas esferas econômicas e culturais, tornando-se centro de referências.

Lima e Sampaio (2009) destacam que as feiras de gado foram responsáveis pela formação de várias cidades, principalmente em Minas Gérias, uma vez que na época da colonização os vendedores iam para determinado espaço para expor o rebanho, com o tempo aquele lugar ia sendo povoados e estruturados, com o erguimento de casas, praças e comércios), que depois tornava-se grandes cidades, que controlavam a economia e cultura daquela região na qual estava inserida, transformado o em núcleo.

As feiras são classificadas em quatro tipos por Forman (1979) conforme o quadro 5, apresentado abaixo.

Tipologia das feiras			
Feiras de consumo	Feiras de distribuição	Feiras urbanas de consumo ou de abastecimento	Feiras de Usina
Mercados periódicos. População rural de baixa renda. Compram e vendem entre si os produtos.	Grandes feiras. Presença de intermediários. Comércios realizado em outras feiras.	Dia de feira (semanal e diário).	Realização em propriedade da usina. Atendem às regiões vizinhas.

Quadro 5: Tipologia das feiras -Fonte: Forman.  
Org: Melo,2017

De acordo com a dinâmica, periodicidade e forma de comércio como pode ser confirmado no quadro abaixo, o autor defini que essas são Feiras de consumo, Feiras de distribuição, Feiras urbanas de consumo ou de abastecimento e Feiras de usina) que

diferenciam pelo o público que atende, o local que é realizada e a periodicidade que acontecem.

Atualmente, no Brasil, tem-se um programa nomeado “Programa de Modernização de Feiras Livres e Mercados Populares” que tem como objetivo regularizar as feiras livres e os mercados, sendo constituído uma parceria entre as prefeituras e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (ALMEIDA, 2009).

O programa possibilita às pessoas que são ligadas a feiras livres realizarem cursos voltados à questão de como esses irão gerar e dar continuidade ao emprego e a sua renda. Sobre os cursos disponibilizados, Fonseca (2009, p, 45) comenta que “A formação se dá nas áreas de associativismo, atendimento ao público, relações humanas, manipulação de alimento que tem como objetivo regularizar condutas básicas de higiene e limpeza e comercialização de produtos. Sobretudo, busca-se fortalecer a economia municipal através da consolidação das feiras livres. ”

Fonseca (2009) traz em suas discussões que em 2008 o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) liberou um edital de processo seletivo que tem como finalidade a implantação de feiras livres e mercados populares, que apoiam alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Estes recursos destinavam-se à implantação e modernização de feiras livres e mercados populares para comercialização da produção dos pequenos produtores. Nas cidades médias e grandes, a comercialização direta poderia ser realizada de forma permanente, além da possibilidade de também ser feita em mercados populares volantes (ônibus adaptados) para atender bairros, em dias determinados da semana. Foi disponibilizado o limite máximo de R\$ 110 mil por município. Entre os critérios técnicos classificatórios foram analisados, no âmbito da realidade sócio-territorial, aspectos tais como: risco de insegurança alimentar e nutricional da população; percentual de famílias pobres integrantes do Cadastro Único; localização no Semi-Árido brasileiro e em áreas prioritárias de atuação do MDS; parceria com órgãos de assistência técnica e extensão rural; cobertura do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC); adesão do município ao Garantia-Safra, além de aspectos de participação da sociedade civil e organização de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.(ALMEIDA,2009,p.53)

Desta forma, as feiras livres, sobretudo na relação campo-cidade, devem ser pensadas como importantes lugares nos quais são produzidos, cotidianamente, saberes do trabalho, caracterizados por atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, formas de agir e se relacionar – fomentadas por feirantes e fregueses, em que se ergue uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos atores sociais no âmbito desses territórios construídos e reconstruídos cotidianamente (VEDANA, 2004).

A vista disto, as feiras livres são espaços onde se sobrepõem redes sociais, uma vez que as formas de agir, relacionar e falar são produzidas, sobretudo na relação campo-cidade, devendo ser pensadas como importantes lugares onde são produzidos e fomentados diariamente através da convivência entre feirantes e fregueses (VEDANA, 2004).

No contexto do Norte de Minas Gerais, Fonseca (2014) discorre que as feiras, acontecem geralmente na sexta-feira ou no sábado no turno matutino, que nesses espaços são realizados o comércio dos produtos agrícolas, trazidos pelos produtores rurais, principalmente da agricultura familiar, e explica:

Os mercados e as feiras, além de possuírem diversidade de atendimento da população, explicitamente, da população rural, claramente, atendem aqueles que teriam dificuldade de colocar seus produtos em outros canais de comercialização. Em grande parte, o agricultor familiar coloca-se, na feira, como um comerciante e, naquele momento, exerce outra atividade, que é trabalhar a terra (FONSECA, 2014, p.185)

A mesma autora ainda ressalta que as feiras, principalmente na região citada anteriormente, vão além da atividade comercial, pois, para os entrevistados, tornam-se um lugar no qual existem vivências e convivências que são imbuídas de manifestações culturais, sociais, econômicas e ambientais que produzem conexões socioculturais singulares.

Sendo assim, os mercados e feiras livres, sobretudo no universo do Norte de Minas Gerais, devem ser pensados como importantes lugares antropológicos onde são realizadas trocas materiais e simbólicas entre diferentes atores sociais como feirantes e fregueses, na medida em que se revelam contextos espaciais carregados de signos, representações e relações sociotemporais, construídas e reconstruídas entre o homem e seu meio (SERVILHA; DOULA, 2009).

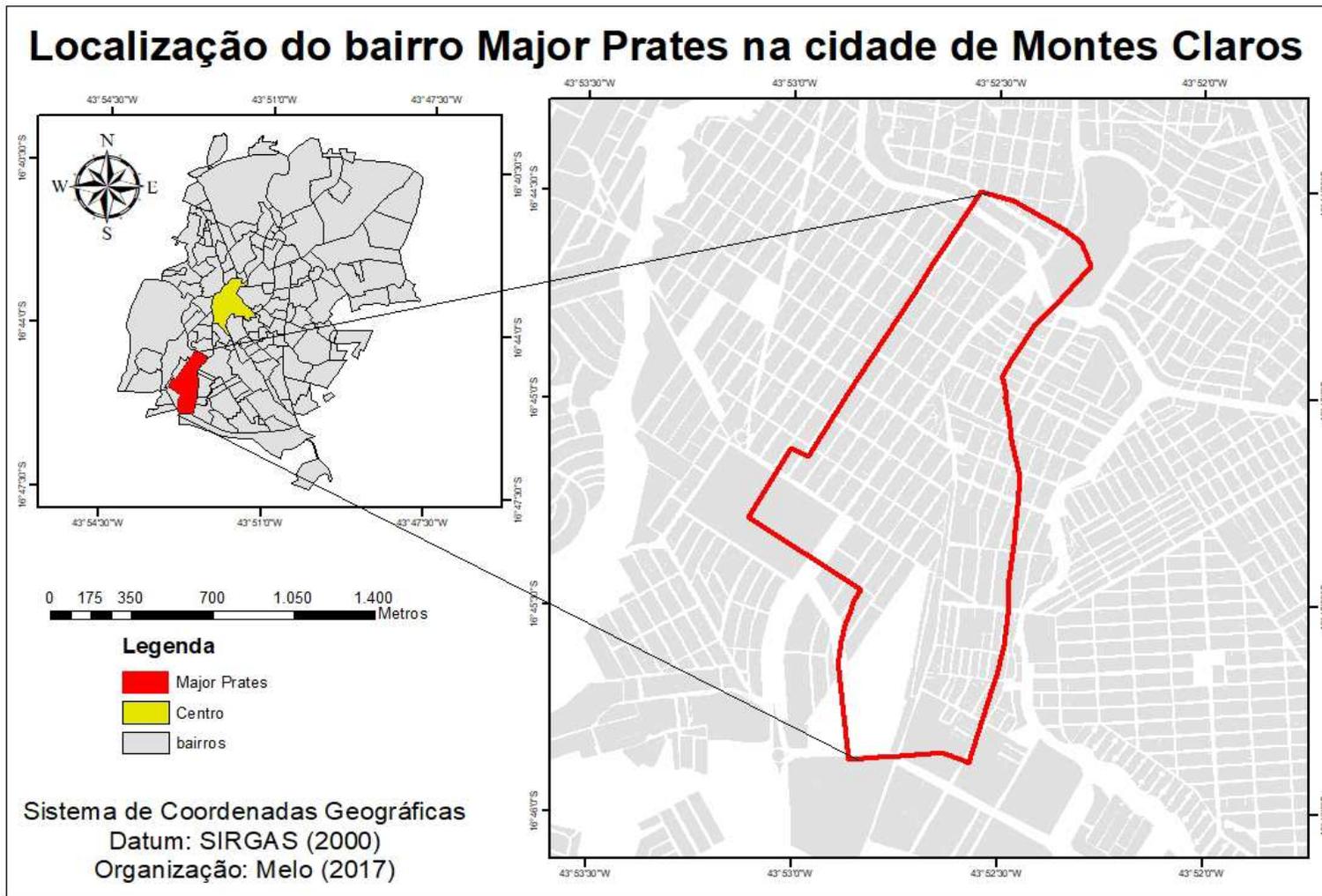
No Norte de Minas Gerais, a feira livre desde o seu surgimento até os dias atuais, representa um espaço no qual se nota uma grande circulação de pessoas e mercadorias representando a dinâmica sociocultural e econômica, porém em razão do aparecimento de outros meios de comercialização (como o comércio, os varejistas, os supermercados e os shoppings) as feiras livres apresentaram uma redução significativa, todavia continuam sendo uma alternativa econômica para os pequenos produtores rurais, que podem ampliar e oportunizar a exposição e negociação do seu produto, tornando um gerador de renda e emprego para os municípios.

### **2.3 O Subcentro do Bairro Major Prates**

Antes de realizar a caracterização da feira livre do bairro Major Prates, que consiste no objeto de estudo deste trabalho, realizar-se-á uma apresentação do bairro supracitado, espaço no qual se encontra localizada a referenciada feira.

Segundo França (2007) o bairro Major Prates está localizado a 4 Km do centro da cidade de Montes Claros, na região sul, tendo como delimitações os bairros Augusta Mota, Morada do Parque, Morada do Sol, Vargem Grande e Canelas; ressaltando proximidade com área central que é colocada pela autora como um ponto relevante para o desenvolvimento socioeconômico do Bairro.

Segundo a Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010), a população do bairro está estimada em 8.964 habitantes (QUADRO 5), que se enquadram na região administrativa Sudoeste com uma área de 759.898,91m<sup>2</sup>, Caracteriza-se como um bairro de uso comercial e residencial.



Mapa 3 :Localização do bairro Major Prates  
Fonte: MELO (2017)

Outro ponto é a presença de um sistema viário que possibilita um grande fluxo de pessoas e veículos, destaque para as avenidas Castelar Prates e Francisco Gaetani, que são as principais vias do bairro, pois nelas têm-se a maioria dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e a ligação com a BR 135, que possibilita o acesso de Montes Claros às cidades de Pirapora e Uberlândia (FRANÇA, 2007).

Relação dos dez bairros e números de habitantes		
Nome dos bairros	Nº de habitantes	Região <sup>8</sup>
Independência	24.950	Regional leste
Centro	13.780	Regional centro
Esplanada	12.473	Regional leste
Alto São João	10.930	Regional leste
Major Prates	8.964	Regional sudoeste
Maracanã	7.460	Regional sul
Eldorado (Jardim Eldorado)	6.327	Regional Norte
Morrinhos	6.149	Regional sul
Jardim Palmeiras	5.771	Regional sudeste
Santos Reis	5.240	Regional Norte

Quadro 6: Relação dos dez bairros e números de habitantes  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010)  
 Org: MELO, 2017

No que tange à economia do bairro, tem-se uma diversidade de serviços e comércio de carnes e hortifrutigranjeiros, móveis, roupas, sapatos, supermercados, dentre outros e na sua proximidade, localiza-se o Montes Claros Shopping Center.

Sobre a questão estrutural, na área da educação têm-se unidades de ensino municipais e estaduais que atendem desde a educação infantil até ao ensino médio, e particular com a presença da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) que oferece cursos de graduação em várias áreas como Pedagogia, Educação Física, Ciências Contábeis, Serviço Social, Engenharia, entre outros.

<sup>8</sup> Esta divisão é referente as divisões do município de Montes Claros em sete administrações, sendo 06 urbanas com 02 núcleos e 01 regional rural, subordinados à Secretaria de Coordenação Política e Ação Comunitária. Prefeitura Municipal de Montes Claros (2010).

No Segmento de Saúde e Segurança, o bairro Major Prates detém posto de saúde com o Programa Saúde da Família (PSF) com agentes de saúde que acompanha a população residente no Bairro. Tem, ainda, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e um posto policial.

Vale destacar que o Bairro Major Prates é considerado um subcentro<sup>9</sup> na cidade de Montes Claros, sendo que ele está entre os maiores adensamentos populacionais do município tendo “(...) um intenso fluxo de atividades comerciais e prestações de serviço que instalada neste subcentro atrai uma massa significativa e consumidores (FRANÇA,2007, p.166).

Villaça (2001, p.293) traz que a especialização, abrangência, diversidade e delimitação espacial são características que diferenciam centro e subcentro, sendo que esse é conceituado pelo autor como sendo:

(...) numa réplica em tamanho menor do centro principal com o qual concorre em parte se, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte de cidade o centro principal cumpre –os para toda a cidade.

E dentro desta conjuntura tem-se A Feira Livre do Bairro Major Prates que a cada domingo transformar o espaço urbano deste subcentro, com a erguimento de estruturas de metal de dão origem as barracas que comercializam produtos hortifrutigranjeiros, carnes, flores, biscoitos entre outros produtos, atraindo um contingente significativo da população do município.

## **2.4 A Feira Livre do Major Prates**

Como já exposto a feira livre, no caso de gado, foi de extrema relevância para o desenvolvimento do município de Montes Claros em seu início, atualmente segundo a secretaria de Agricultura da referida cidade no âmbito urbano, calcula-se que são ao total seis feiras livres que são desenvolvidas semanalmente na cidade.

---

[...] estão distribuídos em vários pontos da cidade e atendem prioritariamente as necessidades imediatas dos consumidores locais, sendo que, alguns se apresentam mais qualificados e diversificados de acordo com as acessibilidades presentes no bairro e o contingente populacional. (FRANÇA, SOARES, 2009. p.6)).

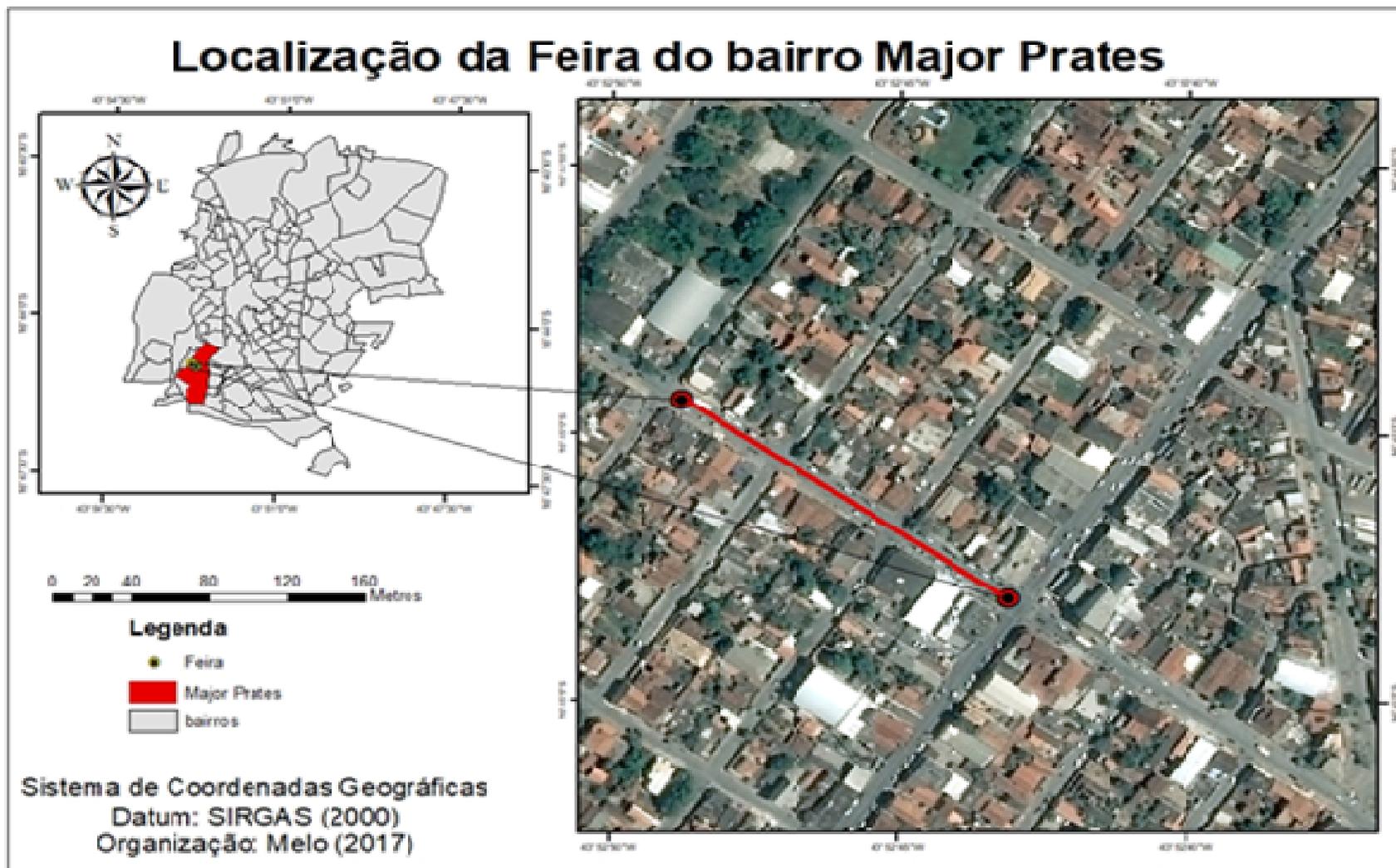
A feira livre do Esplanada localiza-se na Praça do Esplanada com produtos oriundos dos agricultores familiares da Estrada da Produção. Tem-se a feira localizada Praça Orfeu Froes, no bairro Morada do Parque, essa acontece nas sextas –feiras das 18 às 21 horas, contendo 70 bancas que comercializam frutas, verduras, biscoitos e artesanatos.

A feira livre do Delfino realiza-se aos domingos, desde de 2017 contendo 192 barracas que são distribuídas na Avenida das Palmeiras, das 05 :00 às 14:00 hs, no dia colocado, a produção é em sua maioria proveniente da zona rural de Lagoinha, Riachinho e Mamonas.

Desde agosto de 2017, todas às quintas-feiras das 18h às 21 hs, acontece na Praça Flamaryon Vanderley a “feira sem agrotóxico do Bairro São Jose”, voltada para produtos orgânicos produzidos na zona rural de Montes Claros e região, atualmente com 150 feirantes, que expõe os produtos em barraca, mesas e tendas; atendendo a proximamente a 3000 consumidores.

Tem-se, também aos domingos, as feiras realizadas no bairro Renascença que beneficia cerca de 40 famílias daquela região, e gera 160 empregos diretos e indiretos, e a do Santos Reis, gera em torno de 172 empregos diretos e indiretos e conta com 43 barracas.

A Feira Livre do Bairro Major Prates que surgiu em outubro de 1985, com duas bancas de hortaliças e verduras produzidas na região da “Estrada dos Bois”, as quais eram montadas em cima da calçada na Avenida Castelar Prates, próximo ao número 196, e hoje ocupa cerca de 1.500 m<sup>2</sup> da Av. Castelar Prates com a Av. Francisco Gaetani, nas quais são comercializados diversos produtos, principalmente os agrícolas.



Mapa 4: Localização da Feira do bairro Major Prates  
Fonte: Melo (2017)

A feira Livre que acontece aos domingos das 5h da manhã às 14h, tem atualmente em média, segundo levantamento realizado pela Associação da Feira Livre do grande Major Prates, cerca 1500 a 3000 mil pessoas frequentes.



Figura 4: A exposição de produtos na feira do Major Prates  
Autor: Melo (2018)

A organização da feira é realizada no sábado, onde os as barracas dos feirantes são distribuídos em quatro fileiras de bancas. Nota-se que existem os feirantes que colocam os seus produtos expostos em caixotes, mesas de plásticos (Figura 05) e carrinho ao decorrer do espaço destinado a feira, atualmente a feira possui 350 feirantes cadastrados com mais de 30 anos de implantação

Do funcionamento à montagem das barracas são realizadas de 4 às 8 horas da manhã, no dia do evento em caso do expositor não se instalar até às 8 horas o seu espaço é repassado a outro, frisa-se que o expositor que apresenta 3 faltas consecutivas, sem justificativa, acarreta na perda definitiva do espaço. Já a desmontagem, representada na figura 05, é realizada das 13h às 15h, com a supervisão do expositor, ressaltando que o processo de montagem e desmontagem é realizado por cinco rapazes, cada feirante paga o valor de dois reais, por domingo, que são utilizados para o pagamento desse serviço.

Outros pontos neste quesito é que as barracas não são emprestadas ou repassadas para terceiros (a definição do destino das barracas dos desistentes é realizada pela coordenação).

A limpeza de dentro da barraca é de responsabilidade do repositor, o lixo deixado deverá ser recolhido e condicionado em sacos plásticos e depositado no local definido. Pode-se utilizar recurso sonoro desde que não atrapalhe as barracas vizinhas, assim como a atividade ser limitada à barraca.

Todo material dentro da barraca é de responsabilidade do expositor, sendo este responsável pela segurança não podendo portar qualquer objeto que poderá ocasionar acidente, além disso a utilização de botijões de gás deve ser realizada de acordo com as normas de segurança.

Diante do grande número de feirantes, há necessidade de organização e segurança desde o ano de 2007. Desse modo foi colocado em prática o regulamento para o funcionamento da feira livre, neste mesmo ano houve a criação do Estatuto da Associação dos Feirantes do Grande Major Prates e Região de Montes Claros, frisando que o regulamento é o documento que apresenta as normas de organização, funcionamento, montagem e desmontagem da Feira, tendo o expositor e o promotor como os sujeitos responsáveis pelo cumprimento das regras que são expostas.

Caso o expositor descumpra alguma das normas e/ou se envolva em discussão ou luta corporal, com qualquer um dos sujeitos da feira<sup>10</sup>, venda de bebida alcoólica, por duas vezes com notificação, ocasionará a expulsão pela coordenação do envolvido, com a perda do espaço.

Dentre as atribuições que constam no regimento da Associação da Feira Livre do Bairro Major Prates e Região, como exposto no quadro 7, apresenta-se duas atribuições, a de promotora, que são as pessoas que no caso promovem as feiras dando o suporte para o evento ocorra de forma dentro das regras e a de expositor que são as pessoas que comercializam os produtos,

---

<sup>10</sup> São denominados sujeitos da feira os coordenadores, expositores, entrevistados e fiscais.

Atribuição	Função
Promotora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Supervisionar o processo de montagem,</li> <li>• Planejamento das ações de divulgação e comunicação da feira,</li> <li>• Inspeccionar</li> <li>• Aplicar as normas punitivas referente ao descumprimento das regras</li> </ul>
Expositor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprir as obrigações, que consta em contrato assinado,</li> <li>• Cumprir normas e leis presente no regulamento.</li> <li>• Responsabilidade pelo transporte, carga e descarga, e demais despesas decorrentes da apresentação na barraca.</li> <li>• Pagamento de tributos referentes a feira (impostos e taxas municipais, estaduais e federais)</li> </ul>

Quadro 7: Atribuições e funções da Feira do Major Prates.  
 Fonte: regimento da Associação da Feira Livre do Bairro Major Prates  
 Org: Melo (2017)

Em relação ao Estatuto da Associação, a definição da composição da diretoria será através de eleição realizada, por meio de edital, com convocação de no mínimo trinta dias (artigo 28º), na primeira quinzena de outubro, com voto direto e secreto nas chapas que se inscreverem. Vale ressaltar que a diretoria tem na sua formação doze membros sendo metade efetivo e metade suplente.



Figura 5: Exposição dos produtos na Feira Livre do Major Prates  
Autor: Melo (2018)

No tocante à finalidade da Associação, o parágrafo Único expõe que esta deverá zelar pelo combate à fome, à miséria e à pobreza; integrar seus beneficiários no mercado de trabalho; divulgar e promover a prática da cultura e do esporte; trabalhar em prol da preservação do meio ambiente, firmando parcerias com órgãos públicos e iniciativa privada, tendo com um dos objetivos melhorar a renda e o bem-estar dos associados.

No que diz respeito aos direitos e deveres dos associados, estes têm que participar das assembleias, e no mínimo de metade das reuniões anuais e exercer de forma dedicada as atividades que lhe forem conferidas, zelar pelo o bom nome da associação, entre outras que estão descritas nos artigos 5º e 6º.

Neste contexto, destaca que a feira Livre do Bairro Major Prates é “um importante espaço para exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e pescados de pequenos produtores do município de Montes Claros e região” (FRANÇA,2007, p.169). Atraindo diversos agentes urbanos e contribuindo para a economia, estes dados corroboram com a pertinência e com a necessidade de realizar um estudo no qual tem-se como local a feira Livre em questão, visto que esta apresenta uma significação econômica e social não apenas para a referida cidade, mas também para a região que a circunda.

## 2.5 A pesquisa na feira livre bairro Major Prates

Neste momento apresenta-se as informações aduridas no trabalho de campo que foi de extrema relevância para realização desta pesquisa, uma vez que possibilitou que o diálogo entre a teoria e a empiria.



Figura 6: Parte interna da feira Livre do Major Prates  
Autor: Melo (2018)

A pesquisa na feira do Major Prates, figura 06, foi realizada no período de 07 de abril a 13 de maio de 2018, no primeiro momento foi realizado uma entrevista com o presidente da Associação da Feira Livre do grande Major Prates, Louranildo Araújo, onde houve a apresentação do pesquisador e posteriormente, da pesquisa e seus objetivos.

Em seguida foi realizada uma entrevista com referido presidente que apresentou documentos sobre a organização da feira, regulamento para funcionamento da feira livre, bem como, o Estatuto da Associação dos Feirantes do Grande Major Prates.

Nos dias 08, 15, 22 e 29 do mês de abril e dia 05 de maio, foram realizadas as aplicações os questionários, que buscava atender diferentes entrevistados e feirantes,

sendo que ao total foram entrevistados cerca de 155 pessoas<sup>11</sup> sendo 50 comerciantes e 105 consumidores, nos períodos de 8:00 às 12:00 hs.

## 2.6 O perfil dos frequentadores

Em relação ao gênero dos entrevistados da feira livre observa –se que a quantidade de mulheres é superior a de homens, sendo que esses últimos contabilizam 32% das pessoas pesquisadas (gráfico 2), sendo que a maioria dos homens entrevistados comparece na feira em companhia da esposa ou por lazer. Ribeiro et al. (2005) destaca que em Minas Novas os homens assim como na feira do Major Prates, frequentam a feira “para comer pastel, ver amigos e conversar fiado” (p.7).

Sobre o estado civil, do total pesquisados 57 estão casados, 20 solteiros 14 divorciados e 10 viúvos, verificou-se um número significativo de pessoas, principalmente entre os casados, de pessoas com crianças e adolescentes.

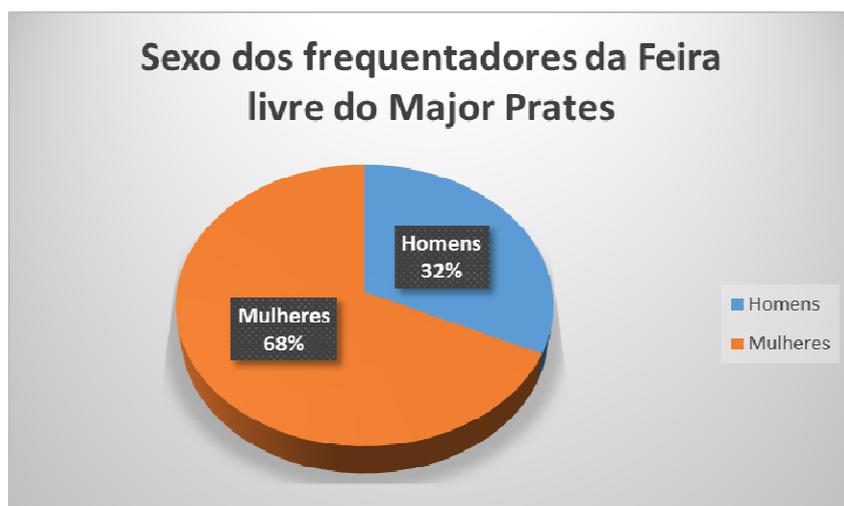


Gráfico 2: Sexo da entrevistados pesquisada na feira livre do Major Prates.  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

Diante dos resultados apresentado no gráfico 2, traz uma realidade vivenciada nas últimas décadas, o empoderamento feminino<sup>12</sup>, na qual passar a ser a dona de sua

---

<sup>11</sup> A decisão de aplicar o número de questionários foi em conjunto com o orientador e o autor, uma vez que o trabalho procurou contemplar o horário de funcionamento da feira, assim como a escolha dos entrevistados foi realizada de forma aleatória.

vida, fazendo escolhas que não precisam de um aval social ou econômico, como definido por Fonseca et.al (2017, p.101) “O empoderamento é uma maneira de mudar, centralizando-se no poder, definindo padrões nas relações sociais, econômicas e culturais.”

No que tange a faixa etária das pessoas que vão a “Ferinha do Major” aos domingos, demonstrado no gráfico 3, tem-se uma variável considerável, apesar que existe uma predominância de adultos, notou-se que mais da metade, ou seja 61% informaram que tem a idade entre 34 a 49 anos.

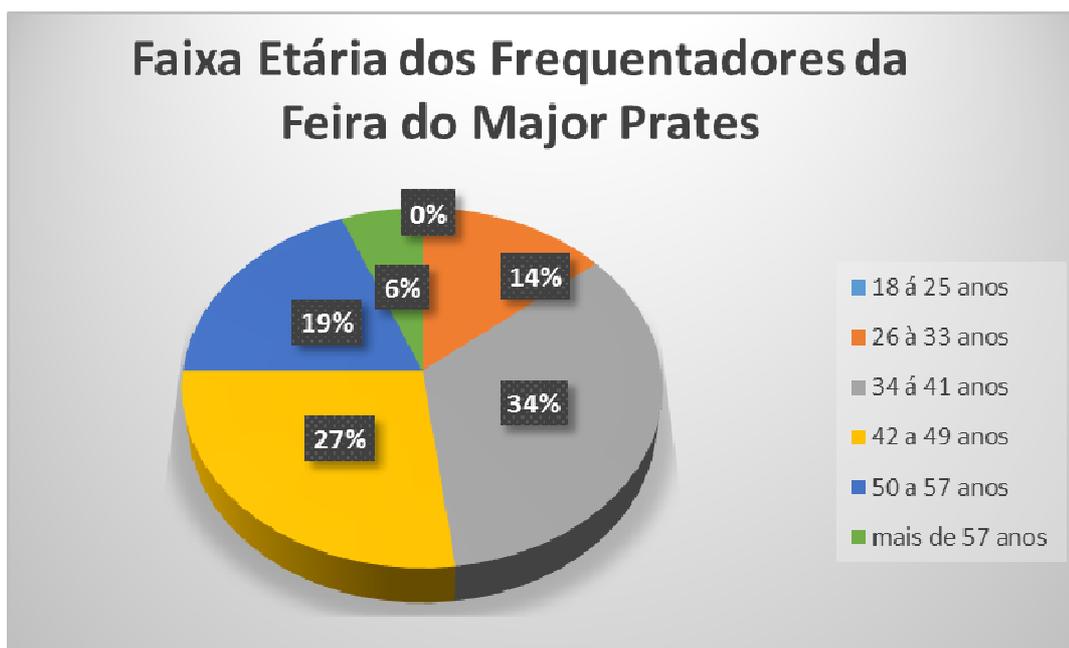


Gráfico 3: Faixa Etária da entrevistados pesquisada na Feira do major Prates  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

Em pesquisa realizada na feira livre de Alfenas Carvalho et al. (2010) destaca que a chance de frequenta-la semanalmente aumenta em relação a faixa etária, em sua pesquisa ele comprovou que ao mudar de uma faixa etária há elevação de 1,62% na possibilidade do ir à feira todas as semanas.

Nota-se um fenômeno parecido na feira pesquisada, visto que as pessoas que estão presentes todos os domingos, segundo elas, são aquelas que tem idade acima dos 50 anos, a justificativa de a feira não ser tão atraente ao jovem, pode está no fato que o hábito de comprar alimentos para a família, geralmente, está a cargo dos pais e responsáveis.

---

<sup>12</sup> A noção de empoderamento (*empowerment*) tem suas raízes nas lutas pelos direitos civis no movimento feminista e na ideologia da “ação social”, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos na segunda metade do século XX (HERNÁNDEZ, 2009)



Figura 8: Os frequentadores na Feira Livre do Major Prates  
 Autor: Melo (2018)

Na figura 9, destacamos que a feira do Major Prates é vista pelos entrevistados como um local de comércio, mas também como um espaço de conversas, diversão, onde encontram-se os amigos sobre; este cenário Ribeiro et al. (2005), destaca que em sua pesquisa realizada na feira de Minas Nova que “as feiras são mais que pontos de comercialização da produção da agricultura familiar”, sendo, também, um espaço público para circulação de alimentos, bens, pessoas e culturas” (p. 6).

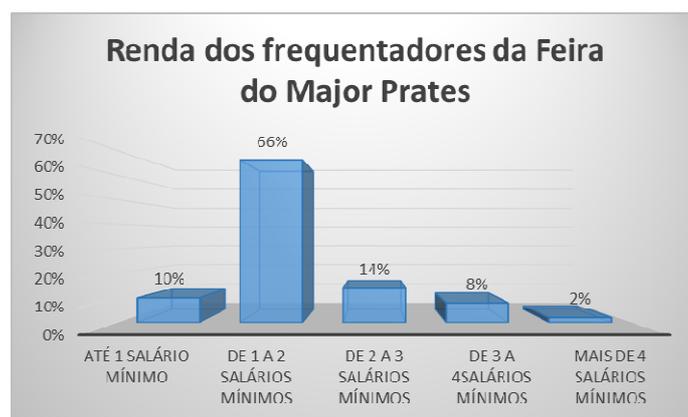


Gráfico 4: Renda da entrevistados pesquisa da Feira do Major Prates  
 Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018  
 .Org.: Melo, 2018

A renda per capita dos entrevistados, é o tema do Gráfico 4. Em sua maioria, para 66%, tem uma renda de 1 a 2 salários, para 14% a renda mensal está entre 2 a 3

salários mínimos e 10% afirmaram que a sua renda é até um salário mínimo, 8% recebem de 3 a 4 salários mínimos e 20% mais de 2 salários mínimos.

Os dados demonstraram que as feiras atendem estratos sociais diversificados, principalmente, a população com uma renda baixa, tornando uma alternativa de compra para as pessoas que não possuem um poder aquisitivo alto. Outro ponto foi que quando aproxima-se do final da feira tem um aumento dos sujeitos que estão inseridos no grupo de menores rendimentos.

O Gráfico 5, apresenta o grau de escolaridade das pessoas que dirigem –se a feira livre analisada, os resultados apurados mostram que não concluíram apenas 1% Ensino Fundamental, que os maiores números de entrevistados possuem o ensino médio completo e que no 5% de visitantes possuem nível superior, mas que não teve nenhum registro de algum indivíduo com pós graduação. De acordo com Estevam, Salvaro e Lanzarini (2014, p.13) “isso denota ser uma faixa populacional com maior nível de formação, mais esclarecida, corroborando com a literatura que os/as consumidores/as mais bem informados tem buscado produtos com mais qualidade e mercados alternativos aos convencionais”

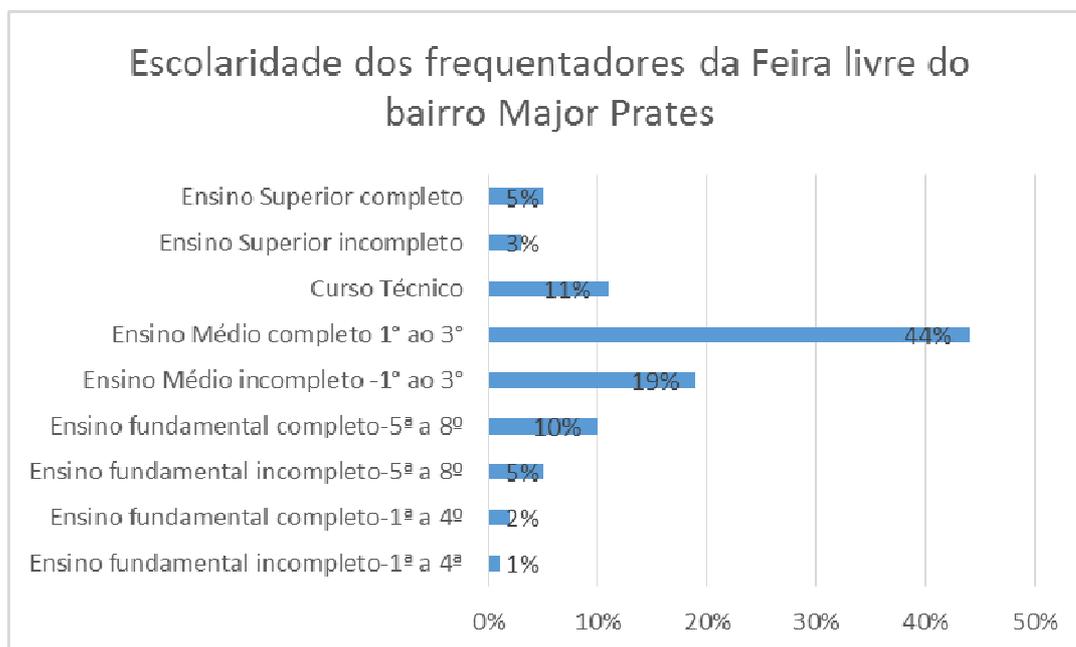


Gráfico 5: Escolaridade dos entrevistados da Feira do major Prates  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

De acordo com Kinjo e Ikeda (2005), a feira torna-se um espaço no qual observa-se diversas profissões e classes sócias que tem o objetivo de realizar compras, a

feira do Major Prates não distancia da colocação realizadas pelos autores uma vez que comprovou-se que entre os entrevistados, existe uma heterogeneidade em relação as profissões.

No quadro 8, a pesquisa apresentou os dados a respeito da profissão dos entrevistados da feira livre do Major Prates, no qual verifica-se que 35 das pessoas entrevistas informaram que trabalhavam cuidando de sua casa.

Um dado interessante sobre a feira do Major Prates apesar da maioria, dos entrevistados falarem que a sua ocupação é “do lar” e aposentados, observou-se que existem vários desempregados e funcionários públicos, assim como vendedores e aposentados.

Godoy e Anjos (2003), Carvalho et al. (2010) e Anjos et al. (2005) ao realizarem suas pesquisas nas feiras livres de Alfenas (MG), de Pelotas (RS), constaram a mesma situação, que as donas de casa e aposentados são os que mais comparecem à feira.

<b>PROFISSÃO DOS ENTREVISTADOS DA FEIRA LIVRE DO MAJOR PRATES</b>	
<b>Profissão</b>	<b>Quantidade</b>
Professor	2
Dona de Casa	35
Aposentado	15
Empresário	8
Cabelereira	5
Pedreiro	3
Funcionário Publico	10
Advogado	1
Médico	2
Vendedor de Loja	7
Desempregado	11
Serviço Gerais	6

Quadro 08: Profissão dos entrevistados da feira livre do Major Prates  
 Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.Org.: Melo, 2018

Na questão seguinte, no gráfico 6, apresentou-se o questionamento sobre a quanto tempo o entrevistado frequenta a feira Livre. Em sua maioria com 41% das

respostas disseram que tem entre 11 a 15 anos. Com 28% das respostas, foram as pessoas que já vão a esse espaço de 6 a 10 anos. Apenas dois dos entrevistados disseram que realizam compras na feira livre praticamente desde quando essa surgiu.

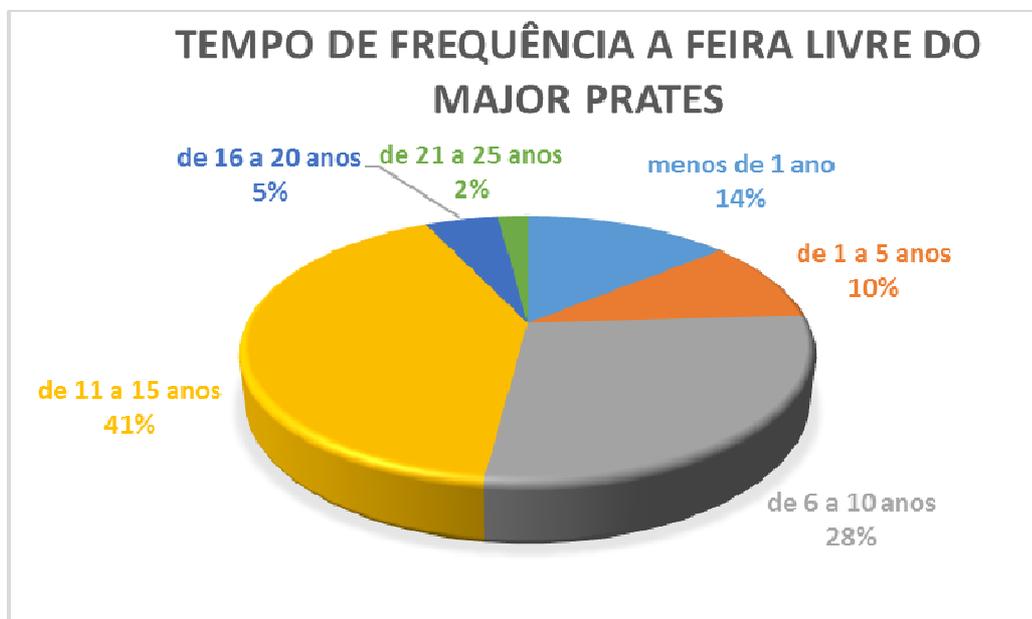


Gráfico 6: Tempo de Frequência da Feira do Major Prates  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

Outro dado é a regularidade que os entrevistados vão a feira, exposta no gráfico 7, no qual 85% relataram que vão semanalmente e como uns colocaram “faça chuva ou faça sol, eles vão” eles estão na feira; enquanto os demais 10% colocaram que quinzenalmente e 5% disseram que visitam a feira livre eventualmente, quando precisam de algum produto; como apresentado no gráfico 06. Uma das razões para essa regularidade na feira, encontra-se na perecibilidade dos produtos, uma vez que esse fato faz com que os consumidores realizem uma menor quantidade de compras, necessitando assim de reposição do produto.

Na mesma maneira que foi destacado, na feira do Major Prates, estudos realizados por Dolzani & Jesus (2006) e Carvalho et.al (2010) na feira livre de Alfenas, os pesquisadores comprovaram que média de 67% das pessoas pesquisadas tem o costume de ir à feira semanalmente, como é mostrado no gráfico 5, na feira do Major Prates.

## Regularidade de visita na feira Livre do Major Prates

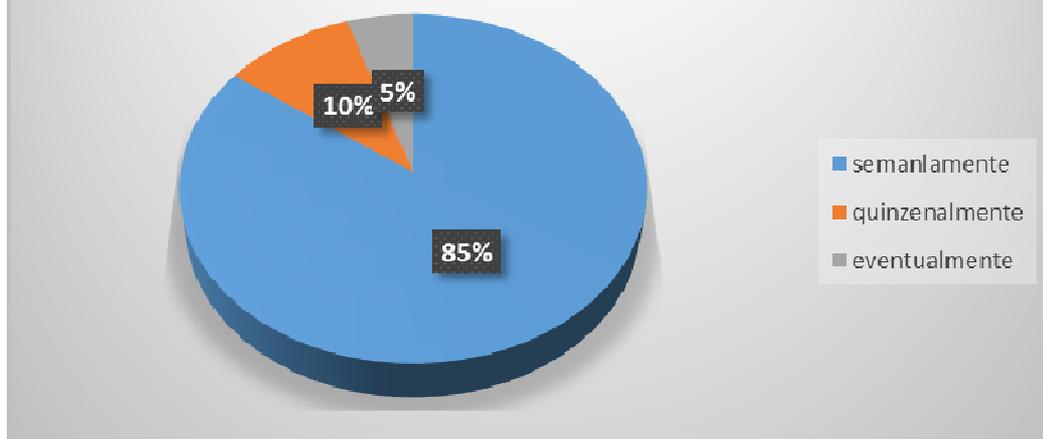


Gráfico 7: Regularidade de Visita na Feira do Major Prates  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

No gráfico 8 temos os dados referentes ao fato de como entrevistados conheceram a feira Livre do Major Prates, sendo que 46% conheceram por residirem no bairro, 32% por intermédio da família, 17% pela recomendação de amigos e 5% por meios de comunicações.

## Como conheceram a feira do Major Prates

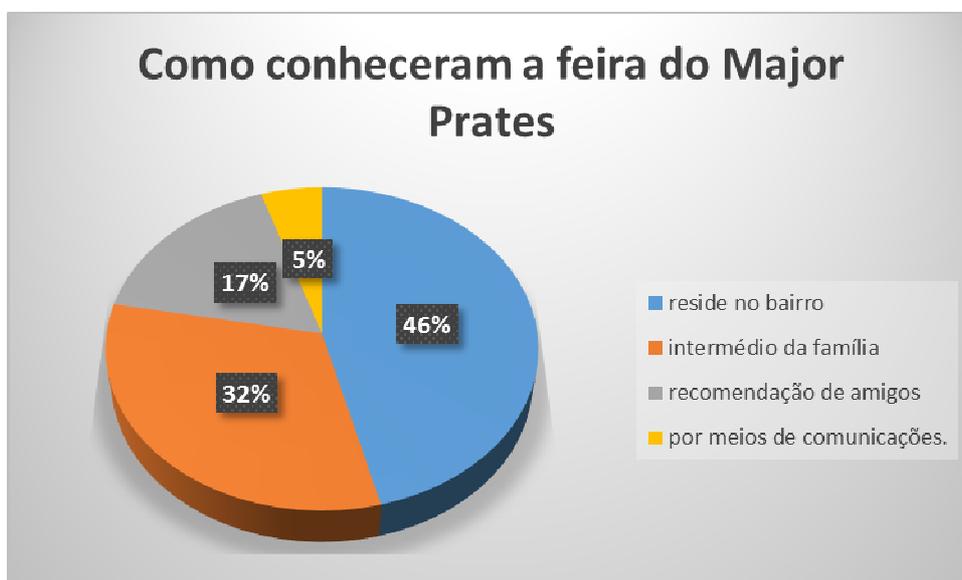


Gráfico 8: Como conheceram a Feira do Major Prates  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

Um dado interessante, pois pode-se observar que para alguns entrevistados o ir à feira tornou-se algo cultural, um hábito que foi retratado como realizado desde de quando era criança.

A partir do exposto observa-se a feira livre como um espaço de resistência diante das novas formas e práticas de comercialização, tornado a paisagem urbana contemporânea, neste local nota-se a presença de tradições e trocas materiais e não comerciais, materiais e simbólicas.

Observa-se no Quadro 9, que quando se fala da naturalidade dos agentes que dirigem-se a feira evidencia que a maioria, ou seja 67 pessoas, são provenientes dos municípios de Coração de Jesus, Brasília de Minas, Claros dos Poções, Bocaiuva, Francisco Sá, Mirabela, São Francisco ,03 são de Belo Horizonte e 35 pessoas são Montes Claros.

Naturalidade	Números de entrevistados
Montes Claros	35
Brasília de Minas	20
Claros dos poções	05
Bocaiuva	15
Francisco Sá	07
Belo Horizonte	03
Coração de Jesus	10
Mirabela	05
São Francisco	05
Total	105

Quadro 09: Naturalidade dos entrevistados da Feira Livre do Major Prates  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

Deve- se compreender os dados acima e observar que Montes Claros, como já decorrido por diversos estudos (PEREIRA, 2007; FRANÇA, 2007; entre outros) é uma cidade média que exerce polarização e atração regional em decorrência da infraestrutura e serviços que nessa é ofertado, tornando área de fluxo migratório dos municípios vizinhos.

Destaca-se que ao questionar a naturalidade, 60% dos entrevistados são advindos de outra localidade e mesmo de Montes Claros afirmaram que são oriundos da zona

rural, desta forma, verifica-se a existência de uma influência do rural ultrapassa o consumo de produtos vindo da “roça”, pois Arantes discorre na era cultura vivenciada no tempo atuais, a feira livre tornou-se um palco de relações entre o rural e o urbano. Corroborando com essa afirmativa Ramos, Pereira e Alencar (2017) colocam que não tem como dissociar cultura de identidade local, logo que as relações culturais trazem uma ressignificação para o espaço. Sendo assim:

A tradição se coloca na relação tempo-espaço como forma de continuidade entre passado, presente e futuro através de práticas sociais cotidianas, de modo que o camponês com o passar do tempo aperfeiçoou suas técnicas de trabalho, seus modos de negociar e sua inserção no mercado, porém continua sendo caracterizado como camponês pela sua tradicional forma de se relacionar com a família e com a sociedade (CAVALHEIRO; PERONDI; CORONA, 2015)

A luz dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a pesquisa retrata uma realidade brasileira na qual segundo o Censo de 2010, no Brasil mais de 80% da população segue o cristianismo seja nas correntes católicas ou evangélicas.



Figura 9: Vista sobre a avenida Castelar Prates no domingo dia Feira Livre do Major Prates,  
Autor: Melo (2018)



Figura 10: Vista sobre a avenida Castelar Prates na quarta-feira.  
Autor: Melo (2018)



Figura 11: Vista da avenida Francisco Gaetani no domingo, dia Feira Livre do Major Prates.

Autor: Melo (2018)



Figura 12: Vista da avenida Francisco Gaetani na quarta-feira.

Autor: Melo (2018)

Ao discutir a influência da feira livre do Major Prates na reorientação da dinâmica deste espaço público, as figuras 09, 10, 11 e 12 demonstram a avenida Castelar Prates respectivamente no domingo, dia que acontece a feira, e em uma quarta feira, ressalta-se que ambas as fotos foram retiradas às 9:30.

Na dinâmica urbana observa-se que a área de abrangência da feira livre é circunda de estabelecimentos comerciais e de serviços, sendo que a maioria deles não funciona aos domingos, porém existe uma mudança no tráfego de veículos, pois tem-se o fechamento da avenida Castelar Prates, fazendo com que os carros, motos e bicicletas no período da montagem e desmontagem (sábado e domingo) a transitarem e estacionarem por outras vias, e essa é a mudança que os entrevistados em sua totalidade colocam ao serem questionados sobre as alterações que acontecem no dia da feira.



Figura 13: Prolongamento da feira livre  
Autor: Melo (2018)

Observa-se que na figura 13, no entanto os espaços de influência da feira, não está somente limitado às avenidas supracitadas, outro fato é que a feira não apresenta compartimentação ou especialização funcional, uma vez que não é dividida por setores de acordo com os produtos comercializados, isto pode ser visualizado na figura 15 e 16 que mostram que no mesmo espaço o comercio de hortaliça, verduras, plantas e roupas.



Figura 14-15: A falta de compartimentação da Feira Livre do Major Prates.  
 Autor: Melo (2018).

O Gráfico 10 traz quais são os fatores motivacionais que fazem com que o pesquisados escolham a feira livre do Major Prates, como um lugar onde realizam a suas compras, sendo que a qualidade dos produtos foram considerados como a condição que faz as pessoas irem a feira mencionada, para esses consumidores os produtos apresentam melhor qualidade dos que comercializados nos supermercados, pois eles são frescos, livre de agrotóxicos e de melhor aparência.

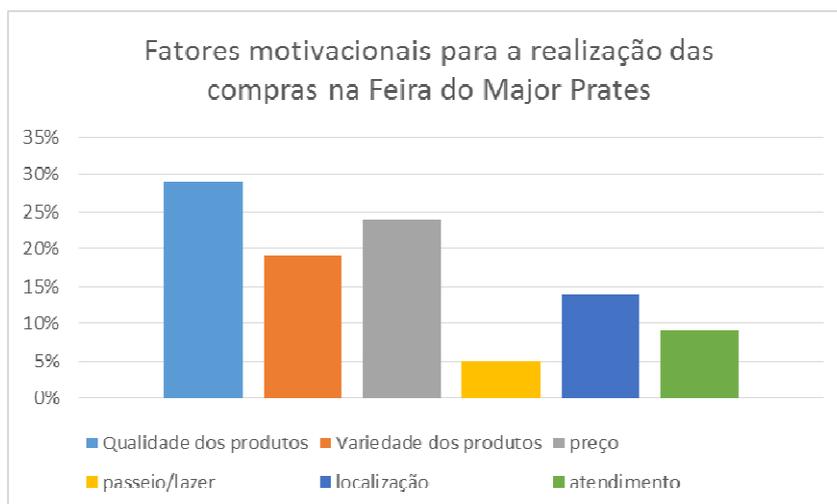


Gráfico 09: Fatores motivacionais para a realização das compras na Feira do Major Prates  
 Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.Org.: Melo, 2018

Sobre o atendimento apesar desse não ser a razão primordial de ir à feira, ao serem questionados sobre como é 60% classificam como bom, 10% como regular e 30% como ótima, ressalta-se que dos entrevistados 52% afirmam que possuem um feirante no qual realizam as compras constantemente, enquanto o restante escolhe a barranca para comprar em função do preço, da qualidade ou da disponibilidade do produto, mostrando que existe uma relação entre feirante e consumidor, baseada na confiança e afetividade que aproxima esses dois sujeitos existentes na feira.

O fato descrito, também é recorrente a feira livre de Remígio –PB, sobre esta situação Chaves (2011) chama a atenção no que diz respeito ao que seduz o consumidor são a agilidade, a atenção prestada ao cliente e o fato das mercadorias serem produzidas pelo próprio comerciante.

Variáveis	Chaves, (2011) Feira livre de Remígio –PB.	Cazane, Machado e Sampaio. (2014) Feira livre de Tupã-SP.	Lima, Vanzo e Lima. (2007) Feira livre de Marília-SP	Colla (2008) Cascavel e Toledo-PR	Resultados da pesquisa
Qualidade dos produtos	+	+	+	+	+
Variedade dos produtos		+			+
Preço			+		
Passeio/lazer				+	
Localização			+		
Atendimento	+		+		
Flexibilidade de horário	+				
Tradição	+				
Infraestrutura	-			-	-

Quadro 10: Comparação entre a pesquisa realizada da feira Livre do Major Prates com outros estudos. Adaptação por Melo (2018) a partir dos dados das pesquisas.

Legenda:(+) Influência positiva;(-) Influência negativa

No Quadro 10 realiza-se a comparação entre a pesquisa realizada da feira Livre do Major Prates com outros estudos no que tange as razões de compra do usuário da feira livre do Major Prates.

O que nota-se nesta comparação é que mesmo em estados diferentes, nos quais existe uma realidade distinta e particular, que as feiras são associadas a qualidade dos produtos, e apresenta, como ponto negativo a infraestrutura, mostrando a necessidade de investimento do setor público em melhorias na cobertura, barracas, limpeza, banheiros químicos para torna este local cada vez mais visitado.

Sobre a residência predomina os moradores do Bairro Major Prates (31), contudo constatou-se que pessoas deslocam-se dos Bairros: Cristo Reis (3), Centro (15), Maracanã (3), São Geraldo(2), Morada do Parque(5), Funcionários(10), Ibituruna (2), Morada do Sol(7), São Luiz(3), Santa Rafaela(2), Delfino Magalhaes(2), Residência Sul(6), Santo expedito(12), Todos os Santos(4), Sumaré(3), para realizar as compras na “Feira”.

A partir dos elementos colocados acima nota-se que mesmo tendo uma feira livre no bairro, constatou a preferência em relação a feira realizada no bairro Major Prates por parte dos entrevistados, mesmo tendo visitado outra feira, tal como verificado no gráfico 11, que demonstra que 70% já visitaram outra feira livre do município de Montes Claros, sendo que a mais citada, por 44 entrevistados, foi a Feira sem Agrotóxico localizada no Bairro São José



Gráfico 11: Já visitaram outra feira em Montes Claros.  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

Quando abordada qual o meio de transporte que os entrevistados utilizam para ir à feira livre do Major Prates, tem-se que 50% vão a pé, 21% utilizam moto, 14% usam o carro, 5% locomovem para a feira com bicicleta e 10% usufruem do transporte público no caso de Montes Claros, o ônibus.

A escolha do maior número de entrevistados de não utilizarem um transporte para chegarem até a feira, justifica-se por residirem no bairro Major Prates ou em bairros vizinhos, aproveitando “para realizar uma caminhada”, como retratado por alguns dos entrevistados.



Figura 16: Produtos comercializados na Feira Livre do Major Prates.  
Autor: Melo (2018).

Os consumidores buscam na feira livre produtos como: frutas, verduras. Legumes e hortaliças; todavia na feira são comercializados, observa-se na figura 16, alimentos prontos (biscoitos, beiju, espetinho), temperos, queijos, remédios, artesanatos, animais, plantas, artigos industrializados e vestuário.

Os resultados dos questionários sobre quais as mercadorias mais consumidas pelos entrevistados estão descritas no quadro 11.

Produtos consumidos	Quantidade de pessoas
Frutas, verduras e legumes	50
Hortaliças	23
Alimentos prontos	15
Vestuário	0
Artesanatos,	1
Temperos	5
Laticínios	5
Animais	0
Farinhas	4
Artigos industrializados	0
Plantas	2

Quadro 11: Produtos mais consumidos na feira Livre do Major Prates com outros estudos.

Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.

Org.: Melo, 2018

Como pode constatar mais de 70% dos consumidores da feira livre pesquisada, adquirem em suas compras frutas, verduras, legumes e hortaliças, pois para esses os produtos citados apresentam frescor e qualidade, sobre isto Gazane, Machado e Sampaio. (2006), discorre que esses a motivos são apontados como os fatores principais, que contribuíram para o aumento das feiras em países europeus e EUA, uma vez que a população, tornou-se mais criteriosa em relação à procura de alimentos, buscando informações sobre como os alimentos são cultivados, distribuídos e vendidos, nota-se que no Brasil está mudança de hábitos, está ganhando mais força.

## 2. O perfil dos feirantes

Optou-se por aplicação de questionário a 50 feirantes, diante dos resultados obtidos o quadro 12 mostra que em relação ao sexo apurou que 70% dos feirantes são homens, casados, 82% são católicos e que 40% apresentam uma faixa etária entre 45 a 53 anos, vale destacar que a idade mínima encontrada foi de 22 anos e a máxima de 80 anos.

Variável do feirantes	Porcentagem
Sexo	Masculino-70% Feminino-30%
Faixa etária	18 a 26 anos-8% 27 a 35 anos-20% 36 a 44 anos -12% 45 a 53 anos-40% 63 a 71 anos-16% 72 a 80 anos-4%
Estado civil	Casado-42% Solteiro-22% Divorciado-24% Viúvo-12%
Religião	Católica -82% Protestante-16% Espirita- 0% Religiões afrodescendentes- 0% Outras- 0% Sem denominação religiosa -2%

Quadro 12: Variáveis dos feirantes na feira Livre do Major Prates.

Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.

Org.: Melo, 2018

Sobre o maior número de pessoas apresenta idade superior a 40 anos, na função de feirante e analisado por Paulino et al (2015), como uma consequência do êxodo rural que faz com que a população, principalmente mais jovem, mudam-se da área rural a procura de melhores oportunidades.

No tocante da escolaridade, representada no gráfico 12, nota-se que a maior totalidade ,44% estudaram até o ensino fundamental, que 30% dos feirantes possuem o ensino médio incompleto, e 20% e 6%, respectivamente informaram que formaram o ensino médio e curso técnico, portanto percebeu-se um índice baixo de escolaridade no total pesquisado.

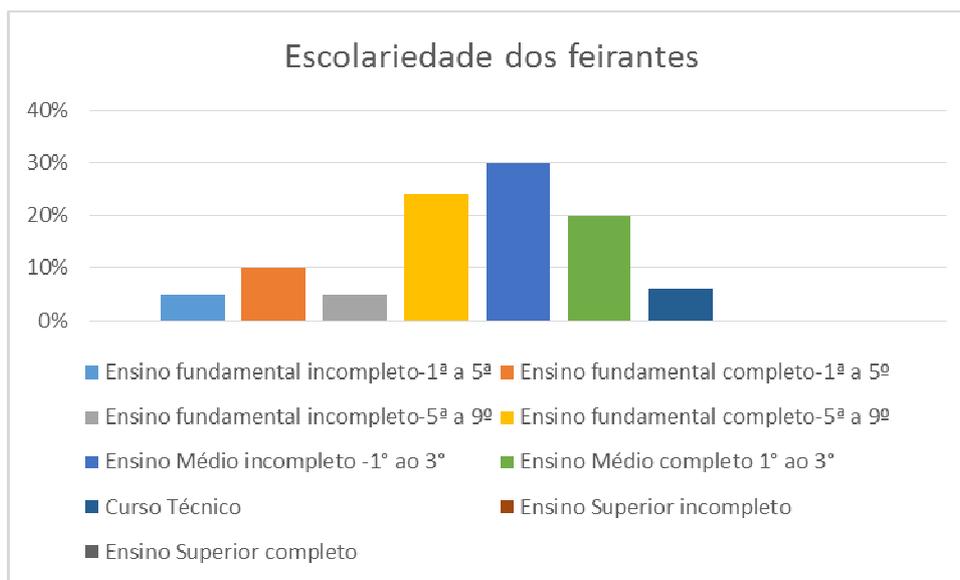


Gráfico 12: Escolaridade dos Feirantes.  
 Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
 Org.: Melo, 2018

Sobre a situação descrita Santos (2008) evidencia que para exercer a função de feirante (FIGURA 17) não faz-se necessário a frequência na escola, visto que o relevante nessa atividade é ter uma quantidade de dinheiro para investir na produção e pagar as taxas e impostos cobrados.

Outro ponto encontra-se no fato, como destacado por Fogaça e Salm, está na tradição brasileira na qual tem-se a educação sendo utilizada como instrumento de “diferenciação entre os segmentos sociais, de legitimação das hierarquias sociais e, com isso, de manutenção das desigualdades. “ (2006, p.43)



Figura 17: Feirantes da Feira Livre do Major Prates.  
Autor: Melo (2018).

Quando questionado (gráfico 13) a escolha de ser feirante 90% os pesquisados trabalham por conta própria e tem na feira uma ocupação que completa renda semanal ou mensal, já que maioria são pais de família, sendo que os principais motivos da permanência na feira está representada no Gráfico 13, observa-se que 10% é porque gosta de comercializar, 23% é pela sociabilidade com o público, 37% para ajudar na renda e 30% ,em razão de que a arrecadação conseguida através da feira é a única receita para prover os gastos em casa.

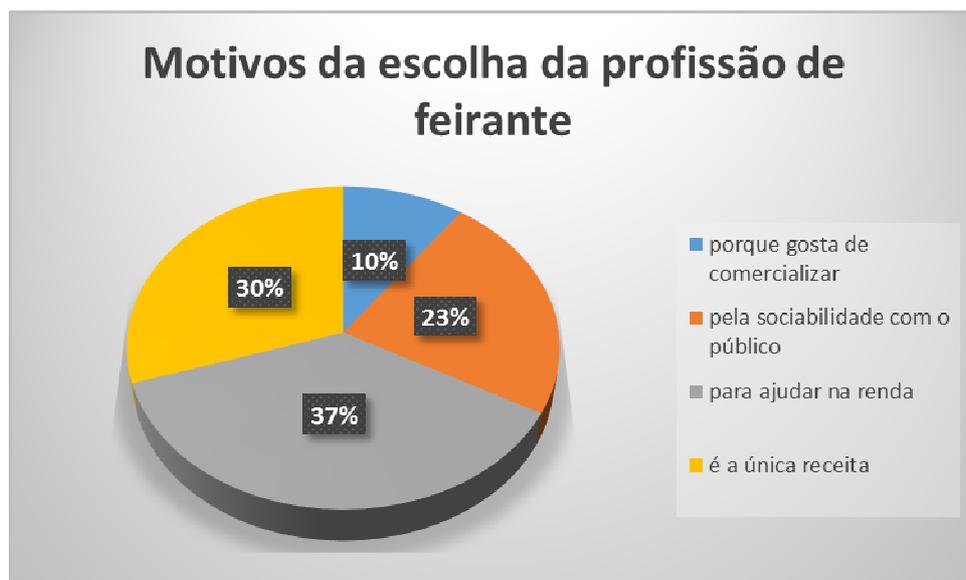


Gráfico 13: motivos da escolha da profissão de feirante  
Fonte: Trabalho de Campo abril/maio de 2018.  
Org.: Melo, 2018

Chaves (2011) em pesquisa realizada na Paraíba com feirantes, constatou a mesma situação destacando que a permanência na feira é ocasionada pela baixa escolaridade ou idade elevada para encarar o mercado de trabalho.

Porém destaca- que existe uma porcentagem que visualiza a Feira Livre como um espaço no qual eles podem apresentar os seus produtos e socializar com sujeitos que fazem parte desse evento aos domingos, evidencia não somente a relação entre o feirante os fregueses, mas também a vinculação entre os feirantes (20%) uma vez que Sato (2007) coloca que a feira livre deve ser entendida como “um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas” (p.99). O autor completa a ideia descrita acima expondo que:

“a proximidade geográfica possibilita o estabelecimento de acordos entre vizinhos de banca. Entre si constroem regras de convivência específica, em geral válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização. Elas englobam desde a definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até a faixa de preços praticados” (SATO, 2007, p.99).

Nos levantamentos de campo, atentou-se no local de origem dos feirantes, onde 40 % deslocam das comunidades de Pacuí, Planalto Rural (Pentáurea), Santa Bárbara, Lagoinha, Santa Maria, Brejinho, Mimoso entre outras para comercializar os seus produtos , 23% são do Bairro Major Prates, 29% de outros bairros do município, nos dois casos nota-se a prática da Agricultura Urbana <sup>13</sup>, pois uma parte desses sujeitos realizam o seu cultivo, no caso de hortaliça, legumes e verduras ; dentro da cidade, e 8% são de outros municípios como Juramento e Bocaiuva.

Confrontando com a pesquisa realizada por Almeida (2008), na qual a autora traçou o perfil dos feirantes, observou-se que o predomínio dos feirantes oriundos das localidades rurais ainda mantém-se na Feira Livre do Bairro Major Prates, comprovando a relevância da feira como vitrine para que o pequeno produtor rural, possa apresentar o que produzindo em sua propriedade.

No que trata-se do tempo de trabalho na feira livre estudada, observou uma variação significativa, porém o maior contingente de feirantes, ou seja 43%, realizam as suas atividades na feira do Major Prates entre 10 a 15 anos, destacando que as razões

---

<sup>13</sup> Pessoa (2005, p.12)A agricultura Urbana “compreende uma variedade de sistemas agrícolas, que vão desde a produção para a subsistência e processamento caseiro até a agricultura totalmente comercializada, que envolve uma gama de aplicações e implicações que buscam diferentes fins”

citadas são: clientela (40%), devido a tradição (28%) e a sustentabilidade da família (32%). Sendo assim salienta-se perante os dados supracitados que a feira livre exprimir-se, frente a urbanização da cidade de Montes Claros, como um local no qual tem-se a relação campo e cidade, diante das relações existentes e do comércio realizado, que favorece o surgimento de um elo entre dois mundos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As feiras Livres são consideradas o meio mais antigo e tradicional de venda de produtos agropecuários ou hortifrutigranjeiros, originou-se na antiguidade, como um espaço onde os produtores e população realizavam as transações das mercadorias sobressalentes.

Na cidade contemporânea as feiras livres, apesar do avanço tecnológico e das mudanças na forma de comercialização, mantem a sua essência rústica, uma vez que predomina, em sua maioria, uma estrutura de barracas e o comércio de produtos que são oriundos da agricultura, observando –se na influência do homem do campo.

A feira livre no município de Montes Claros se faz presente desde a sua origem, porém na atualidade em razão da expansão e do crescimento populacional, observou-se um aumento na dissipação dessas no município, mas em todas observa-se que essas exercem a função local de escoamento da produção agrícola.

A feira livre do Bairro Major Prates ao passar dos seus quase 33 anos é composta por 250 feirantes e acontece aos domingos das 5h da manhã às 14h e atualmente em média, segundo levantamento realizado pela Associação da Feira Livre do grande Major Prates, cerca 1500 a 3000 mil pessoas a frequentam.

Outro ponto é que a maioria da produção que é comercializada advém da agricultura familiar, comprovando que essa no Brasil além da diversidade, é característica do referido tipo de agricultura, ela contribui para soberania alimentar da população, uma vez que possibilitar as pessoas ao acesso a uma variedade de produtos de qualidade.

Constatou-se que o perfil dos entrevistados da Feira do Major Prates é em sua maioria mulheres, casadas, dona de casa com faixa etária de entre 34 a 49 anos, católicas apresentando uma renda de 1 a 2 salários mínimos, ensino médio completo, e

apesar de residirem no município de Montes Claros, uma parcela significativa são naturais da zona rural da cidade ou de municípios limítrofes.

Não se pode esquecer que apesar do acima descrito, nota-se que a feira possui uma heterogeneidade no que diz respeito a profissão, pois observou-se que existe a presença de funcionários públicos, assim como vendedores e aposentados, que realizam a suas compras frequentemente na “Feira”.

Comparando esses resultados com pesquisas que objetivaram traçar o perfil dos entrevistados verifica-se que as informações descritas são uma realidade presente nas feiras existentes no nordeste ou no sul do país.

Sobre a regularidade que os entrevistados vão a feira, 85% relataram que vão semanalmente, e muitos desses frequentam a feira desde o seu início ou foram influenciados pelos seus pais, mostrando que no espaço em questão são realizadas relações sociais que passam de geração para geração, e cada indivíduo imprime a sua identidade.

Vale ressaltar que a feira tornou-se uma alternativa de compra para as pessoas de um poder aquisitivo menor, pois nela encontram-se produtos com valores mais atrativos que nos supermercados e sacolões e tornou-se em sinônimo de produtos sem agrotóxicos e de alto padrão de excelência.

Sobre os feirantes evidencia-se que esse grupo apresenta no tocante da escolaridade, a maioria possui ensino fundamental completo, porém ressaltamos que existe uma parcela considerável que estudou até o ensino médio, quanto à idade, observou-se uma prevalência de faixa entre 40 e 60 anos. São de localidades rurais vizinhas, participam do evento há mais de 10 anos e sobretudo que é através da feira que mantêm seus lares

O perfil geoeconômico revelou que, são em sua maioria homens, casados e que comercializam os seus produtos somente na feira do Major Prates e quanto ao tipo desses produtos: as hortaliças, legumes e verduras são os mais comercializados e são provenientes da produção própria, colocando a feira nos circuitos curtos de comercialização de alimentos que caracterizam-se pela especificidade, a aproximação entre produção e consumo.

Percebe-se que a relação entre os visitantes, a feira e os feirantes não resume-se a questão do comércio, uma vez que observa-se relações pessoais e afetivas, que traz a

esse espaço a confiabilidade e troca de experiências entre sujeitos envolvidos, permitindo assim que o espaço estudado seja um lugar de sociabilidade e de tradição.

Outro ponto positivo encontra-se no fato da valorização da produção e cultura local, uma vez que na feira, em sua maioria, os feirantes são pequenos produtores rurais que aos domingos, trazem o que é produzido ampliando as suas oportunidades e capacidade de negociar com os produtores rurais.

A feira do Major Prates contribui de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, visto que essa tornou-se uma alternativa para que o pequeno produtor rural possa expor e comercializar a sua produção, além de possibilitar para a população urbana do município e região a oferta com uma variedade de produtos de qualidade, o que vem a colaborar com a alimentação, tornando a feira um espaço de mediação entre o campo e a cidade.

Porém as feiras apresentam fatores que são considerados pelos entrevistados como limitações, a sua estrutura por exemplo, foi colocada como um dos pontos que precisa de melhora em razão das intemperes do clima, alguns entrevistados relataram que no período de chuva, a ida a feira torna-se problemática em função das lonas não aguentarem o peso da água da chuva. Vale ressaltar a falta de ações do poder público visando melhorias na exposição, manutenção e ampliação da feira livre, apesar desta, como já colocado, apresenta um impacto positivo no âmbito econômico e social, pois para muitos dos feirantes o comércio da feira é a única renda existente.

O espaço público ,no qual a feira livre está inserida, passa por transformações, pois antes da feira ser erguida, ou seja, após as 15:00 do sábado até as 17:00 horas do domingo a partir da 17:00 avenida Castelar Prates ;o que influencia na reorientação do trânsito, uma vez que essa avenida é fechada, obrigando os carros e motos que transitam nela e nas ruas paralelas a mudarem o seu trajeto para outras ruas ou avenidas como a Olímpio Prates e/ou Francisco Versiane Athaide, salienta que nos arredores da feira tem-se pontos de comércio que funcionam no sábado e no domingo, e a alteração também influencia no estacionamento de carros e o ingresso nesses lugares.

Os resultados permitiram compreender a importância, a dinâmica e os sujeitos que estão presentes na Feira Livre do Major Prates, espera-se que após a pesquisa, que não tem a pretensão de findar com a temática, uma vez que essa possibilita diversos prismas de estudo por várias ciências, porém das considerações finais expostas espera-

se, que essa dissertação colabore de forma significativa no âmbito do local estudado, e para ser utilizada como referencial para próximos estudos.

Nesse sentido, o caminhar futuro dos estudos acerca das feiras livres, remete-se a continuar avançando nas análises sobre o âmbito social, cultural e econômico, voltado as temáticas de dinâmicas espaciais; relações identitárias; territorialidade; mercados de rua; comercio popular; circuitos de economia; analise socioambiental; entre outras.

Visto que a feira possibilitar uma gama diversificada de olhares, pois trata-se de ambiente no qual apresenta uma multiplicidade de sujeitos, que circulam juntamente com bens e culturas formando redes e reproduzindo a sociedade no qual cada um está inserido, mostrando assim que a feira constitui em um espaço rico para a realização de estudos em diversas ciências.

## REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALMEIDA, S. P. N. DE C. E. **FAZENDO A FEIRA: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. Montes Claros -MG.2009, 136f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros –MG, 2009

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. **Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais**. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v. 2, n. 23-24, p. 33-46, 1982.

\_\_\_\_\_, O. B.; SERRA, R. V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V. (Org.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

\_\_\_\_\_, O.B; RIGOTTI, J. I. **O limiar demográfico na caracterização das cidades médias**. In 18 Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002.

ANDRADE, A. A. de. **A feira livre de Caicó RN: um cenário de tradição e resistência às novas estruturas comerciais modernas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Caicó RN, 2015.

ALENTEJANO, P. R. R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre. São Paulo, ano 18, v. 2, n.21, p.25-39, jul/dez. 2003.

ARANTES, O. B. F. **Cultura da cidade, animação sem frase**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, v. 24, p. 229-241, 1996.

ARAÚJO, F.A. V.de; SOARES, B. R. **Relação Cidade Campo: desafios e perspectiva. Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v.4, n. 7, p. 201-229, Fev. 2009. Disponível< em [www.campoterriorio.ig.ufu.br](http://www.campoterriorio.ig.ufu.br)> acesso em 30 de Set.de 2017.

ASCHER, F. **Metapolis acerca do futuro das cidades**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

\_\_\_\_\_. Rural e Urbano. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 81-111.

BARBOSA, C. C. **A feira, a cidade e o turismo: Conceito, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros/MG**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

BIAZZO, P. P. **Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária**. 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa-ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008.

BISPO, C.L. de S.; MENDES, E. de P. P. **Rural/urbano e campo/cidade: características e diferenciações em debate**. In: ENCONTRO GEOGRAFIA, XXI.2012, Uberlândia-MG. Anais... Universidade Federal de Uberlândia ,2012. p.01-22.

BORTOLO, C. A de. **A DINÂMICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM CIDADES DA AGLOMERAÇÃO URBANA DE LONDRINA – PR**.Maringá-

PRMG.2007, 232f.Tese. Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá-PR.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial, 1988

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRAGA, R. **O espaço geográfico: um esforço de definição**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 22, p. 65 - 72, 2007.

BRAUDEL, F. **O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

CABRAL, L. O. **Revisitando as noções de espaço, lugar. Paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007.

CARLOS, A. F. A. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Mercator: Revista de Geografia da UFC, n. 5, p. 7-13, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre as cidades**. FFLCH. São Paulo. 2007.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 23, Anais... Natal: Sober, p.147-185, 1997.

CARVALHO, ET AL. **HÁBITOS DE COMPRA DOS CLIENTES DA FEIRA LIVRE DE ALFENAS-MG.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 12, n. 1, p. 131-141, 2010.

CAVALHEIRO, A.; PERONDI, M. A.; CORONA, H. M. P. **Modernização e tradição: o modo de vida camponês.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, 53, 2015, João Pessoa. Anais do 53º Congresso da Sober, João Pessoa, 2015.

CAZANE, A. L.; MACHADO, J. G. de C. F.; SAMPAIO, F. F. **Análise das feiras livres como alternativa de distribuição de frutas, legumes e verduras (FLV).** Informe Gepec, Toledo, v. 18, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2014

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: UFSC, 1999.

CHAVES, G. R. **Análise socioeconômica e cultural da feira do município de Remedido-PB.** Grande-PB.2011.Universidade Estadual da Paraíba.

CERQUEIRA, Y.M.S. F. **ESPAÇO PÚBLICO E SOCIABILIDADE URBANA Apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea.**Natal-RN,2013, 122f.Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN.

COLLA, C. **Análise do comportamento do consumidor das feiras livres nos municípios de Cascavel e de Toledo-PR,** 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Toledo, 2008, 128p. Disponível em: Acesso em: 29 jul. 2017.

CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** 7a ed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_, R. L. **O espaço geográfico: algumas considerações.** In: SANTOS, Milton (org.). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec,1982.

DANTAS, G. P. G. **Feira Livre de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial** (1960/2006). (Dissertação de Mestrado) Natal, RN, 2007.

DAVIDOFF, C. H. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 26-27.

DAYRELL, C. A.; LUZ, C.A (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda., 2000.

ENDLICH, Â.M. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: SPÓSITO, M. E.B; WHITACKER, A. M. Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ESTEVAM, D. de O; SALVARO, G. I. J; LANZARIN, J.J.S.**O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS/AS CONSUMIDORES/AS DAS FEIRAS LIVRES MUNICIPAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL CATARINENSE**. Disponível em: [www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2014/Arquivos/03/5\\_Dimas%20Estevam.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/03/5_Dimas%20Estevam.pdf). Acesso em: 02 ago. 2018.

FERRARI, C. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004. (Consulta de conceitos).

FRANÇA, I. S. de. **CIDADE MÉDIA E SUAS CENTRALIDADES: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais.Uberlândia-MG**.2007, 286f.Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG.

FRANÇA, L. S; SOARES, B. R. **A Cidade Média e Suas Centralidades: O Exemplo De Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 12do Encontro de Geógrafos de América Latina;Egal, 3 a 17 de Abril/2009.

FOGAÇA, Azuete; SALM, Cláudio L. **Educação, trabalho e mercado de trabalho no Brasil**. Ciência e Cultura. Vol.58, n.4, São Paulo, 2006.

FONSECA, A.I.A. **Agricultura familiar como sustentabilidade: estudo de caso do planalto rural de Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 2014.

\_\_\_\_\_, et al. **As feiras e o mercado como alternativa de renda para agricultores familiares: um estudo de caso do município de Bocaiúva –norte de Minas gerais**. IX Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESPRio Claro, 3 a 5 de novembro de 2009. Disponível <em:<http://sites.google.com/site/seminarioposgeo/anais>.>

FORMAN, S. **Camponeses: Sua Participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIOMETTI, A. L. B. dos R; PITTON, À. Elisa C.; ORTIGOZA, S. A.G. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território. Conteúdos e Didática de Geografia**, UNESP. Disponível em:<[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1\\_d22\\_v9\\_t02.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf)>. Acesso em 29 out. 2017.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações**. Belo Horizonte-MG.2007, 182f.Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.) -, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002,

\_\_\_\_\_. **Geografia fim de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões**. In: CASTRO, I. E. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação em massa**. São Paulo: Paulus, 2004. GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GUANZIROLI, C. H. & CARDIM, S. E. de C. S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 2000.

GUÀRDIA, M.; OYÓN, J. L. **Introducción. Em: Hacer ciudad a través de los mercados: Europa, siglos XIX y XX**. Barcelona, MUHBA -Institut de Cultura, 2010

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GURZA L, A. **As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria**. Espaço & Debates, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 33 – 44, 2005.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 22 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2084.

HOLANDA, S. Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [ed. orig. 1936].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de Montes Claros**. Minas Gerais. 2010.

---

\_\_\_\_\_. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil. Uma primeira aproximação.** 2017. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/rural\\_urbano](https://www.ibge.gov.br/apps/rural_urbano)> Acesso em: 17 Jan. 2018.

JACINTO, J. M; MENDES, C. M; PEREHOUSKEI, Nestor A. **O rural e o urbano: contribuições para a compreensão. Da relação do espaço rural e do espaço urbano** Revista Percurso – NEMO. Maringá, v. 4, n. 2, p. 173- 191, 2012.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petropolis: Vozes, 2000.

KINJO, T.; IKEDA, A. **Comportamento do consumidor em Feiras Livres.** In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005. Anais. disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/420.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LAMAS, J M. R. G. **Morfologia Urbana e desenho da cidade.** 3 ed. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 2004.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. **REVOLUÇÃO VERDE: IMPACTOS SOBRE OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS.** Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. 8 a 10 de novembro de 2017 - Santa Maria / RS UFSM - Universidade Federal de Santa Maria.

LEFEBVRE, H. **A produção de Espaço.** Paris. Anthropos, 1986,

\_\_\_\_\_, H. **A Revolução Urbana** (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999.

\_\_\_\_\_, H. **Espacio y Polttica.** Barcelona: Península, 1976

\_\_\_\_\_, H. **O direito à cidade**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

LEITE, M.E e PEREIRA. A. M. **A expansão urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização**. In. PEREIRA, A. M. e ALMEIDA, M. I. S de (org). *Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2004. P. 33 – 51.

LESSA, S. N. **Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. 1993. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de Campinas, Campinas, 1993.

LIMA, A.C.T.; VANZO, F.M.; LIMA, J. **O comportamento do consumidor nas feiras livres da cidade de Marília**, 2007. Trabalho de Conclusão – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, 2007. Disponível em: <[https://www.univem.edu.br/cursos/tc\\_admin/ana\\_flavia\\_jaqueline.pdf](https://www.univem.edu.br/cursos/tc_admin/ana_flavia_jaqueline.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LIMA, A. E. F; SAMPAIO, J. L. F. **Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará: relações e trocas**. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. Anais... Universidade Federal do Ceará, 2009. p. 01-19.

LIMA, V. M.R; PEREIRA, M.P; ALENCAR, C. M. M. de. **INVISIBILIDADE DA CULTURA RURAL DA FEIRA LIVRE NO PLANO DIRETOR DE SÃO FELIPE - BA**. Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 9, n. 1, p. 90-106, 2017.

LUZ, A. B. **O urbano-rural. Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n. 106, p. 30-34, mar. 2003.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

MAIA, D. S. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB**. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2000.

MARTINS, J de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, V. A.; MARGARIDO, M. A.; BUENO, C. R. F. **Alteração no perfil de compra de frutas, legumes e verduras nos supermercados e feiras livres na cidade de São Paulo**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 30-37, fev. 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, F. L.de. **ESPAÇOS PÚBLICOS E QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES – O CASO DA CIDADE PORTO**. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.

MELA, A. **A sociologia das cidades**. Editorial Estampa, 1999.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MERLIN, P; CHOAY, F. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Puf, 2000. (Consulta de conceitos).

MONT-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>. Acesso em Jun. de 2017.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. SEPLAN. **Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Montes Claros**. Montes Claros: PMMC, 2002.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. SEPLAN. **Plano Diretor de Montes Claros.** Montes Claros: PMMC, 2001.

MOREIRA, R. **Repensando a Geografia.** In: SANTOS, Milton (org). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOTT, L. R. de B. **Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil.** Revista da História, São Paulo, n. 105, 1976. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

NEVES, J. **A construção de um mundo globalizado.** São Paulo: Editora Saraiva:2002

NETO, E. Q; FRANÇA, B. L. P. de **O. Espaços híbridos: as tessituras dos múltiplos contextos do rural e do urbano.** In: I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP. Rio Claro-SP, Anais...: Universidade Estadual de São Paulo ,2010. p.1427-1446.

PATTON, M.Q. **Qualitative data analysis.** Londres: Sage, 1994.

PAULA, A. M. N. R. de. **Integração dos Migrantes Rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: “A Esperança de Melhoria de Vida”.** 2003.159 f. (dissertação de Mestrado) - Instituto de Geografia- Universidade Federal de Uberlândia Uberlândia/Minas Gerais.

PAULA, H. A. de. Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes.1979.1 vol. Montes Claros.

PEREIRA, A. M; ALMEIDA, M.I.S. de. **Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais.** Montes Claros: Unimontes, 2004.

\_\_\_\_\_. ET al. **Perfil intra e inter-urbano de uma cidade média: um estudo sobre Montes Claros/MG (BR).** 2010. Disponível em:<

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/89.pdf>>. Acesso em 29 de Out.de 2016.

PESSÔA, C. C. **Agricultura Urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria/ RS**. 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria - RS. Santa Maria, 2005.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense:1986.

RIBEIRO, E.M.; CASTRO, B.S. de; SILVESTRE, L.H.; CALIXTO, J.S.; ARAÚJO, D.P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E.B. **Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro**. *Agriculturas*, v. 2, n. 2, jun. 2005.

ROSA, L. R. FERREIRA, D. A. de O. **As categorias rurais, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum**. In: SPOSITO, M. E.B.; WHITACKER, A.M.N. (org) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.187-204.

ROUSSEAU, J. A. **Manual de Distribuição**. Estoril: 2ª Ed Principia, 2008.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. Editora Brasiliense. 1988.Serie Primeiros Passos.

RUA, J. **As crises vividas pelo Estado do Rio de Janeiro e a emergência das novas territorialidades em áreas rurais**. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 271-298.

SALES, A. P; REZENDE, L. T; SETTE, R.S. **NEGÓCIO FEIRA LIVRE: UM ESTUDO EM UM MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS**.III Encontro de gestão de pessoa e Relações de trabalho. 2011.João Pessoa-PB.

SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Paisagem e Espaço**. In: SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. 9 ed. São Paulo: Record, 2002.

\_\_\_\_\_ . **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SATO, L. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. *Psicologia & Sociedade*: 19, Edição Especial 1. 2007.

SENNETT, R. **O declínio do Homem público: as tiranias das intimidades**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **As bases sociológicas**. In: Encontro Internacional sobre Agorecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2001, Botucatu. Anais... CDROM. V.1.

SERVILHA, M. de M.; DOULA, S. M. **O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras**. *Revista Faz Ciência*. v.11, n.13, 2009.

SILVA, G. d. **O novo rural Brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, R K, **A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO**.2012. Disponível em <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5199.pdf>>. Acesso em Out. de 2017.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano**. In: MARTINS, J. S. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

SORIANO, A.G.W. **O Espaço Público e a Cidade Contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção**.2006, 286f.Dissertação (Mestrado em em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador BA

SOUZA, M. L de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKHER, A. M. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006. P. 111-130.

TONEZER, C; RAMBO, A.G; SANTOS; F dos. **AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA A SOBERANIA ALIMENTAR?** Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar: por uma democracia nos sistemas locais de alimentos.** 2006. Disponível em: [http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania\\_Alimentar.pdf](http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf). Acesso em: 08 jan. 2018.

VEDANA, V. **“Fazer a feira”:** estudo etnográfico das —artes de fazer de feirantes e fregueses da feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil.** São Paulo: FEA-USP, 2004.

VILELA, N. J.; HENZ, G. P. **Situação atual da participação das hortaliças no agronegócio brasileiro e perspectivas futuras.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília. V. 17, n. 1, p.71-89, jan./abr. 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra - urbano no Brasil.** 2. edição. São paulo: Fapesp, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: CARNEIRO, M. J & MALUF, R. S. (org.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**ANEXO 1**  
**QUESTIONÁRIO**

**PESQUISA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA FEIRA LIVRE NO  
BAIRRO MAJOR PRATES EM MONTES CLAROS - MG**

**PÚBLICO ALVO: VISITANTES**

**Nome opcional** \_\_\_\_\_

**1.Sexo** ( ) feminino ( ) masculino

**2. Naturalidade** \_\_\_\_\_

**3. Local onde mora?** \_\_\_\_\_

**4.Estado Civil**

( ) Casado ( ) solteiro ( ) divorciado ( ) viúvo ( ) outros

**5.Faixa etária**

( ) 18 a 25 anos

( ) 26 à 33 anos

( ) 34 a 41 anos

( ) 42 a 49 anos

( ) 50 a 57 anos

( ) mais de 57 anos

**6.qual a sua renda mensal?**

( ) Até 1 salário mínimo

( ) de 1 a 2 salários mínimos

( ) de 2 a 3 salários mínimos

( ) de 3 a 4salários mínimos

( ) mais de 4 salários mínimos

**7.Qual a sua escolaridade?**

( ) Ensino fundamental incompleto-1ª a 4ª

- Ensino fundamental completo-1ª a 4º
- Ensino fundamental incompleto-5ª a 8º
- Ensino fundamental completo-5ª a 8º
- Ensino Médio incompleto -1º ao 3º
- Ensino Médio completo 1º ao 3º
- Curso Técnico
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo

**8.você trabalha?**  sim  não

Em caso positivo em Qual profissão? \_\_\_\_\_

**9.Há quanto tempo você frequenta a feira livre do Major Prates**

- menos de 1 ano
- de 1 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 15 anos
- de 16 a 20 anos
- de 21 a 25 anos

**10.Como você conheceu a Feira Livre do Major Prates**

**11.Qual é a sua religião?**

- Católicos  Protestantes  Espiritas  Religiões afro-brasileiras  Outros
- Sem denominação religiosas

**12,Qual o motivo de você realizar aa suas compras na feira do Major Prates**

- Qualidade dos produtos  Variedade dos produtos  preço  passeio/lazer
- localização  atendimento

**13.Já visitaram outra feira?**  sim qual? \_\_\_\_\_  não

**14.Como conheceram a feira do Major Prates?**

( ) reside no trabalho ( ) intermédio da família ( ) recomendação de amigos

( ) por meio de comunicações

**15. Meio de transporte utilizado:** \_\_\_\_\_

**16. Qual a mercadoria que você mais compra?** \_\_\_\_\_

**ANEXO 2**  
**QUESTIONÁRIO**

**PESQUISA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA FEIRA LIVRE NO  
BAIRRO MAJOR PRATES EM MONTES CLAROS - MG**

**PÚBLICO ALVO: FEIRANTES**

**Nome opcional** \_\_\_\_\_

**1.Sexo** ( )feminino ( ) masculino

**2. Naturalidade** \_\_\_\_\_

**3. Local onde mora?** \_\_\_\_\_

**4.Estado Civil**

( )Casado

( )solteiro

( )divorciado

( )viúvo

( ) outros

**5.Faixa etária**

( )18 a 25 anos

( )26 à 33 anos

( )34 a 41 anos

( )42 a 49 anos

( )50 a 57 anos

( )mais de 57 anos

**6.Qual é a sua religião?**

( ) Católicos ( )Protestantes ( )Espiritas ( )Religiões afro-brasileiras ( )Outros

( )Sem denominação religiosas

**8.Qual a sua escolaridade?**

( )Ensino fundamental incompleto-1ª a 4ª ( )Ensino fundamental completo-1ª a 4º

( )Ensino fundamental incompleto-5ª a 8ª ( )Ensino fundamental completo-5ª a 8ª

( )Ensino Médio incompleto -1º ao 3º ( )Ensino Médio completo 1º ao 3º

( )Curso Técnico ( )Ensino Superior incompleto ( )Ensino Superior completo

**9.Exerce outra profissão? ( )sim \_\_\_\_\_ ( ) não**

**10.Qual razão motivou a escolheu a profissão de feirante? \_\_\_\_\_**

**11.Quanto tempo trabalha na feira? \_\_\_\_\_**